



DIMENSÃO ESTRATÉGICA



INTRODUÇÃO

O Brasil que se vislumbra para as próximas décadas já vem sendo construído, sobretudo nos últimos 8 anos: um país que elegeu um projeto de desenvolvimento inclusivo com políticas públicas de transferência de renda, intensificação da extensão e do alcance dos programas sociais e constantes aumentos reais do salário mínimo.

Utilizaram-se, ainda, instrumentos de geração de emprego e renda com vistas à ampliação de um mercado de consumo de massa, trazendo maior autonomia ao nosso processo de desenvolvimento com a expansão do mercado interno. Como outro fator de incentivo ao crescimento econômico e à expansão do mercado de trabalho, os investimentos públicos foram retomados, sobretudo em infraestrutura, a exemplo do verificado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estes investimentos públicos reduziram os entraves para o desenvolvimento sustentável ao induzir o investimento produtivo privado e contribuir para a geração de empregos para os mais variados níveis de qualificação da força de trabalho, reforçando o dinamismo de nossa economia.

No campo internacional está em curso uma estratégia de inserção soberana do país como uma Nação democrática, ciente de sua importância como potência emergente, de seu papel de protagonista na economia da América Latina e de país que implementa um novo paradigma de relacionamento com países menos desenvolvidos.

Tais políticas nortearam a orientação estratégica para a elaboração do Plano Mais Brasil e permearam a definição da Visão de Futuro e dos Valores que orientam a ação governamental para os próximos 4 anos, apresentados a seguir.



VISÃO DE FUTURO

A crise do modelo neoliberal, do “pensamento único”, que vigorou nas economias ocidentais durante a década de 1990, explicitou a importância decisiva do Estado como orientador de escolhas e caminhos das Nações. As forças de mercado impulsionam e dinamizam o desenvolvimento, mas o papel orientador da “mão visível” do Estado é fundamental, apontando o futuro desejado e a conjugação dos diversos meios e recursos de governo, setor privado e sociedade.

Nesse sentido, a Visão de Futuro é o ponto de partida orientador do planejamento do destino da Nação, no geral, e da ação governamental em particular. A Visão de Futuro aponta para o objetivo maior do país, estabelecendo o que se espera como um retrato nacional, assim reconhecido pelo povo brasileiro e por toda a comunidade internacional. Assim, a Visão é um ideal possível de ser alcançado, que demanda a soma dos esforços de todos.

Partindo do princípio de que o futuro é construído de maneira conjunta e participativa pelo governo, pelas empresas e pela população brasileira, que se estabeleceu a Visão de Futuro para o Brasil. Tal Visão é embasada na atual condição do País, a partir de pontos de vista externos e internos, com o reconhecimento de seus potenciais, a consciência dos respectivos riscos e, sobretudo, das decisões soberanas que hoje podemos tomar a partir da eleição de um governo que indicou a necessidade e revelou a possibilidade de nosso desenvolvimento econômico e social ser orientado, antes de tudo, pela inclusão social, elegendo o combate às formas mais extremas da pobreza em nosso país como ação prioritária.

Nesses termos, trabalharemos para que o Brasil seja um país reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

É por meio da observação do Brasil que temos hoje, utilizando-se diversos indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais, confrontados em escalas sub-regional, regional, nacional e internacional, em comparação com o Brasil de 2015, que será avaliado o quanto desse caminho a ser percorrido teremos trilhado. A Visão de Futuro, no entanto, aponta estrategicamente para um desafio muito maior que os quatro anos de um mandato, dando foco ao conjunto da Administração Federal e partilhando com a sociedade brasileira esse desejo.

A Visão de Futuro do Brasil está alicerçada em valores que irão orientar constantemente as ações do Governo Federal. Eles serão fundamentais nos momentos críticos, quando as decisões mais difíceis forem necessárias, visto que fornecerão a segurança para a decisão mais adequada com vistas a materializar os nossos sonhos expressos na Visão. Os valores devem guiar as atitudes de todos os que fazem parte do governo. Nesses termos, a Visão está alicerçada em sete valores, quais sejam:

- Soberania
- Democracia
- Justiça Social
- Sustentabilidade
- Diversidade Cultural e Identidade Nacional
- Participação Social
- Excelência na Gestão

Tais valores perpassam toda a ação governamental, e sua incorporação se fará presente nas políticas públicas constantes do Plano Mais Brasil.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Trajetória Recente

O Brasil vem passando por profundas transformações, sobretudo na última década, com a inauguração de um modelo de desenvolvimento que busca conciliar crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade e pobreza. No campo econômico, o ciclo de crescimento iniciado pela economia brasileira em 2004 é o maior em mais de duas décadas. Com efeito, entre 2004 e 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu em termos reais 4,4% ao ano, mais do que o dobro do crescimento médio verificado entre 1981 e 2003.

O crescimento dos últimos anos ainda se deu de forma sustentada e sem que ocorressem graves desequilíbrios macroeconômicos. Neste sentido, preservou-se a estabilidade monetária a despeito das pressões inflacionárias verificadas nos mercados externos nos últimos anos. Assim, desde 2005, a inflação se situa dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Por outro lado, verificou-se uma trajetória declinante da dívida líquida do setor público, que passou de 55% do PIB em 2003 para 40% do PIB em 2010.

As contas externas do país, por sua vez, permaneceram relativamente equilibradas durante todo o período em questão, com o déficit em conta corrente flutuando em torno de 2% do PIB no período 2008-2010, após superávits significativos entre 2004 e 2007. Ademais, o nível

de reservas alcançou o patamar de US\$ 335,7 bilhões em junho de 2011, o que reduziu a vulnerabilidade externa do país. Neste contexto, o país deixou de ser devedor e passa a ser credor do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil conseguiu manter firme a continuidade da trajetória de crescimento, mesmo após os impactos negativos da maior crise financeira mundial desde os anos 1930, que atingiu particularmente as economias centrais entre 2008 e 2009. Em grande medida, a rápida recuperação da economia brasileira – crescimento de 7,5% em 2010 – pode ser atribuída às medidas anticíclicas adotadas pelo governo, como o corte da taxa de juros, desonerações fiscais para incentivar as vendas e o papel dos bancos públicos na expansão do crédito.

A característica marcante do atual ciclo de expansão, entretanto, refere-se à conjugação de crescimento econômico com melhoria na distribuição de renda e inclusão social. Assim, diferentemente de outros períodos de crescimento, em que a melhora nos indicadores sociais era vista apenas como resultado do ciclo de expansão econômica, desta vez a aceleração e a sustentabilidade do ciclo estão baseadas na melhoria das condições de vida da população. Neste sentido, observa-se que, entre 2004 e 2010, a renda per capita cresceu mais de 25% em termos reais, a taxa de desemprego metropolitano se reduziu mais que a metade entre 2003 (10,9%) e 2010 (5,3%) e ocorreu uma redução relativa de 37,3% da pobreza nos últimos sete anos¹. Além disso, entre 2003 e 2009 verificou-se uma queda de 10% da desigualdade da renda pessoal.

A estratégia de crescimento dos últimos anos foi, portanto, orientada pela ampliação do mercado de consumo de massa, que possibilitou o surgimento de uma nova classe média, com a inclusão de cerca de 36 milhões de pessoas no mercado consumidor. Desta forma, operou-se, nos últimos anos, um círculo virtuoso em que a expansão de rendimentos das famílias levou à ampliação do consumo por bens e serviços. Tais fatores estimularam a elevação dos investimentos e geraram ganhos de produtividade que, ao serem repassados aos salários, realimentam todo o processo.

A expansão econômica nos últimos anos foi possível devido às políticas governamentais de transferência de renda, valorização do salário mínimo e estímulo à criação de novos postos formais de emprego. Ademais, verificou-se uma forte expansão do crédito que, entre 2003-2010, elevou-se de 24,6% a 46,4% do PIB. Neste sentido, destaca-se a expansão do crédito ao consumidor, especialmente voltado para aquisição de bens duráveis e habitação.

O ciclo recente de crescimento econômico também se caracterizou pela retomada dos investimentos públicos e privados. Neste novo contexto, a participação dos investimentos em relação ao PIB passou de 15,3% em 2003 para 18,4% em 2010. Esta expansão do investimento foi impulsionada pelo PAC, que representou a retomada dos investimentos públicos na recuperação e expansão da infraestrutura necessária para sustentação do crescimento econômico dos últimos anos.

1 Linha de pobreza referenciada em ½ salário mínimo per capita, a preços de 2009 (PNAD).

A trajetória recente da economia brasileira revelou que está em curso uma série de transformações importantes que delinearão uma nova realidade econômica e social do país. Desta forma, o grande desafio que se coloca no horizonte do PPA 2012-2015 é a continuidade ao padrão de desenvolvimento vigente e aprofundar os processos de melhoria da distribuição de renda e da riqueza, bem como da redução da pobreza.

Contexto Internacional

A segunda década do século XXI se inicia com profundas alterações no contexto econômico internacional, que apresenta duas tendências significativas: a presença da China com uma posição de protagonismo na economia global e a crise financeira mundial que provocou desaceleração das atividades econômicas nas economias desenvolvidas.

O deslocamento do dinamismo da economia mundial para o continente asiático sob liderança da China explica-se, em boa parte, aos ganhos de competitividade alicerçados em ampliação da produtividade, baixa remuneração da força de trabalho e taxas de câmbio desvalorizadas. Por sua vez, a manutenção das elevadas taxas de crescimento chinesas resultou na elevação dos preços das *commodities* internacionais, com reflexos sobre o rápido crescimento das exportações brasileiras e a forte elevação dos investimentos nos setores de mineração, siderurgia e papel e celulose. Desta forma, o ciclo de crescimento recente da economia brasileira teve na expansão chinesa um impulso importante, sendo em seguida determinado por fatores endógenos associados à dinamização do mercado interno.

A crise financeira internacional, por outro lado, interrompeu o ciclo de crescimento das economias centrais, o qual estava associado à expansão do consumo das famílias estadunidenses decorrentes da valorização de ativos e da expansão de seu endividamento. Assim, com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, ocorreu uma queda do valor dos ativos das famílias e um estímulo à redução do endividamento e dos gastos em consumo, o que provocou a retração das atividades econômicas nas economias desenvolvidas no geral e da estadunidense em particular.

As medidas anticíclicas adotadas pelas economias centrais em função da crise, como a redução de juros e o aumento da liquidez, tiveram reflexos diretos sobre a economia brasileira, com o afluxo de capitais e valorização cambial, o que repercutiu negativamente sobre a competitividade da indústria nacional.

O contexto internacional de preservação do crescimento econômico chinês frente ao baixo dinamismo nos Estados Unidos, na Europa e no Japão acaba por ter reflexos diretos sobre a economia brasileira. Nestas circunstâncias, a retração dos mercados dos países desenvolvidos leva a um acirramento da concorrência por mercados externos com a consequente reorientação das exportações chinesas de manufaturas para países emergentes como o Brasil.

O novo ambiente internacional de acirramento da concorrência por mercados com maiores perspectivas de expansão se apresenta, portanto, como um desafio importante para a economia brasileira manter sua trajetória de crescimento ao longo do período do PPA 2012-2015. Assim, o novo cenário internacional requer a adoção de políticas que elevem a competitividade da economia brasileira e possibilitem uma inserção ativa do país na economia mundial. Neste contexto, destaca-se a importância da política industrial - Plano Brasil Maior - para fortalecer as cadeias produtivas e fomentar a inovação tecnológica como forma de agregar valor aos produtos exportados e elevar a participação do país nos mercados mundiais mais dinâmicos. Ademais, diante da perspectiva de um contexto econômico internacional de restrições ao comércio e acirramento da concorrência, cresce a importância do mercado doméstico como fonte de preservação do dinamismo econômico.

O eventual agravamento do cenário internacional com perspectiva de recuperação lenta dos Estados Unidos e da União Européia poderá ter repercussões sobre a economia brasileira. Contudo, o Brasil é um dos países em melhores condições de enfrentar uma deterioração do quadro internacional, já que possui uma situação fiscal sólida com baixo endividamento, reservas internacionais expressivas, instituições públicas atuantes e instrumentos econômicos ativos, já utilizados, inclusive, na crise de 2008. Por sua vez, o país possui um mercado interno dinâmico que pode fazer frente à retração dos mercados externos. Desta forma, numa eventual deterioração das condições da economia mundial, o Brasil possui uma margem de adaptação e possibilidade de tomar medidas para estimular a atividade produtiva e a geração de empregos.

As turbulências e incertezas resultantes das transformações ocorridas na economia mundial também provocaram um rearranjo nas relações de poder e governança global que elevou a importância dos países emergentes como o Brasil. Ao mesmo tempo, as transformações no cenário internacional possibilitaram o fortalecimento de espaços de concertação, como o G-20, o qual se consolidou como um fórum multilateral para discussão e coordenação de políticas de superação dos efeitos negativos da crise econômica global.

A opção da política externa brasileira em meio a essas turbulências internacionais continuará sendo a busca pelo multilateralismo nos níveis de governança regional e global ao longo do período do PPA 2012-2015. Ademais, o Brasil buscará aprofundar as relações com os polos emergentes, países africanos e asiáticos, bem como buscará aprofundar a integração latino-americana. No caso da integração com os países vizinhos, ganha importância a busca do desenvolvimento equilibrado da região com ações de ampliação de mecanismos de financiamento do bloco, integração das infraestruturas e busca pelo fortalecimento de uma identidade comum.

Desafios a serem enfrentados pelo PPA 2012-2015 para o alcance do cenário desejado

O Brasil reúne condições especiais que o diferenciam da grande maioria dos países do mundo. Assim, o país possui uma base industrial diversificada, uma produção agropecuária extremamente competitiva e ainda pode contar com a disponibilidade de recursos naturais (terra e água) e energéticos (petróleo e fontes renováveis como hidroeletricidade e etanol). Ademais, ainda possui um expressivo contingente populacional a ser incorporado ao mercado de consumo.

A estratégia que se coloca no horizonte do PPA 2012-2015, portanto, consiste em utilizar todas estas potencialidades como base para alcançar um patamar de desenvolvimento centrado no progresso técnico e na redução das desigualdades.

A preservação do padrão de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado com inclusão social requer que, ao longo do período do PPA 2012-2015, sejam enfrentados novos desafios que emergem de um novo contexto internacional e das profundas transformações em andamento na sociedade e na economia brasileira. Dentre estes desafios, estão: a compatibilização das taxas de juros e câmbio com os objetivos de crescimento e estabilidade macroeconômica, ampliação das fontes de financiamento de longo prazo, aperfeiçoamento do sistema tributário, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e dinamização do mercado interno, elevação do investimento, ampliação da oferta e eficiência da rede de infraestrutura, aproveitamento das oportunidades do pré-sal e fomento à inovação.

A consolidação do padrão de desenvolvimento baseado no crescimento e na manutenção do ambiente macroeconômico estável pressupõe que se evolua para uma taxa de juros básica e margens bancárias semelhantes às praticadas nos demais países, o que, sem prejuízo da estabilidade de preços, propiciará um menor custo de acesso ao crédito para consumo e investimento. Por sua vez, a taxa de câmbio deve evoluir no período para um patamar que possibilite harmonizar os objetivos de controle da inflação, melhoria distributiva, elevação da competitividade e redução da vulnerabilidade externa.

O outro desafio que se coloca para a economia brasileira consiste em elevar as fontes privadas de financiamento para os projetos de longo prazo com destaque para o aprofundamento do mercado de capitais e de crédito. Cabe ressaltar que a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF) nesse financiamento de longo prazo continuará sendo fundamental, mas se reduzirá com o fortalecimento de fontes privadas de financiamento.

A simplificação do regime tributário capaz de estimular a produção e o investimento também se coloca como outro desafio. Por outro lado, deve-se buscar uma maior progressividade do sistema como forma de acentuar a dinâmica em curso de distribuição da renda.

O aprofundamento do modelo de consumo e produção de massa também será perseguido durante o período de 2012 a 2015. Desta forma, pelo lado da demanda, buscar-se-á o aprofundamento do processo de redução das desigualdades por meio das políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão dos postos

de trabalho formais e inclusão produtiva. Neste contexto, ganha importância o desafio da erradicação da pobreza extrema com o Plano Brasil Sem Miséria que possibilitará a incorporação de um contingente ainda maior de brasileiros ao mercado interno. Cabe apontar que a estratégia de dinamização do mercado interno deve ainda ser ancorada em uma forma de produção e consumo ambientalmente sustentáveis.

A expansão das taxas de investimentos no horizonte do PPA 2012-2015 se apresenta como outro desafio para sustentação do ciclo de crescimento econômico e consolidação do modelo de consumo e produção de massa. Neste contexto, no período de 2012-2015, a elevação das taxas de investimento viabilizará a expansão da produção com geração de emprego e elevação da produtividade e competitividade sistêmicas da economia.

A dinamização, sobretudo dos investimentos em infraestrutura durante o período do PPA 2012-2015, possibilitará superar os gargalos para o setor produtivo que poderiam inviabilizar a sustentação do crescimento - especialmente nos setores de energia, transporte rodoviário, ferroviário, portos, aeroportos e nas condições de armazenagem.

A constituição de uma adequada e eficiente rede de infraestrutura promoverá uma redução dos custos e melhoria da competitividade das empresas nacionais no mercado internacional. Ademais, os investimentos em infraestrutura terão um rebatimento direto sobre as condições sociais de vida da população como, por exemplo, no caso da melhora da mobilidade urbana e da universalização do acesso à energia - Luz para Todos - e aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A ampliação dos investimentos em infraestrutura será perseguida durante o período do plano por meio da continuidade do PAC. Há significativas oportunidades de inversões para reforçar nossa infraestrutura, como destacado no lançamento da segunda fase do PAC, em que foi reafirmado o compromisso com o desenvolvimento econômico e com o combate às desigualdades, enfatizado o eixo de infraestrutura social-urbana.

A possibilidade de exploração das novas reservas de petróleo e gás nos campos do pré-sal também provocará uma significativa expansão dos investimentos. Além do mais, permitirá reduzir a vulnerabilidade externa do país com afluxo, no primeiro momento, dos investimentos diretos para a cadeia produtiva do setor e, no segundo momento, pelo acúmulo de divisas oriundas da exploração dos recursos naturais.

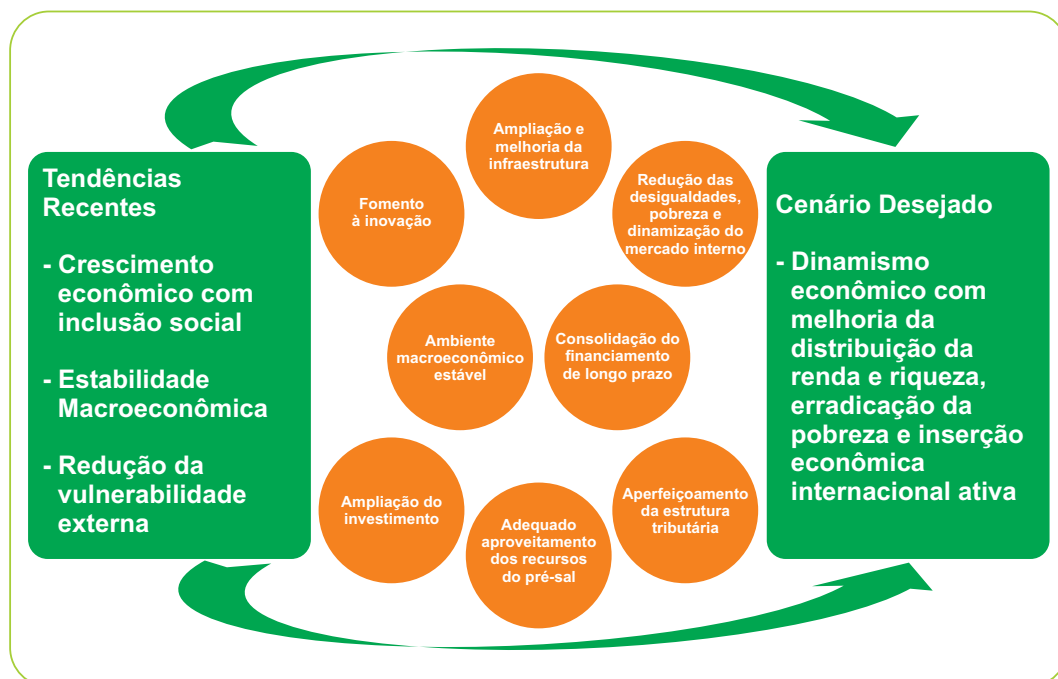
A exploração e utilização dos recursos do pré-sal despontam como outro desafio referente ao aproveitamento desta possibilidade para consolidar uma cadeia produtiva de conteúdo nacional. Por sua vez, outro desafio está associado à destinação de parte dos recursos oriundos da exploração do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia, saúde, meio ambiente e combate à pobreza. Cabe ressaltar ainda que as possibilidades abertas pelo pré-sal não impedirão que o país amplie esforços na direção da utilização crescente das fontes de energia limpa e renovável.

O progresso científico e tecnológico se apresenta como outro importante desafio a ser enfrentado pelo PPA 2012-2015 devido ao contexto internacional de aceleração das transformações tecnológicas – especialmente nas áreas de tecnologia da informação, nanotecnologia e biotecnologia. Neste sentido, observa-se uma transformação contínua de processos e produtos e o acirramento da concorrência internacional por mercados, o que amplia a necessidade de intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) como forma de reduzir o hiato econômico em relação às economias desenvolvidas.

O país conseguiu estruturar um sistema de ciência e tecnologia amplo e logrou avanços expressivos em algumas áreas como no caso do setor agrícola e energético. Contudo, apesar dos avanços, observa-se que a emergência de novos paradigmas tecnológicos tende a ampliar o hiato tecnológico em relação às economias avançadas. Neste contexto, colocam-se importantes desafios para o país como: a elevação do investimento do setor privado em PD&I, a criação de um Sistema Nacional de Inovação com capacidade de articular empresas, universidades e agentes financiadores e a promoção de uma forte desconcentração regional das atividades científica e tecnológica. Ademais, todo esforço de ampliação dos investimentos em PD&I deve ser orientado para as especificidades da realidade brasileira em termos de estrutura demográfica e de renda, bem como condições climáticas e epidemiológicas.

O enfrentamento adequado dos desafios ao longo do Plano Mais Brasil possibilitará ao país atingir o cenário desejado de dinamismo econômico, a melhor distribuição de renda e riqueza, a erradicação da pobreza e a confirmar a inserção econômica internacional ativa.

Figura 1 - Cenário de Referência (PPA 2012-2015)



Elaboração: SPI/MP

Projeções econômicas para o PPA 2012-2015

Demanda Agregada (2012-2015)

O Brasil tem condições de sustentar o crescimento econômico em taxas acima das verificadas nos anos passados a despeito das incertezas que cercam o desempenho do cenário internacional nos próximos anos. Estima-se que o crescimento do PIB acelere de 4,5% em 2011 para 5% em 2012, atingindo o patamar de 5,5% a partir de 2013, sendo que, do lado da demanda agregada, essa aceleração será liderada pela trajetória da formação bruta de capital fixo (FBCF).

Tabela 1. PPA 2012-2015 - Projeções dos componentes da demanda agregada
Taxas Anuais de Crescimento

Taxas de Crescimento (%)	2012	2013	2014	2015
PIB	5,0	5,5	5,5	5,5
Consumo das Famílias	5,1	5,3	5,6	5,6
Consumo do Governo	1,2	2,4	2,8	3,0
FBCF	10,1	10,5	10,2	9,5
Exportação de bens e serviços	9,2	5,0	4,1	3,7
Importação de bens e serviços	10,0	6,3	7,8	7,0

Estimativas da MF/SPE
Fonte: IBGE
Elaboração: MF/SPE

Desde o lançamento do PAC, em janeiro de 2007, a busca pela ampliação dos investimentos foi colocada com uma das prioridades da política econômica. Desta forma, a taxa de investimentos elevou-se de maneira significativa e, apesar dos fortes efeitos da crise financeira mundial, foi um dos principais determinantes do crescimento do PIB em 2010.

As perspectivas para a ampliação dos investimentos nos próximos anos são ainda mais favoráveis, seja pelo lançamento da segunda fase do PAC ou pela exploração das novas reservas de petróleo e gás na camada do pré-sal. Ademais, a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, bem como a manutenção da força do nosso mercado doméstico de consumo, são outros fatores determinantes para a continuidade da expansão dos investimentos ao longo dos próximos anos.

Todas essas oportunidades de inversões devem elevar a taxa de investimento da economia brasileira, medida como a proporção entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, para valores superiores a 20% ao longo dos próximos anos, mantendo trajetória de alta persistente. O Governo Federal estima que a taxa de investimento se desloque de 19,5% do PIB, previsto para 2011, para 23,2% do PIB, em 2015.

Em virtude dessas oportunidades de investimentos, e também considerando o novo ambiente internacional, em que os países mais desenvolvidos demorarão mais tempo para se ajustar aos efeitos negativos da crise, continuará a entrada de capitais, em especial de investimentos diretos, para a economia brasileira. Entretanto, o financiamento da expansão dos investimentos ao longo dos próximos anos também deve contar com uma elevação das fontes domésticas privadas de financiamento.

As grandes transformações observadas no Brasil, nos últimos anos, com a inclusão de milhões de pessoas ao mercado, e o compromisso assumido pelo Governo de superar a miséria nos próximos anos provocarão expansão das despesas de consumo das famílias brasileiras. Após o sucesso do Programa Bolsa Família, o Governo Federal lançou, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de erradicar a extrema pobreza em todo o território nacional.

A taxa média estimada para a expansão do consumo das famílias nos próximos anos deve ficar em torno de 5% aa, liderada, em grande medida, pela expansão da renda gerada pelos investimentos. Essas estimativas estão baseadas nas respostas das despesas de consumo à manutenção do ciclo virtuoso do crescimento, que provoca expansão quantitativa e qualitativa no mercado de trabalho, com queda na taxa de desemprego e elevação na formalização dos postos de trabalho e nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores.

Essas estimativas também refletem as políticas sociais adotadas pelo Governo, com destaque para a continuidade da política de valorização do salário mínimo e para o aprofundamento e o aperfeiçoamento das políticas de transferências de renda às famílias carentes.

Outro fator relevante para a manutenção do crescimento das despesas de consumo das famílias brasileiras reside na expansão do crédito para pessoas físicas. Nesse sentido, vale ressaltar a solidez do crescimento dos empréstimos verificado nos últimos anos, pois esteve associado à força do mercado de trabalho e às inovações que ampliaram as garantias das operações. Com isso, o crédito para pessoas físicas continuará contribuindo para a expansão das despesas de consumo das famílias brasileiras, porém com taxas de crescimento menos elevadas em virtude da adoção de medidas macroprudenciais.

Por outro lado, as despesas de custeio da administração pública devem continuar se expandindo abaixo do crescimento do PIB visto que o Governo vai seguir elevando o investimento público, mantendo o compromisso de perseguir uma trajetória de redução do endividamento público.

Oferta Agregada (2012-2015)

A força do mercado doméstico, seja para consumo em massa, seja para investimento produtivo, incentiva o crescimento em todos os setores produtivos. Com isso, estima-se uma significativa expansão do valor adicionado na economia brasileira nos próximos anos.

Tabela 2. PPA 2012-2015 – Projeções dos componentes da oferta agregada
– Taxas Anuais de Crescimento.

Taxas de Crescimento (%)	2012	2013	2014	2015
PIB	5,0	5,5	5,5	5,5
Agropecuária	6,2	6,7	6,2	6
Indústria	4,9	5,4	5,6	5,2
Serviços	4,7	5,2	5,1	5,4
Valor adicionado	4,8	5,3	5,3	5,4
Impostos sobre produtos	5,8	6,3	6,4	6,2

Estimativas da MF/SPE.

Fonte: IBGE.

Elaboração: MF/SPE

No caso da agropecuária, o novo ambiente internacional, com recuperação assimétrica entre os países desenvolvidos e emergentes, é fator adicional de estímulo à produção, haja vista que a demanda por produtos básicos deve persistir elevada nos próximos anos. Como o Brasil possui vantagens comparativas nítidas nesse setor, a produção agropecuária deve acelerar o seu ritmo de crescimento frente às taxas verificadas nos anos anteriores.

Na produção industrial, o novo ambiente internacional, com a manutenção dos preços de *commodities* em patamar elevado nos mercados internacionais, associada à exploração de petróleo e gás na camada do pré-sal, contribuirão para a expansão da produção da indústria extrativa mineral acima da verificada nos anos anteriores.

A indústria da construção civil e de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana se beneficiarão das amplas transformações em andamento na economia e na sociedade brasileira, com expansão do mercado doméstico de consumo e necessidade de reforço nas condições de infraestrutura.

A produção da indústria de transformação, por sua vez, terá que se adaptar ao desafio do acirramento da competição nesse novo ambiente internacional do período pós-crise. Nesse sentido, é essencial reforçar as medidas já em andamento pelo Governo para a melhoria da competitividade da produção doméstica associadas com medidas de estímulos à inovação tecnológica e à qualificação da mão de obra.

O setor de serviços, principal componente do PIB brasileiro, seguirá mantendo uma menor volatilidade e também acelerará seu desempenho nos próximos anos, beneficiando-se da força do nosso mercado doméstico de consumo.

Inflação sob controle ao longo do período do PPA 2012-2015

O regime de metas de inflação é uma estratégia de política monetária com importantes vantagens, entre elas, a sua flexibilidade em ambiente de choques de oferta, a sua transparência, sua facilidade de compreensão por parte da sociedade, e também sua capacidade de ancorar expectativas inflacionárias para um horizonte de tempo de médio prazo.

No caso da economia brasileira, o regime de metas de inflação tem sido muito bem sucedido, sendo que, desde 2005, a inflação tem estado dentro da banda de tolerância.

A atual aceleração da inflação, especialmente a partir do final de 2010, é um fenômeno mundial. No Brasil, a elevação nas taxas de inflação decorreu da forte alta de preços de *commodities* nos mercados internacionais, que provocaram aumento nos preços dos alimentos. Também foi verificada elevação sazonal de preços de etanol e gasolina, além de alterações climáticas que afetaram diversos preços agrícolas internamente.

Entretanto, já a partir de maio do ano corrente, a inflação começou a desacelerar, chegando a apresentar variações negativas em alguns importantes índices de preços divulgados em junho, como o IPC-S da FGV.

Nessa conjuntura internacional desfavorável, cercada de incertezas, que provocam impactos nos preços das *commodities* e na inflação doméstica, o CMN decidiu manter a meta de inflação em 4,5% para 2013. Também manteve o intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais para cima e para baixo da meta estabelecida.

A decisão do CMN objetivou garantir o controle da inflação e dar a flexibilidade necessária à política monetária, de forma compatível tanto com o potencial produtivo da economia, quanto com as incertezas originárias do cenário internacional.

Cabe ressaltar que, nos últimos anos, a manutenção da meta de inflação em 4,5% tem se mostrado compatível com a tendência de queda gradual do patamar da taxa real de juros da economia.

Como destacado anteriormente, o principal determinante para o crescimento econômico ao longo do período do PPA 2012-2015 reside na trajetória de expansão dos investimentos. Neste sentido, a ampliação resultante da capacidade instalada, associada à expansão do emprego e, principalmente, à exploração dos elevados ganhos de produtividade ainda presentes, fará com que ocorra uma elevação do potencial de crescimento da economia brasileira para taxas superiores a 5% aa. Essa ampliação do investimento permitirá a combinação da aceleração do crescimento com a manutenção das taxas de inflação dentro das metas definidas pelo CMN.

A coordenação entre as políticas fiscal e monetária, associadas à adoção de medidas macroprudenciais, bem como à expansão da oferta agropecuária esperada para os próximos anos, também contribuirão para a manutenção da inflação sob controle ao

longo do período do PPA 2012-2015.

Outro fator essencial para a estabilização monetária nos próximos anos é adotar medidas para reduzir a importância da indexação na formação dos preços na economia brasileira. Com isso, haverá menor inércia inflacionária e os preços reagirão de forma mais adequada ao balanço entre a oferta e a demanda agregada, elevando a eficácia dos canais de transmissão da política monetária.

Setor Externo (2012-2015)

A perspectiva de manutenção do crescimento econômico do Brasil acima da média mundial e da média dos países avançados deve provocar, como possível resultado, a manutenção das taxas de crescimento das importações de bens e serviços acima das taxas das exportações, persistindo o vazamento de parte do nosso mercado para a sustentação da retomada da demanda mundial.

De qualquer forma, o comércio mundial poderá iniciar, a partir do 2º semestre de 2012, uma recuperação mais forte do que o crescimento das economias centrais, liderado, em parte, pelo aumento das importações chinesas.

Nesse sentido, o novo ambiente requer a adoção de políticas com vistas a elevar a competitividade da economia brasileira nos próximos anos. O Governo já está atuando nessa direção, com destaque para as ações relativas à redução dos custos tributários – conforme agenda tributária do Governo Federal; à melhoria nas condições de infraestrutura – como o PAC; ao reforço do capital humano, com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e com medidas para a expansão da qualificação profissional; além de incentivos para ampliação da inovação produtiva – conforme agenda da política industrial, dentre outras ações.

O sucesso dessas medidas de aumento da competitividade, associado à continuidade dos sólidos fundamentos macroeconômicos relativos ao setor externo, sob regime de taxa de câmbio flutuante e com elevados níveis de reservas internacionais, garante a solidez do setor externo da economia brasileira.

Nesse sentido, é necessário persistir com os esforços para o aprofundamento da nossa inserção internacional, seja na busca da diversificação ainda maior da nossa pauta de produtos exportados e dos destinos das nossas vendas externas, seja também na concretização de oportunidades de internacionalização da atuação de nossas empresas. Também é essencial persistir na melhora da composição do passivo externo verificada nos últimos anos, evitando que o aumento da dívida externa supere o financiamento pela entrada de investimentos estrangeiros.

Setor Público

A manutenção das contas públicas sólidas constitui um dos elementos fundamentais para sustentação do crescimento econômico verificado nos últimos anos, assim como para o enfrentamento da maior crise financeira verificada na economia mundial desde a Grande Depressão dos anos 30 do século passado, que permitiu ao governo adotar uma política anticíclica, evitando o que a crise aqui se instalasse.

Nesse sentido, as despesas que financiam os programas que integram o Plano Mais Brasil estão compatíveis com um cenário de sustentabilidade fiscal, conforme expresso na tabela 3, cujos agregados de receita e despesa foram projetados levando-se em conta os parâmetros macroeconômicos constantes da tabela 4, dentre outros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Tabela 3. Resultado Primário do Governo Central (em % do PIB)

Discriminação	2012	2013	2014	2015
I. RECEITA TOTAL	24,18	24,28	24,26	24,20
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	15,60	15,73	15,72	15,69
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	5,87	5,90	5,88	5,86
I.3. Outras Receitas	2,72	2,65	2,65	2,65
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	4,09	4,12	4,12	4,11
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	20,09	20,16	20,14	20,09
IV. DESPESAS	18,51	18,59	18,54	18,49
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4,13	4,01	3,91	3,80
IV.2. Benefícios da Previdência	6,92	6,85	6,79	6,76
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	2,24	2,29	2,34	2,40
IV.4. Despesas Discricionárias	5,08	5,30	5,35	5,38
IV.4.1. Poder Executivo	4,88	5,10	5,12	5,18
IV.4.2. Legislativo/Judiciário/MPU	0,20	0,20	0,23	0,20
IV.5. Reserva de Contingência	0,14	0,14	0,15	0,15
V. RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	1,57	1,58	1,60	1,60
VI. META DE RES. PRIMÁRIO	2,14	2,14	2,15	2,15
VII. Recursos para o PAC - dedução da meta	0,56	0,56	0,56	0,56
VIII. META DE RES. PRIMÁRIO (LDO 2012)	1,57	1,58	1,59	1,59

Fonte:Ministério do Planejamento

Tabela 4. Parâmetros Macroeconômicos para a elaboração do PPA 2012-2015

Ano	PIB (R\$ milhões)	PIB Var. % Real	IPCA Acumulado (Var. %)	IGP – DI Acumulado (Var. %)	Massa salarial Crescimento real	Taxa Over SELIC % a.a. (Dezembro)	Câmbio R\$/US\$ (Média)
2012	4.537.477	5,0	4,80	5,00	4,71	12,50	1,64
2013	5.008.698	5,5	4,50	4,50	4,58	11,00	1,72
2014	5.521.965	5,5	4,50	4,50	4,44	9,50	1,74
2015	6.087.828	5,5	4,50	4,50	4,33	8,00	1,77

Fonte: SPE / MF.

A redução do endividamento do setor público, em termos do PIB, associada à mudança na composição do passivo, com redução dos riscos inerentes a mudanças nas taxas de juros e, principalmente, nas taxas de câmbio, abriu espaço para novos desafios à condução da política fiscal. Do ponto de vista da gestão da dívida pública, esforços devem continuar a melhorar o perfil do endividamento, como observado nos últimos anos.

Desde o período anterior, além da solidez dos indicadores, o foco do Governo passou a incluir a contribuição da política fiscal ao crescimento econômico, com expansão das despesas de transferências de renda para fortalecer o mercado doméstico e de investimentos para melhorar as condições de infraestrutura.

Outra prioridade da política fiscal reside na simplificação do regime tributário, reduzindo a complexidade e distribuindo melhor a carga com vistas a elevar a competitividade da produção doméstica.

Todas essas transformações e os novos desafios atuam para que a política fiscal seja conduzida dentro de uma visão mais ampla. Passa-se, então, a uma atuação com foco em prazos mais longos, com necessidade de ajustes a mudanças no ciclo e a adaptações a novas realidades da economia brasileira, como o envelhecimento populacional e a necessidade de ampliar os investimentos em capital humano.

Nesse sentido, é essencial destacar a criação do Fundo Social do Petróleo (Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010), que pretende transformar os recursos finitos advindos da exploração e da produção de petróleo e gás nas camadas do pré-sal em mudanças estruturais na sociedade brasileira a partir do investimento dos recursos obtidos em áreas prioritárias, como educação, meio ambiente e inovação tecnológica, dentre outras.

CENÁRIO SOCIAL

Demografia

A população do Brasil alcançou em 2010 a marca de 190 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico. Em comparação com o Censo 2000, apresentou um crescimento relativo de 12,3%, o que resultou em um crescimento médio geométrico anual de 1,17%, menor que o da década anterior, de 1,64%. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do aumento da população adulta, com destaque também para a ampliação da participação da população idosa.

A redução da taxa média de crescimento se deve à queda simultânea das taxas de natalidade e de mortalidade, consequências das profundas transformações na estrutura socioeconômica, institucionais e políticas vividas pelo Brasil, como maior urbanização, dinamização da economia, maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mudanças

nas relações de gênero, universalização do ensino fundamental e políticas na área de saúde e previdência.

Esse declínio da taxa de crescimento populacional também gera efeitos positivos nos indicadores de pobreza, uma vez que a redução no número de componentes por família se dá ao mesmo tempo em que a renda familiar é elevada, refletindo na elevação da renda per capita familiar.

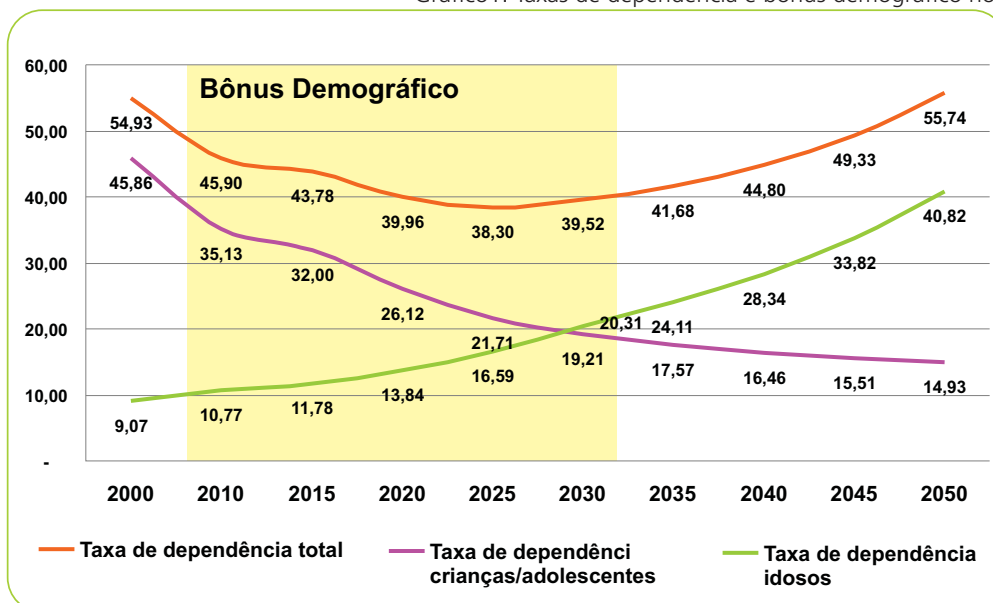
A transição demográfica em curso age no sentido de reduzir o peso relativo de crianças e jovens e aumentar o de adultos e idosos na estrutura etária. A proporção de menores de 15 anos de idade na população brasileira caiu de 34,7% do total para 24,1% nos últimos 20 anos, e estima-se que ela deve chegar a menos de 22% em 2015, conforme as projeções da Divisão de População da ONU. Além da redução relativa, os grupos etários de menores de 15 anos já apresentam também uma diminuição absoluta no seu contingente, de 50,3 milhões, em 2000, para 45,9 milhões, em 2010.

Por outro lado, a participação dos maiores de 64 anos de idade passou de 4,8% da população em 1991 para 7,4% em 2010, com estimativas de chegar a mais de 8% em 2015. A população de idosos teve um aumento absoluto de mais de 4 milhões na última década. Já a população de 15 a 64 anos de idade chegou a 68,5% da população, em 2010, sendo que, em 2000, era de 64,5%, com estimativa de que esteja próxima de 70% em 2015.

Um importante indicador demográfico utilizado para medir a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo é a razão de dependência, que considera como população adulta as pessoas de 15 a 64 anos de idade. Esse indicador sinaliza que a mudança de estrutura etária levará o Brasil, durante algumas décadas, a uma substancial redução das razões de dependência dos estratos mais jovens e mais idosos em relação à população em idade ativa. Um reflexo disso seria a ampliação da população em idade ativa, caracterizada como “bônus demográfico”, repercutindo sobre a população economicamente ativa (PEA) e, em última instância, sobre a capacidade de geração de riqueza.

Segundo os dados dos Censos, o número de pessoas em idade potencialmente inativa para cada grupo de 100 pessoas potencialmente ativas, que em 2000 era de 54,9, caiu a 45,9 em 2010. As projeções populacionais estimam que a razão de dependência atinja o valor mais baixo por volta de 2025, quando deve chegar próximo a 38.

Gráfico1. Taxas de dependência e bônus demográfico no Brasil



Fonte: Censos 2000 e 2010 e projeções populacionais da divisão de população da ONU de 2015 a 2050.
Elaboração SPI/MP.

O bônus demográfico encerra-se quando a população avança para idades mais altas. Estima-se que esse ponto será alcançado por volta de 2030, quando a proporção de crianças na população total for menor que a de idosos, 13,8% e 14,6% da população, respectivamente. Nesse contexto, observa-se uma grande oportunidade para o desenvolvimento da economia brasileira nos próximos anos, cujo aproveitamento é fortemente condicionado pela condução das políticas públicas, como a educacional e a de inclusão produtiva, voltadas à população mais jovem, que, além de promotoras da cidadania, exercem grande influência na dinâmica do mercado de trabalho, nas taxas de ocupação e na produtividade do trabalho.

Apesar dos avanços recentes na educação e no mercado de trabalho, ainda há muitos desafios pela frente nas ações que promovem a cidadania da juventude, relacionados ao aumento da permanência na escola, à elevação do nível de escolaridade, à ampliação do número de matrículas no ensino superior e na educação técnica e profissional, a contenção da inserção precoce no mercado de trabalho, entre outros.

Para que a juventude se beneficie da ampliação das oportunidades econômicas em curso no Brasil, várias políticas vêm sendo empreendidas desde 2003, como a ampliação das redes federais de educação superior e profissionalizante e a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e do benefício variável jovem do Bolsa Família. Políticas que vêm contribuindo para a ampliação da escolaridade e formação dos jovens e às quais se integrarão outras, no governo da Presidenta Dilma, como o PRONATEC, novas expansões das redes federais de educação profissional e superior e o Plano Brasil Sem Miséria, que combina ampliação dos serviços, inclusão produtiva e garantia de renda.

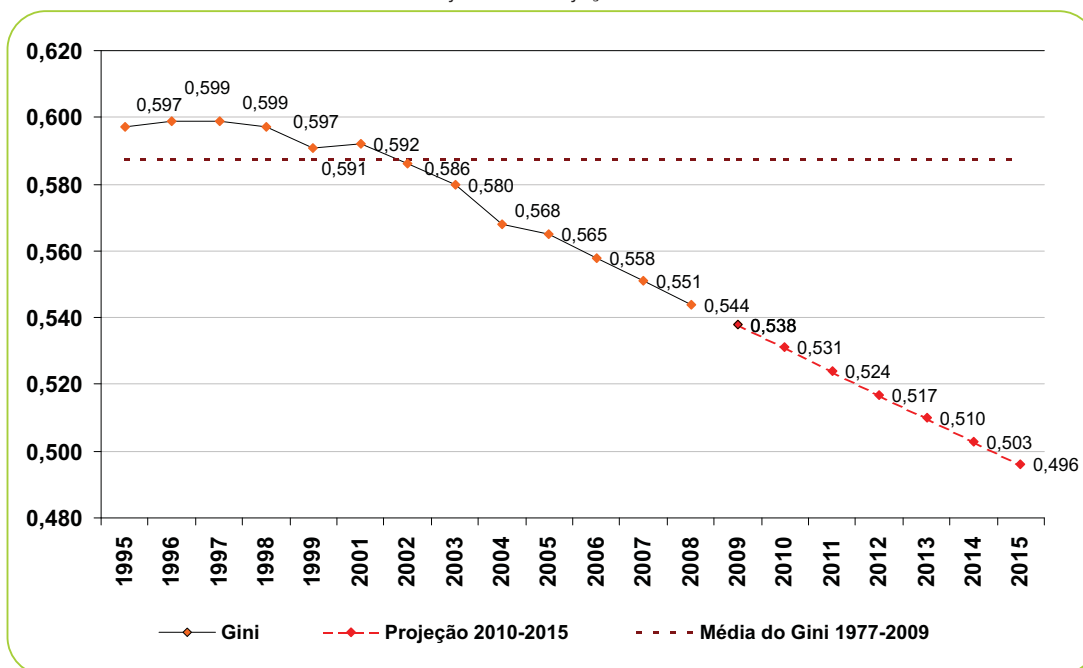
Desigualdade e Pobreza

Para o período 2012 - 2015, o Brasil deverá consolidar o cenário de crescimento econômico com redução das desigualdades, iniciado em 2004, deslocando parcela crescente de sua população para a classe média.

A combinação de crescimento econômico e redução das desigualdades foi determinante para a queda da pobreza e da extrema pobreza verificada nos últimos anos. Segundo o Ipea, entre 2003 e 2009, a proporção de pobres caiu mais de 17 pontos percentuais², fruto, em boa medida, de políticas públicas adotadas no governo Lula, que impulsionaram a expansão da renda, sobretudo a dos mais pobres.

A redução das desigualdades é um dos determinantes da queda da pobreza no Brasil, ao fazer com que a renda dos mais pobres cresça a taxas superiores à dos mais ricos. O gráfico 2 abaixo mostra a redução contínua do Índice de Gini no Brasil a partir de 2001 e intensificada a partir de 2004, estendendo o ritmo da queda até o ano de 2015³, quando o Brasil atingiria índice inferior a 0,5. A reta tracejada do gráfico indica a média do Gini entre 1977 e 2009, mostrando a importância da queda da desigualdade de rendimentos no Brasil em perspectiva histórica.

Gráfico 2. Trajetória e Projeção do Coeficiente de Gini no Brasil: 1995 a 2015



Fonte: Ipea; Elaboração: SPI/MP.

A continuidade do processo de inclusão social requer a expansão e a melhor distribuição de rendimentos oriundos do trabalho (que têm grande participação na renda total) e das transferências focalizadas (que vêm aumentando seu peso na renda total). Em relação ao último ponto, a perspectiva de evolução dos gastos sociais dos programas de

2 Considerado o corte de renda de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda domiciliar per capita, a preços de 2009.

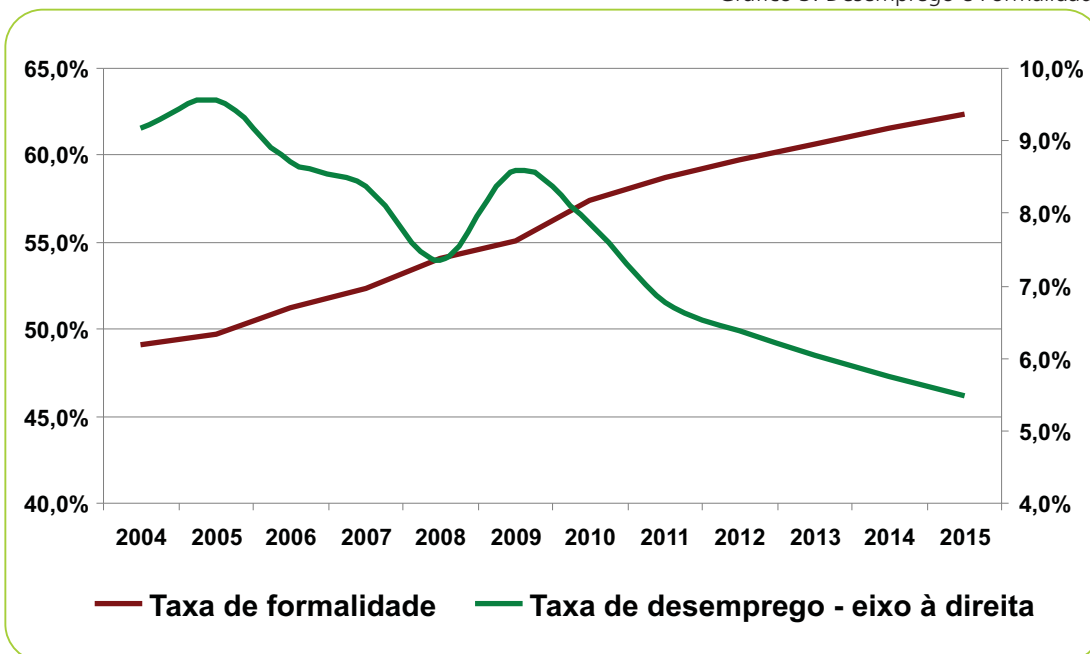
3 Supondo queda média anual similar à do período 2003-2008 (-0,7 ponto de Gini).

transferência de renda – como o Bolsa Família e os Benefícios de Prestação Continuada – e da previdência social seguirão constituindo importante fonte de desconcentração de rendimentos.

A renda oriunda do trabalho será importante não apenas por meio de sua desconcentração, mas também de seu crescimento, derivados de fatores como a valorização do salário mínimo, a expansão do nível de formação e escolaridade dos trabalhadores, a desconcentração regional e o aumento das oportunidades de trabalho.

Sobre este último ponto, a expectativa é de continuidade da absorção de pessoas economicamente ativas ao mercado de trabalho. O gráfico 3 mostra a expansão das ocupações desde 2004, com forte movimento de formalização dos vínculos trabalhistas. Conforme observado, entre 2004 e 2008, a desocupação caiu de 9,2% para 7,4%⁴, produto da expansão da ocupação a taxas superiores à do crescimento da PEA. O gráfico ainda projeta a continuidade da queda da taxa de desocupação, num cenário em que chegaria a cerca de 5%, em 2015, com geração de ocupações e ampliação da renda.

Gráfico 3. Desemprego e Formalidade



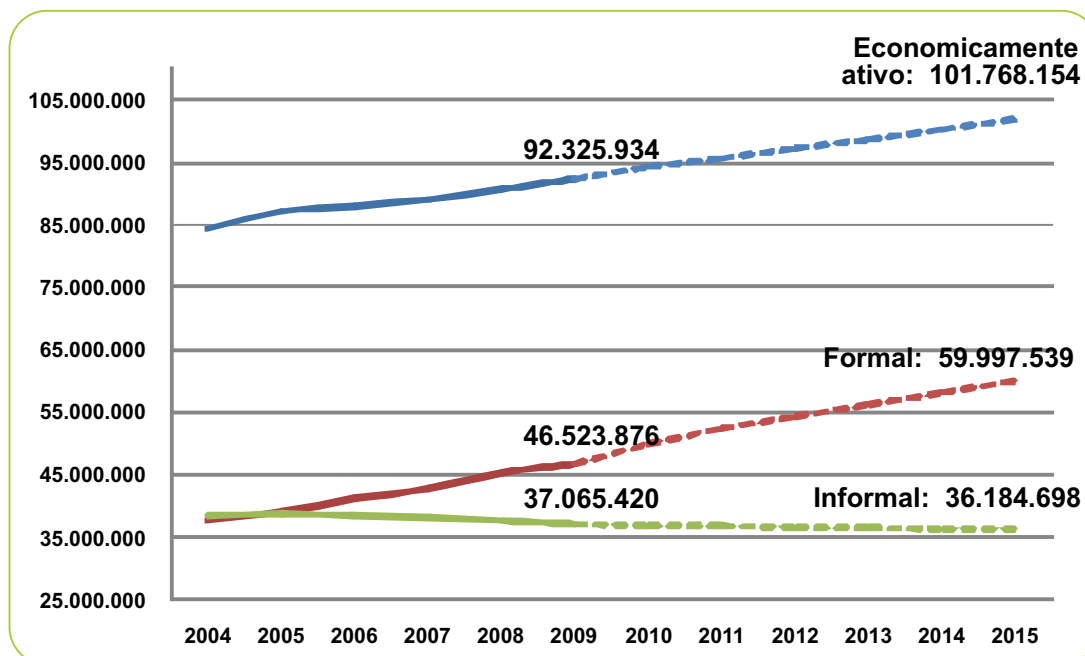
Fonte: Microdados da PNAD
Elaboração: SPI/MP

Um ponto relevante é que, entre as ocupações geradas entre 2004 e 2009, parte significativa é formal. Novamente, a projeção da performance de geração de ocupações formais até 2015 mostra a perspectiva de expansão da taxa de formalização da economia, passando de quase 50% em 2004 para mais de 60% em 2015. Este movimento indica absorção da PEA pelo mercado de trabalho formal, com remunerações mais elevadas e empregos protegidos, sendo decisivo para a continuidade da redução da pobreza.

4 Com elevação em 2009, em função dos efeitos da crise internacional, embora o Brasil tenha sido o país que mais rápido recuperou sua capacidade de crescimento, expressa na forte evolução do PIB já em 2010. Os dados são para a população de 16 a 59 anos de idade nas PNAD's.

O gráfico 4 mostra um cenário positivo para o mercado de trabalho no período até 2015⁵, em que a PEA deve passar de 100 milhões, contando com aproximadamente 60 milhões de empregos formais, criados a partir de novos vínculos e formalização de existentes

Gráfico 4. Projeções para o Mercado de Trabalho



Fonte: Ministério do Planejamento e Microdados da PNAD. Elaboração: SPI/MP

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2009) mostram que o rendimento médio do trabalho dos ocupados formais era de R\$ 1.370, enquanto o dos informais era de R\$ 531. Logo, a tendência à maior formalização do mercado de trabalho deverá contribuir para o cenário de aumento da renda do trabalho.

Para a concretização do cenário de formalização, variáveis como a formação e a escolaridade do trabalhador serão centrais. Em média, cada trabalhador formal tinha 9,8 anos de estudo, três a mais do que os informais⁶, indicando que a inserção no mercado de trabalho formal deve passar por estratégias de ampliação da formação dos trabalhadores, a exemplo do PRONATEC.

Por fim, vale lembrar que a inclusão social para o período 2012-2015 dependerá de políticas que levem em conta o perfil socioeconômico da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. Há especificidades, em termos de situação do domicílio, faixa etária, raça/cor, região, gênero, entre outras, que precisam ser levadas em conta para o aprofundamento da inclusão social e redução das desigualdades. Do ponto de vista regional, mais de 70% das pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de 1/4 de salário mínimo estão nas regiões Nordeste e Norte.

⁵ Supondo-se evolução da PEA e das ocupações formais e informais similares ao período passado.

⁶ Os dados sobre escolaridade e rendimento médios têm como base os microdados da PNAD 2009.

Considerados os 4,4 milhões de domicílios cujos habitantes estão abaixo desta faixa de renda, 37% são rurais, significando 1,6 milhão de domicílios, a maioria dos quais no Nordeste. Entre o total de domicílios rurais, quase 19% estão na faixa de renda considerada⁷.

Outro ponto é que, considerando os domicílios urbanos com menor renda, em 31% viviam famílias com filho, monoparentais e chefiadas por mulheres, o que demanda políticas de proteção específicas voltadas a esse público e expressa a dimensão de gênero da pobreza brasileira. No sudeste urbano, esta relação chegava a 37%. Há também de se destacar a relação entre cor/raça e pobreza, já que, para as pessoas da classe de renda domiciliar per capita até 1/4 de salário mínimo, 73% eram negras.

Enfim, os dados expostos mostram que o aprofundamento da inclusão social com redução das desigualdades esperado no período do PPA 2012-2015 requer que o Estado execute políticas públicas para chegar às diferentes facetas da pobreza. Razão pela qual o Plano Brasil Sem Miséria se estrutura com ações diferenciadas sob vários aspectos, como o regional, a exemplo da universalização da água para consumo humano no semiárido, e o urbano/rural, pela adoção de iniciativas específicas e diferenciadas de inclusão produtiva para cada área.

A intensificação de políticas públicas voltadas a reduzir as desigualdades, combinadas com o crescimento econômico sustentado, deverão garantir a continuidade do processo, observado desde 2004, que vem retirando da pobreza milhões de pessoas e gerando as condições para a erradicação da miséria. Com isso, o país vem avançando na construção de uma sociedade mais inclusiva, caracterizada por uma nova classe média que já representa maior parte da população no Brasil.

CENÁRIO AMBIENTAL

Com uma área de 8,5 milhões de km² e ocupando quase a metade do Continente Sul-americano, o Brasil exerce a liderança entre os países denominados “Megadiversos”: estima-se que se encontra em nosso território mais de 13% do total de espécies do planeta, o que confere ao país um diferencial em termos de capital natural, que pode ser utilizado para o seu desenvolvimento de forma sustentável. O Brasil é detentor da maior floresta tropical úmida do planeta e, também, de uma imensa planície inundável – o Pantanal. Conta, também, com a maior reserva hídrica de água doce do planeta, com destaque para a Bacia Amazônica, bem como águas subterrâneas, cabendo aqui exemplificar o Aquífero Guarani.

O país possui uma costa marinha de 3,5 milhões de km² com uma variedade de ecossistemas que incluem recifes de corais, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos. A variedade

⁷ Microdados da PNAD 2009.

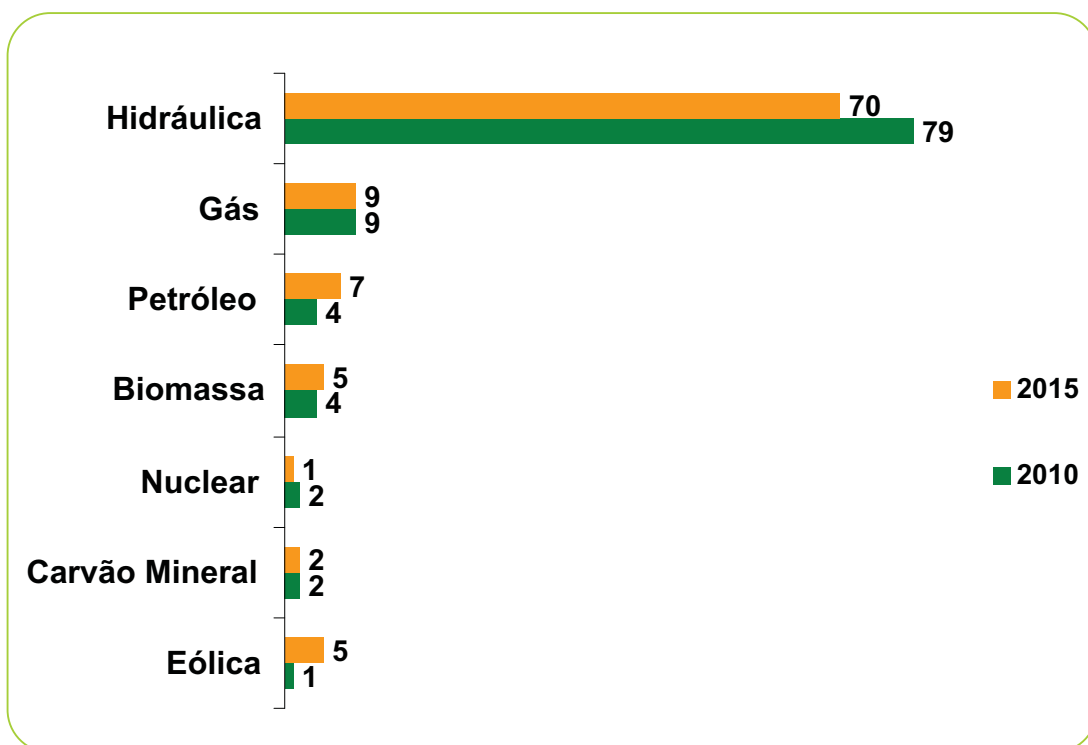
de biomas reflete a riqueza da flora e fauna brasileira, sendo muitas das espécies exclusivas do país. Diversos exemplares de cultivares de importância econômica mundial são originários do Brasil, a exemplo do abacaxi, do amendoim, da castanha do Pará, da mandioca, do caju, da carnaúba e de outras. Uma em cada onze espécies de mamíferos existentes no mundo é encontrada no Brasil.

Estamos entre os maiores produtores mundiais de alimentos. A rapidez com que ocorreu o aumento da produção nos últimos anos levou a uma grande demanda por recursos naturais e requer maior infraestrutura e logística, grandes investimentos em tecnologia, maior produtividade e eficiência dos sistemas produtivos, agregação de valor, equidade na distribuição de benefícios e renda, organização dos agentes e promoção do negócio, tendo por finalidade o desenvolvimento desse setor de forma sustentável.

O Brasil é referência na produção de energia renovável, notadamente hidrelétrica, biocombustíveis. A biomassa vegetal, englobando o etanol derivado da cana-de-açúcar, a lenha e o carvão provenientes de florestas nativas e plantadas, respondeu, em 2010, por cerca de 30% da matriz energética nacional. Na área de geração de energia elétrica, haverá esforços para a manutenção da matriz com base renovável: estímulo ao aumento do uso de energia eólica, maior utilização do bagaço de cana-de-açúcar para fins energéticos e o aproveitamento sustentável do potencial hidrelétrico do país, com destaque para a região Norte.

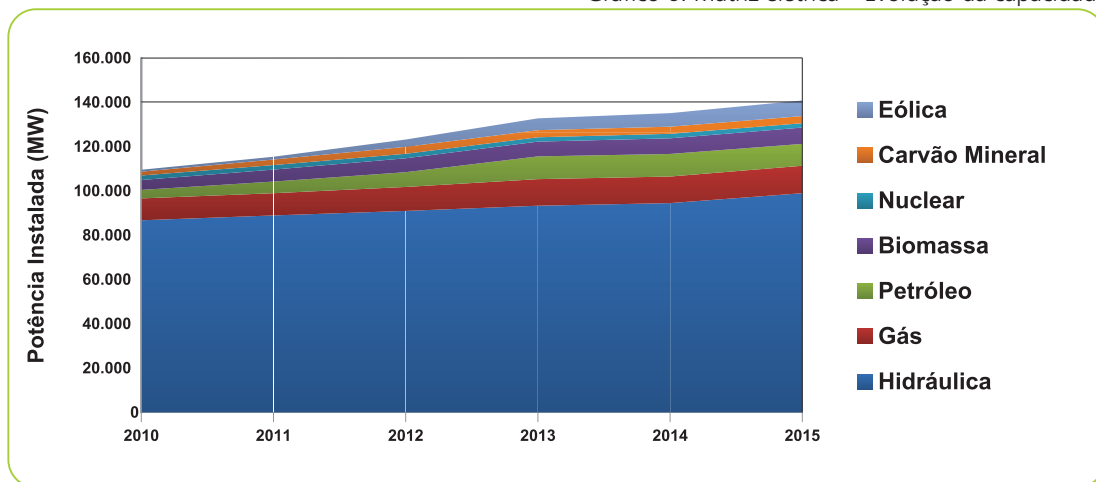
O objetivo da carteira de investimentos incluída no PPA 2012-2015 é proporcionar uma matriz elétrica que preserve o perfil renovável e ambientalmente limpo da configuração atual, mas que propicie maior diversidade de fontes, conforme explicitado nos gráficos 5 e 6:

Gráfico 5. Matriz elétrica – Evolução Relativa das Fontes



Fonte: Plano Decenal de Energia (PDE), 2010

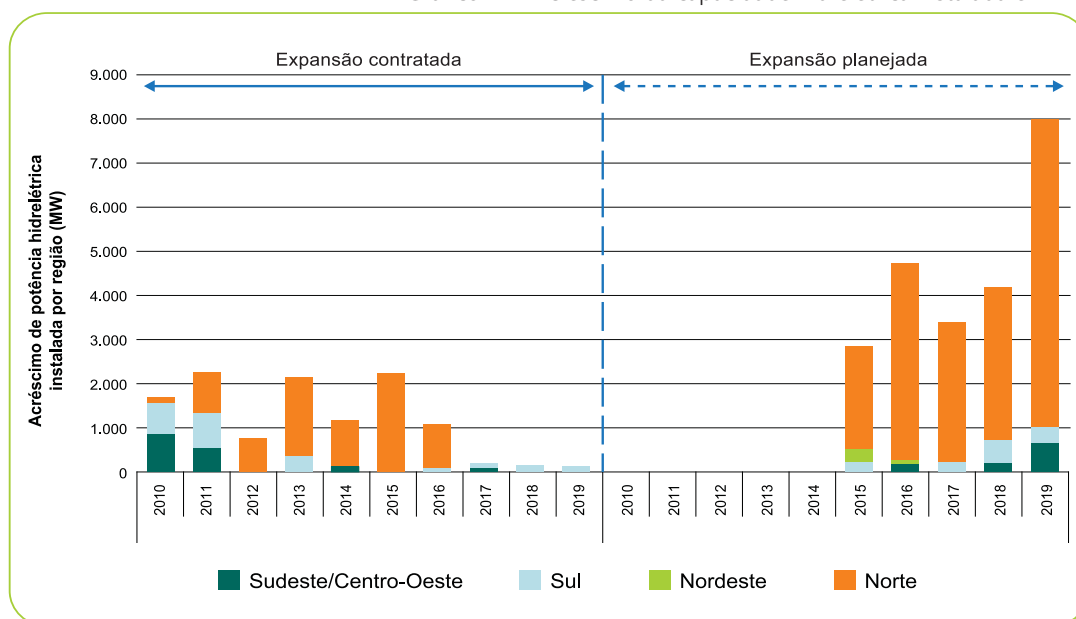
Gráfico 6. Matriz elétrica – Evolução da capacidade



Fonte: PDE, 2010

Também estão previstas medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica. A meta, considerando o horizonte do PPA 2012-2015, é a conservação 20.000 GWh do consumo de energia elétrica, em relação ao que ocorreria sem medidas de conservação, e o acréscimo de cerca de 10.000 MW de capacidade instalada a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs). O gráfico 7 mostra a expansão da capacidade hidrelétrica contratada e planejada, onde fica evidente o destaque mencionado.

Gráfico 7. – Acréscimo da capacidade hidrelétrica instalada em MW



Fonte: ANA, 2011

Cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por intermédio de instrumentos econômicos e de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo – dentre os quais se destacam os estudos e projetos que mitiguem ou minimizem os impactos ambientais causados por grandes obras, a certificação ambiental, os pactos com as cadeias produtivas e os pagamentos por serviços ambientais.

Importante elemento para essa conscientização é a Educação Ambiental, definida pela Lei nº 9.795/1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, como sendo processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Observa-se, desde então, uma crescente expansão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto em caráter formal quanto não formal. A tabela 5 traz os números da Educação Ambiental relativos à formação de professores e de estudantes que participaram diretamente de seminários ou cursos.

Tabela 5. Formação continuada em Educação Ambiental

Público/Recursos	2004/2005	2006/2007	2008/2009* - 1ª oferta (180 hs)	2010* - 2ª oferta (180 hs)	2010* (90hs)
Professores	25.800	10.948	6.440		1.940
Alunos	21.964	-	-		450
Recursos MEC (R\$ 1,00)	2.052.000	2.269.000	4.800.000		967.000

Fonte: MEC - * Semipresenciais, em parceria com a CAPES/UAB

Todavia, apesar desses esforços na área da educação, permanece o desafio de tratar essa temática com a transversalidade que ela requer, de tal forma a produzir substanciais mudanças nos comportamentos e hábitos dos indivíduos.

Ressaltam-se, ainda nesse contexto da integração, iniciativas de grande importância para a harmonização entre as demandas por mais alimentos e a preservação do meio ambiente: os incentivos concedidos pelo Governo Federal para a recuperação de pastagens degradadas, a expansão da prática do Sistema de Plantio Direto na Palha (SPD) e da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), bem como a ampliação da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e do plantio de florestas. Tais medidas, que integram a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), aliadas ao fortalecimento da agricultura orgânica, permitirão o aumento da produção agropecuária, sem a necessidade de desmatamento de novas áreas e com a diminuição do uso de produtos agroquímicos. A tabela 6 mostra a contribuição do setor, que abrange o período 2010/2020:

Tabela 6. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)

Programas	Compromisso Agricultura 2010/2020	
	Área (milhões ha)	Redução de Emissão de GEE (milhões de toneladas de CO2 eq)
Recuperação de Pastagens Degradadas	15,0	83 a 104
Sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	4,0	18 a 22
Sistema de Plantio Direto na Palha	8,0	16 a 20
Fixação Biológica de Nitrogênio	5,5	10,0
Plantio de Florestas	3,0	
Tratamento de Dejetos de Animais	*	6,9

Fonte: MAPA, 2011

Considerando o horizonte projetado para 2020, está previsto para o período do PPA 2012-2015, a implementação de tecnologias na ordem de 12,3 milhões de hectares,

em termos de recuperação de pastagens degradadas, FBN, florestas plantadas, ILPF e SPD, bem como 2,48 milhões de m³ de tratamento de dejetos animais, distribuídos conforme mostra a tabela 7:

Tabela 7. Projeções do ABC para o período 2012-2015

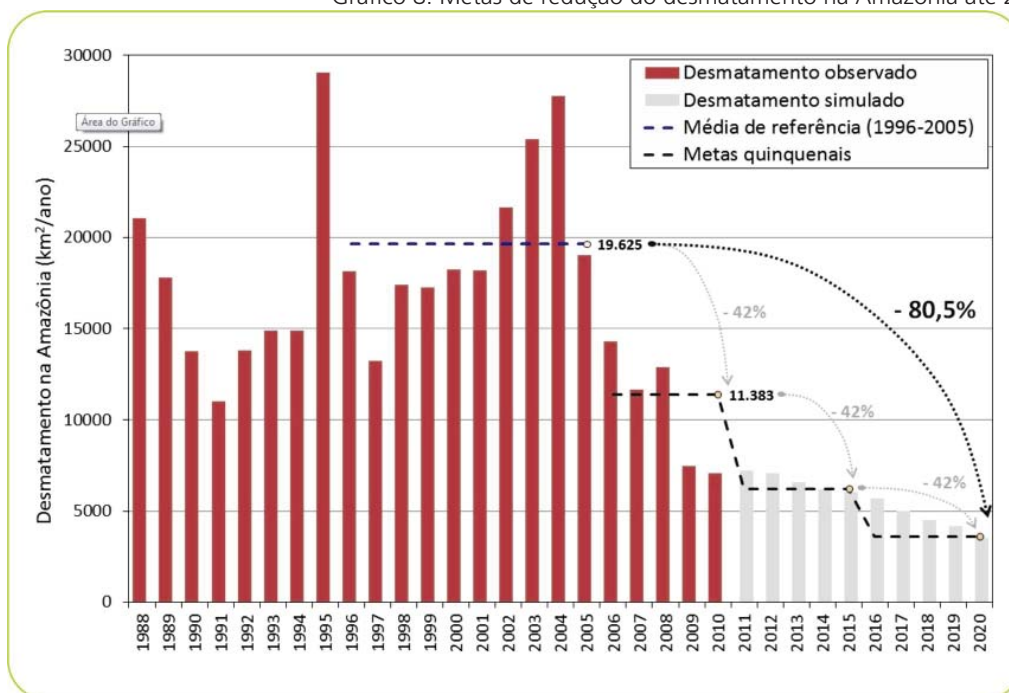
Região	Milhões de hectares	Milhões de m3
Norte	3,0	-
Nordeste	0,9	0,23
Centro-Oeste	5,6	0,29
Sudeste	1,6	0,59
Sul	1,2	1,37
Total	12,3	2,48

Fonte: MAPA, 2011

No período recente, avançou-se bastante em relação à implantação de políticas de prevenção e controle do desmatamento nos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga. Isso foi alcançado por meio de novas estratégias de monitoramento, fiscalização e regulação econômica, como a focalização das ações nos municípios com maiores taxas de desmatamento e a restrição de crédito para atividades não sustentáveis. A expectativa para os próximos anos é a de que ocorram avanços nas políticas de controle do desmatamento, uma vez que existem processos de melhoria em andamento, entre outros, com vistas a aumentar a acurácia do monitoramento em geral e a frequência do monitoramento para os biomas extra-amazônicos.

No cenário para 2020, de acordo com o compromisso nacional voluntário assumido pelo país junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), prevê-se a redução de 80% dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal, em relação à média de 19,5 mil km² verificada entre os anos de 1996 a 2005, conforme gráfico 8 abaixo. Com relação ao Bioma Cerrado, prevê-se redução de 40% dos índices anuais de desmatamento em relação à média de 15,7 mil km² verificada entre os anos de 1999 a 2008.

Gráfico 8. Metas de redução do desmatamento na Amazônia até 2020.

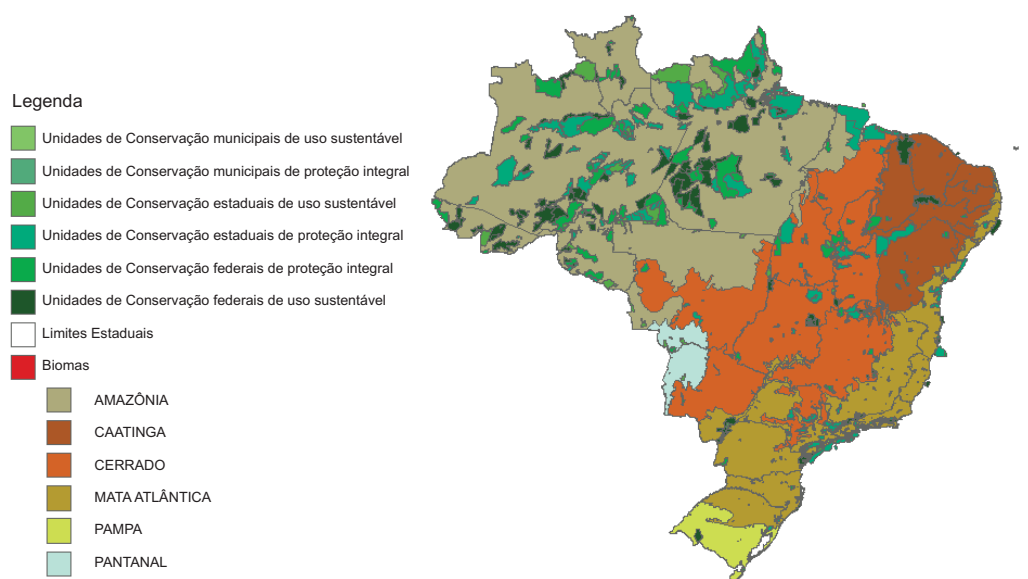


Fonte: PPCDAM, 2009.

Questão relevante em relação à biodiversidade é o fomento à exploração econômica sustentável, por meio de atividades como extrativismo controlado, bioprospecção e ecoturismo, alternativas sustentáveis de redução da pobreza e de inclusão social. No que diz respeito ao acesso a recursos genéticos, necessário à bioprospecção, o Brasil obteve grande vantagem comparativa com a assinatura do Protocolo de Nagóia, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. Entretanto, a conexão entre marco regulatório, processo de pesquisa e desenvolvimento e proteção intelectual precisa evoluir. Portanto, é necessário rever a legislação acerca do tema, criando condições que incentivem a bioprospecção e a justa e equitativa repartição dos benefícios por ela gerados.

Uma estratégia importante para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs) em todos os biomas, visto que estas protegem não apenas a diversidade de espécies e seus genes, mas também os ecossistemas e seus serviços ambientais. A Lei nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e definiu as UCs como espaços territoriais e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e sob regime especial de administração. Segundo dados do SNUC apresentados no mapa 1, o Brasil conta com aproximadamente 1,5 milhão de km² de áreas cobertas por Unidades de Conservação, correspondendo a 17% da área continental nacional e 1,5% das águas jurisdicionais brasileiras. No período do PPA, espera-se ampliar essa área em 100.000 km².

Mapa 1. Mapa das unidades de conservação por bioma

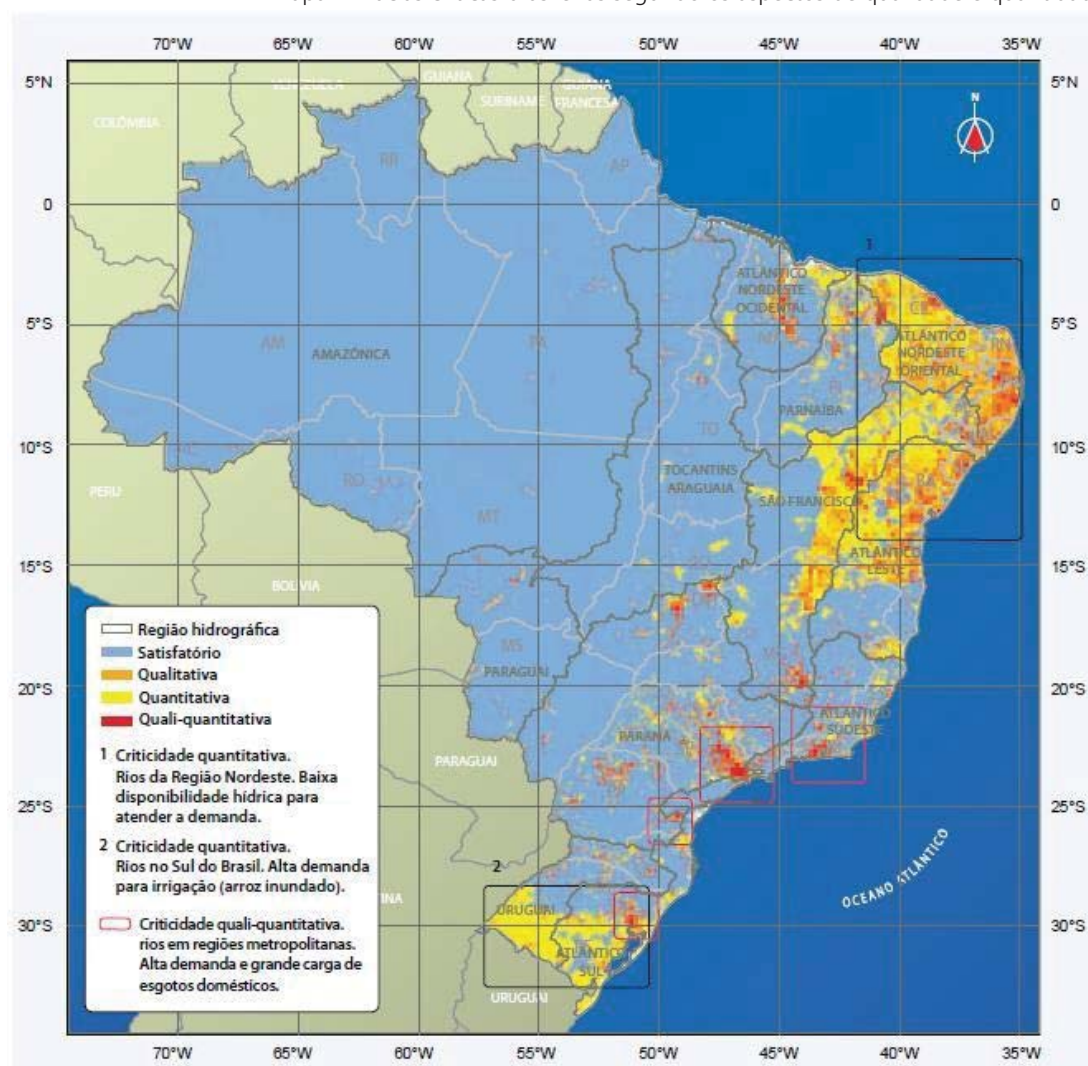


Fonte: MMA, 2011. Elaboração SPL.

Além das Unidades de Conservação integrantes do SNUC, as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas também são considerados áreas protegidas. A rica sociodiversidade representada por mais de 200 povos indígenas e comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros e outros), reúne inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação e o uso da biodiversidade.

A gestão dos recursos hídricos pode ser incluída como tema central da arena ambiental e urbana do país. A escassez da água já é uma realidade em partes do território nacional, como é o caso do semiárido nordestino e da metade sul do Rio Grande do Sul. Não apenas a quantidade de água, mas também a qualidade, são problemas crescentes e preocupantes nas regiões mais densamente habitadas. Esses cenários regionais dos aspectos de qualidade e quantidade em bacias críticas são apresentados no mapa 2.

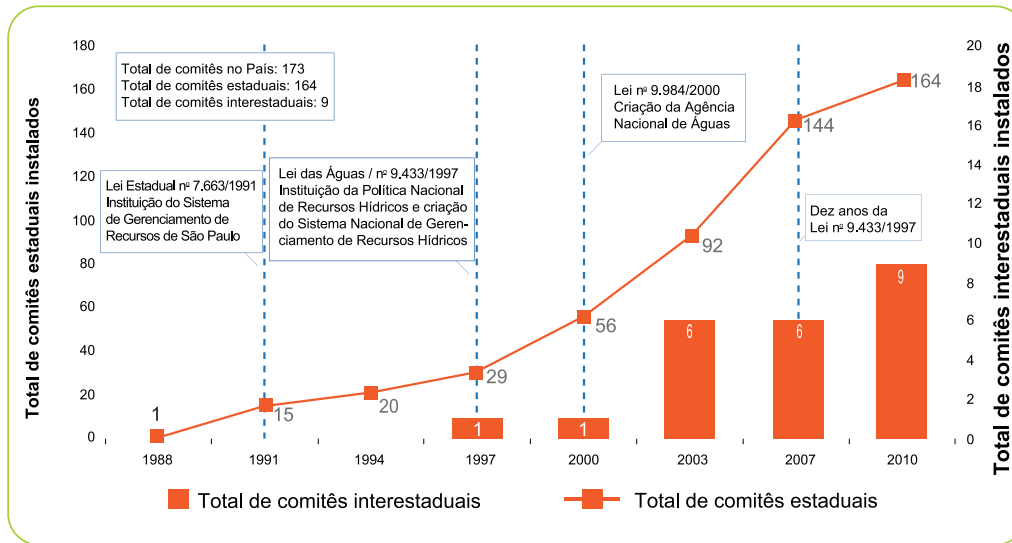
Mapa 2. Bacias críticas brasileiras segundo os aspectos de qualidade e quantidade



Fonte: ANA, 2011.

A sustentabilidade e a segurança hídrica são condicionantes ao desenvolvimento econômico e social, sendo fundamental enfrentar os problemas de acesso à água tratada que atingem mais severamente a população de baixa renda dos pequenos municípios e das periferias dos grandes centros urbanos. A continuidade na implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cuja evolução é apresentada no gráfico 9, implica consolidar o funcionamento dos comitês de bacia criados e os instrumentos da política, como os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água, a outorga e a cobrança pelos usos, e tem como objetivos promover a disponibilidade de água com qualidade, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias hidrográficas.

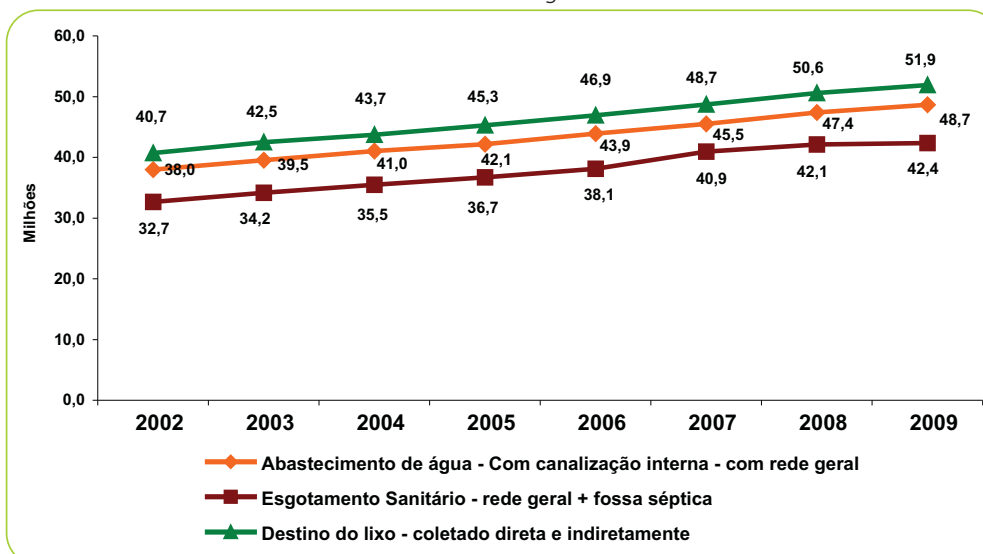
Gráfico 9. Evolução da Gestão de Recursos Hídricos



Fonte: ANA, 2011.

A condução da política de saneamento básico é estratégica para o alcance desses objetivos, especialmente, por perseguir a universalização do acesso à água de forma sustentável e evitar a poluição dos corpos hídricos pelo lançamento de esgoto sanitário sem tratamento adequado ou pela contaminação por resíduos sólidos dispostos em lixões localizados em suas margens. Nesse sentido, verifica-se uma tendência de evolução significativa da cobertura dos serviços de saneamento nos últimos anos. Os dados da PNAD apontam um acréscimo de 7,61 milhões de domicílios providos de abastecimento de água e de 6,87 milhões com esgotamento sanitário no período de 2004 a 2009. No que tange ao serviço de coleta de lixo, verifica-se a ampliação da cobertura em mais de 8 milhões de domicílios no período.

Gráfico 10. Total de domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo – 2002-2009



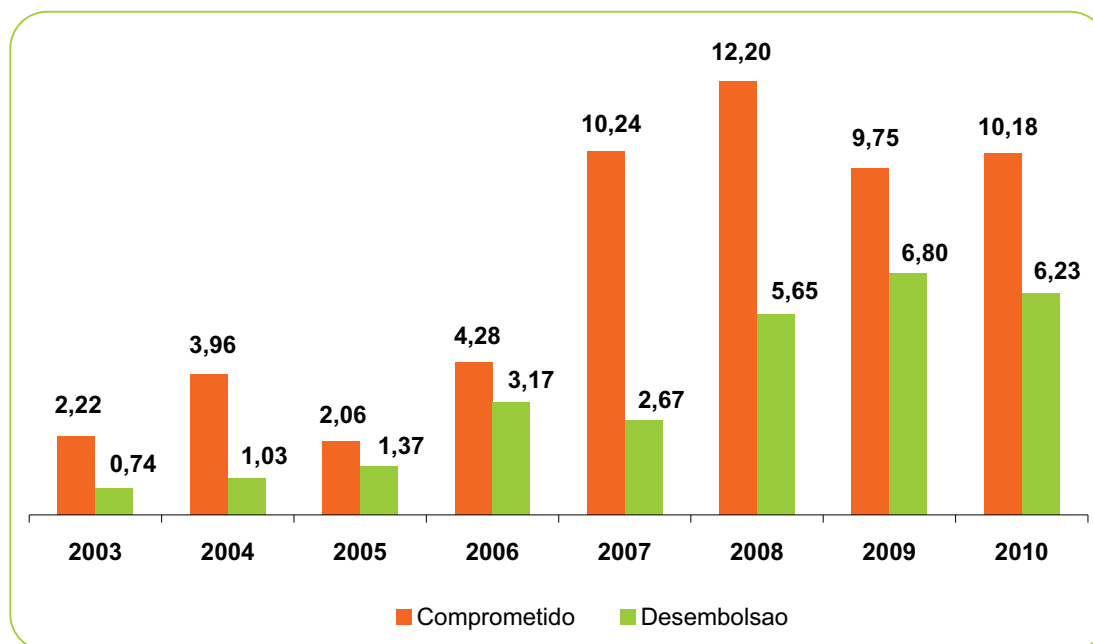
Fonte: PNAD. Elaboração: SPI.

Os avanços na cobertura dos serviços de saneamento deverão ser acompanhados pela ampliação da qualidade, eficiência e sustentabilidade dos serviços. Por exemplo, cabe avançar na redução do índice médio das perdas de faturamento de água, que mesmo atingindo menor valor observado nos 14 anos da série histórica de coleta de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), chegava a 37,4% em 2009. Para o esgotamento sanitário, a questão do tratamento merece especial atenção, uma vez que, segundo dados do SNIS 2008, o Brasil coletava apenas 43,2% do esgoto gerado e tratava 66% do esgoto coletado. Quanto aos resíduos sólidos, os vazadouros a céu aberto (lixões) constituíram o seu destino final em 50,8% dos municípios brasileiros, conforme revelou a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Para o próximo quadriênio, os avanços recentes na cobertura dos serviços de saneamento devem ser potencializados, considerando a forte inflexão da destinação de recursos para o setor associada ao lançamento do PAC em 2007, a partir do qual a União vem investindo uma média de R\$ 10 bilhões/ano. Deve-se considerar ainda a tendência de maturação dos investimentos contratados no âmbito do PAC – 1735 empreendimentos, totalizando R\$ 35,95 bilhões até maio de 2011. Observa-se que a maior parcela dos empreendimentos, em quantidade (385) e em valor (R\$ 9,58 bilhões), apresenta execução acima de 60%, devendo, portanto, ser concluída nos próximos anos (gráficos 11 e 12 abaixo).

Destaca-se que o setor passou a contar com um marco regulatório (Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/2010), o que permitiu aos agentes (companhias estaduais, autarquias, prestadores privados) atuar com mais segurança, proporcionando um acréscimo nos investimentos com recursos próprios. Outra tendência é o reforço dos investimentos em medidas estruturantes visando ao fortalecimento da capacidade de planejamento, de regulação e de fiscalização dos entes federados e prestadores dos serviços, ao desenvolvimento tecnológico do setor e à efetivação da participação popular na política.

Gráfico 11. Valores comprometidos¹ e desembolsados² em saneamento
(Em valores atualizados pelo IGP – DI para o ano de 2010).

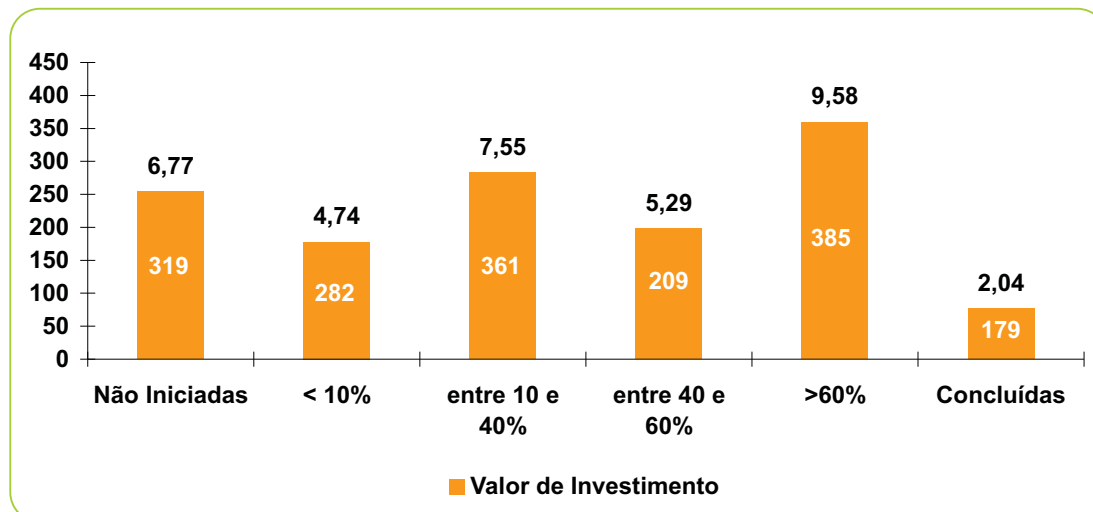


Fonte: Ministério das Cidades. Elaboração: SPI

¹ Empenhos e valores de empréstimos contratados

² Valores pagos, restos a pagar pagos e valores de empréstimos desembolsados.

Gráfico 12. Execução* dos empreendimentos contratados no PAC Saneamento – maio de 2011.



Fonte: Ministério das Cidades. Elaboração: SPI

*Valor de investimento (rótulos externos às colunas) e quantidade de empreendimentos (rótulos internos das colunas)

O cenário de evolução também se sustenta pelas perspectivas de avanço na destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos a partir da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. A Política consagra a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Nesse ciclo, o setor produtivo terá papel

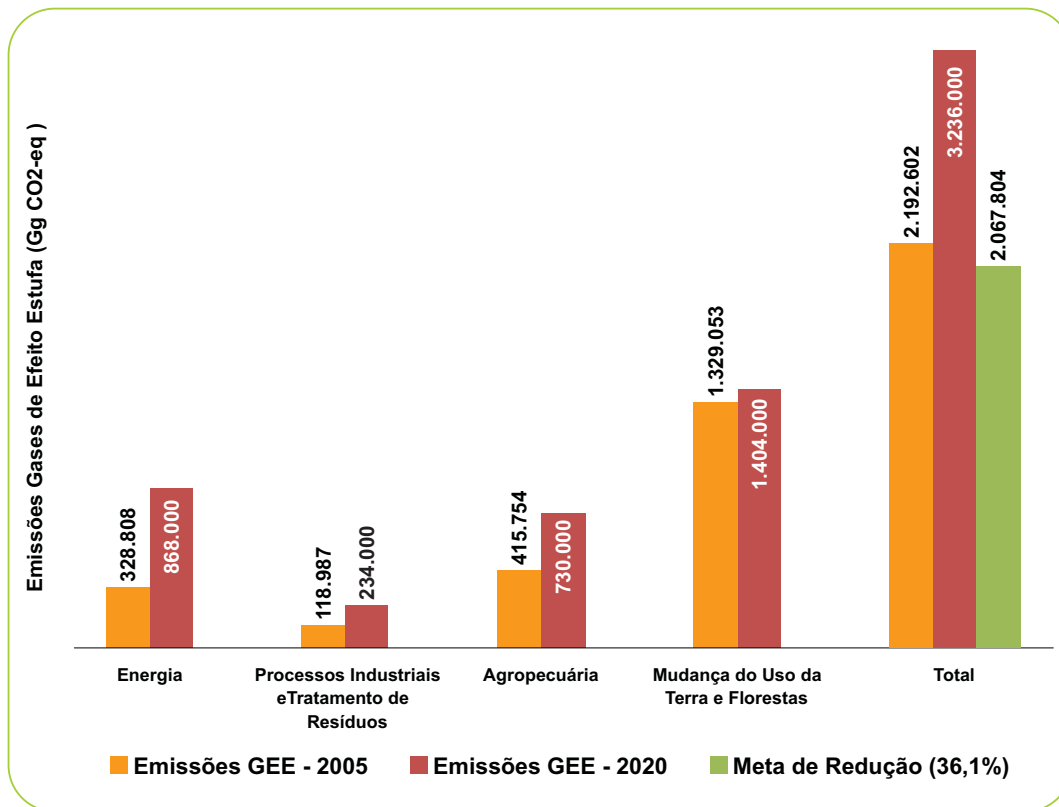
de destaque, não só pela reciclagem de material, mas pela minimização da geração de resíduos, o que demandará investimentos em novas tecnologias e insumos, e pela logística reversa, que implicará um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial. Outro pilar da política é a inclusão sócioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, que deverá alcançar um novo patamar com o Programa Brasil Sem Miséria.

A conscientização sobre as questões ambientais no médio e longo prazos é imprescindível para o desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, várias ações de Estado têm sido tomadas, o que evidencia a importância atribuída pelo Governo à questão das mudanças climáticas. Em 2008, houve a aprovação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com o objetivo de identificar, planejar e coordenar as ações e medidas que possam ser empreendidas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no país, bem como aquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido às mudanças do clima. A resposta a esses desafios demanda uma ação estratégica conjunta e coordenada do Estado nos níveis nacional, regional e internacional, considerando-se as especificidades socioeconômicas e setoriais, assim como os impactos e as vulnerabilidades específicas no território.

As principais demandas para a questão das mudanças climáticas são a elaboração de modelagem regional do clima e de cenários da mudança do clima e a realização de pesquisas e estudos sobre vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos que são suscetíveis aos efeitos associados à mudança do clima no Brasil. Destaca-se, nesse aspecto, o compromisso nacional voluntário, assumido pelo país, junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), de implementar ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões projetadas até 2020. O gráfico 13 apresenta o cenário tendencial, bem como a meta de redução de 36,1% estabelecida.

Para alcançar esse compromisso, serão implementadas ações para redução das emissões de gases de efeito estufa por intermédio de planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. Essas serão implementadas de maneira coordenada e cooperativa pelos órgãos governamentais, devendo ser revisadas e ajustadas sempre que for necessário para o alcance dos objetivos finais pretendidos.

Gráfico 13. Emissões de gases de efeito estufa no Brasil, tendências e metas de redução



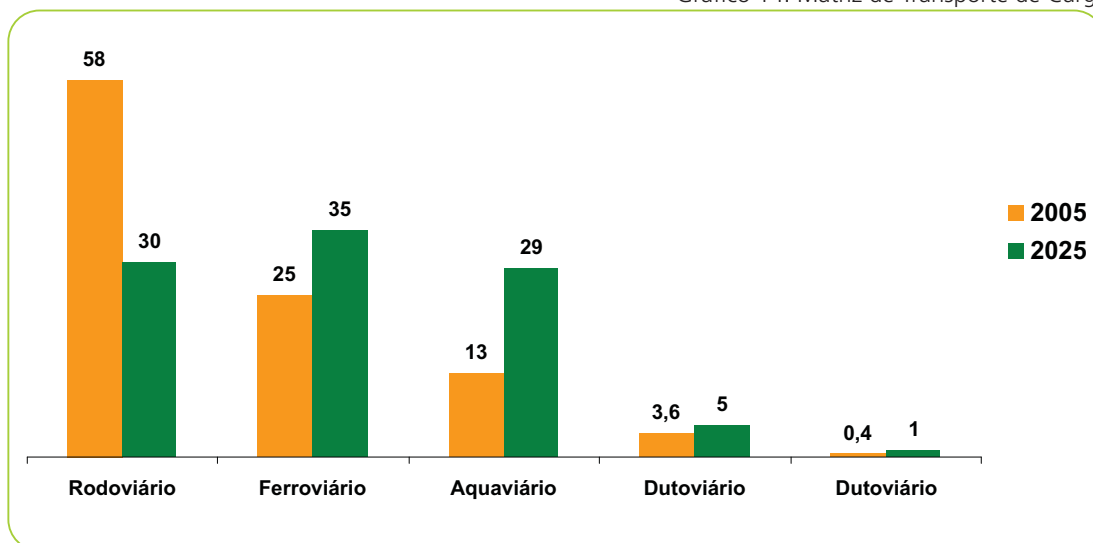
Fonte: Inventário Brasileiro das Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, 2010.

Outra questão relevante, e em sintonia com os compromissos ambientais assumidos pelo Estado brasileiro, refere-se à mudança do perfil da matriz logística do país. A configuração atual, fortemente concentrada no modal rodoviário, de maior emissão de gases de efeito estufa e alto custo, além de provocar impactos ambientais, é estruturalmente ineficiente para um país de dimensões continentais.

A opção histórica pelo transporte rodoviário significou a consolidação do binômio caminhão-petróleo, de menor eficiência energética para cobrir longas distâncias, e relegou aos outros modais um papel secundário. Contudo, à medida que a fronteira agrícola e mineral se desloca para regiões cada vez mais distantes dos centros consumidores, e a preservação ambiental passa a ser uma responsabilidade de toda a sociedade, a busca por opções de transporte que minimizem as emissões passam a ser questão basilar para a carteira de investimento da infraestrutura logística.

Dessa forma, as obras inseridas no PAC e previstas no PPA 2012-2015 objetivam proporcionar ao país uma matriz de transporte de carga mais diversificada e ambientalmente limpa até 2025, conforme refletido no Plano Nacional de Logística de Transportes e destacado no gráfico 14.

Gráfico 14. Matriz de Transporte de Carga



Fonte: Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) – Sumário Executivo, 2009

Para proporcionar a inflexão almejada, destacamos a carteira de investimento dos modais ferroviário e aquaviário. A conclusão das obras previstas para o modal ferroviário, por exemplo, significará a ampliação de 50% da atual capacidade em uso e a integração da fronteira agrícola e mineral aos mercados consumidores internos e externos.

Para os projetos aquaviários, divididos em transporte de hidrovias interiores e transporte marítimo, os investimentos também serão robustos. Para as hidrovias interiores, são previstas desde obras de dragagens e derrocamentos para a adequação da navegabilidade das principais hidrovias do país até a construção de dezenas de terminais hidroviários nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia. Vale lembrar a importância desse modal de transporte para o sucesso de qualquer estratégia de exploração econômica ambientalmente sustentável para esta região.

Para o transporte marítimo, além da adequação dos portos organizados às exigências ambientais, há a previsão de medidas de incentivo à navegação de cabotagem realizada entre os portos ao longo da costa, o que significa uma opção mais limpa e econômica àquela realizada por meio exclusivamente rodoviário para cobrir longas distâncias.

Considerados no seu conjunto, esses fatos são determinantes para destacar o papel do Brasil acerca do debate do desenvolvimento sustentável. Para tanto, governo e a sociedade devem buscar ampliar e internalizar a visão contemporânea de meio ambiente.

Após 20 anos da realização da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como “Rio-92” e considerada mundialmente como a mais importante conferência em meio ambiente já realizada, o Brasil sediará, em 2012, a Conferência “Rio+20”. Essa conferência será a oportunidade de renovar o compromisso e interesse dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, e ainda avaliar a implementação e o progresso dos compromissos assumidos pela comunidade internacional a respeito do assunto. Novos temas deverão estar presentes na Conferência

“Rio+20”, tais como: economia verde para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza extrema.

Em sintonia com essa pauta, encontra-se a implementação de recentes políticas socioambientais, com destaque para o Programa Brasil Sem Miséria, que antecipa a transição rumo a essa economia verde com eficiência no uso de recursos naturais e geração de trabalho e renda. Destaca-se, aqui, o “Bolsa Verde”, iniciativa que prevê uma compensação financeira às famílias em situação de extrema pobreza que promovam a conservação ambiental nas áreas onde vivem e trabalham.

O projeto de Brasil que se delineia para o século XXI e que se consubstancia no Plano Plurianual para o período 2012-2015 considera a superação de gargalos para o seu pleno desenvolvimento, como a infraestrutura, a redução da pobreza e a inclusão de estratos significativos da população ao mercado de consumo em harmonia com a conservação e proteção de seus recursos naturais, paradigma de desenvolvimento sustentável que não foi observado plenamente pelas economias atualmente desenvolvidas e que se configura em necessário e desafiador modelo a ser desenvolvido por nosso país nos próximos anos.

CENÁRIO REGIONAL

Estrutura Produtiva

O desenvolvimento regional até 2015 será orientado pelo crescimento da demanda doméstica, que deverá ser o fator mais importante para a expansão do investimento nos próximos anos. Essa tendência promoverá o crescimento econômico do conjunto das regiões brasileiras, com impactos relativos superiores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As regiões menos desenvolvidas também deverão ser mais beneficiadas pela conjuntura do mercado internacional, que aponta tendência de maior dinamismo da demanda por produtos básicos, nas quais elas têm apresentado ganhos crescentes de competitividade.

Ao mesmo tempo, os fluxos mais intensos de capital nesses territórios apontam para movimentos de ampliação de sua base produtiva com ganho de escala e aumento de produtividade, geração de empregos mais qualificados com aumento do nível de rendimentos, bem como maiores possibilidades de adensamento de suas cadeias de produção com ampliação de sua intensidade tecnológica.

As políticas públicas de incentivo à produção, com ampliação do papel indutor do desenvolvimento pelo Estado e a melhor distribuição de suas intervenções no território, combinadas com a tendência estabelecida à convergência de renda entre as regiões,

apontam perspectivas positivas para o crescimento do nível de atividade e o alcance de uma configuração regional da economia menos desigual até 2015. Esse quadro deverá ser construído a partir de dinâmicas regionais heterogêneas, impulsionadas por vetores como os avanços tecnológicos, a exploração sustentável de recursos naturais, a intensificação das relações de comércio internas e externas, além dos investimentos diretos do setor público.

Associado a eles, outro determinante do aprofundamento da redução das desigualdades regionais deverá ser a continuidade do fluxo populacional para o interior do país, que requer adensamento da rede de cidades nas regiões menos desenvolvidas, abrindo perspectivas de novos mercados de produção e consumo e favorecendo o adensamento de suas estruturas produtivas. A apropriação regional menos desigual da riqueza gerada em 2015 será fundada por estruturas produtivas mais sólidas.

No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, haverá maior participação dos efeitos em cadeia da indústria sobre as atividades locais agropecuárias e de serviços, fortalecendo a agregação de valor e reduzindo os efeitos de vazamentos intra e interregionais de seus excedentes econômicos para outras regiões, o que permite maior apropriação local dos seus fluxos de renda e de capital. No campo do comércio exterior, também haverá aumento da importância relativa das regiões Norte e Centro-Oeste, que deverão aprofundar sua especialização produtiva em produtos agrícolas e minerais, impulsionada pela tendência de ampliação da demanda mundial por esses bens, com consequente valorização dos seus preços internacionais.

Também são esperados avanços no que se refere à difusão da cultura de inovação no tecido produtivo, com maior participação relativa dos esforços inovativos dos segmentos empresariais. Esse quadro deverá ser combinado com o ganho de maior importância relativa das regiões menos desenvolvidas e dos segmentos industriais que utilizam tecnologias de média-alta intensidade. Finalmente, a produtividade das atividades econômicas também deverá se elevar, impulsionada pelo aumento das economias de escala observadas de forma mais equilibrada entre as regiões, que também apresentarão maior encadeamento entre atividades de pequeno, médio e grande porte. As principais tendências que levaram à construção das perspectivas regionais do setor brasileiro em 2015 são apresentadas a seguir.

A tabela 8 abaixo aponta as variações de participações regionais na população e no PIB nacional entre 2000-2008, mostrando os movimentos de desconcentração dessas variáveis. Ainda que retratando grande desigualdade, observa-se uma tendência de convergência de renda entre as regiões, uma vez que, proporcionalmente, a região Sudeste, que concentra a maior parcela da riqueza do país (56,0% do PIB e 42% da população em 2008) perde participação relativa de 2 pontos percentuais em relação às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (27,4% do PIB e 43,6% da população em 2008).

A região Sul registrou aumento de 0,1 p.p no PIB e queda de 0,3 p.p na população, sendo que respondia em 2008 por 16,6% do PIB e 14,5% da população do país.

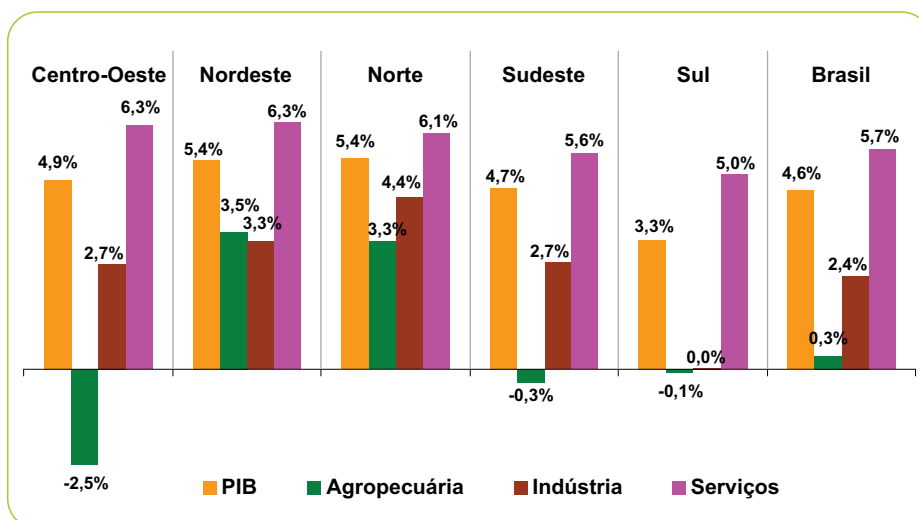
Tabela 8. Participação do PIB e da população entre as grandes regiões – 2000-2008

Regiões	Participação %					
	População 2000 (a)	População 2008 (b)	Diferença (b - a)	PIB 2000 (c)	PIB 2008 (d)	Diferença (d-c)
Nordeste	28,1	28,2	0,1	12,4	13,1	0,7
Norte	7,6	8,1	0,5	4,4	5,1	0,7
Sudeste	42,6	42,0	-0,6	58,3	56,0	-2,3
Sul	14,8	14,5	-0,3	16,5	16,6	0,1
Centro-Oeste	6,9	7,3	0,4	8,4	9,2	0,8
Brasil	100	100		100	100	

Fonte: IBGE. Elaboração SPI/MP

O aumento da participação das regiões menos desenvolvidas no valor adicionado bruto nacional reflete o seu maior dinamismo econômico nos últimos anos, conforme apontado no gráfico 15 a seguir. Entre 2004 e 2008, observam-se as maiores taxas anuais de crescimento do valor adicionado nas regiões Norte (5,4%), Nordeste (5,4%) e Centro-Oeste (4,9%), ao passo que a taxa nacional foi de 4,6% ao ano. Essas taxas foram impulsionadas pelo melhor desempenho dessas regiões nos serviços, cuja dinâmica é fortemente associada ao aquecimento dos mercados regionais internos, e que apresentou o crescimento mais expressivo entre as atividades econômicas no período (5,7% ao ano). No caso da indústria, que cresceu no país ao ritmo de 2,4% ao ano, as maiores taxas regionais foram registradas no Norte (4,4%) e no Nordeste (3,3%), seguidos do Sudeste e Centro-Oeste, ambos com ritmo de crescimento em torno de 2,7% ao ano. O Nordeste e o Norte também apresentaram taxas positivas na agropecuária – 3,5% e 3,3%, respectivamente – contribuindo para a relativa estabilidade do valor da produção do setor observada no período em âmbito nacional (0,3%).

Gráfico 15. Taxa de crescimento médio anual do valor adicionado bruto nacional e valor adicionado das atividades econômicas entre 2004 e 2008



Fonte: IBGE. Elaboração SPI/MP

Em função da evolução das atividades econômicas em cada região, também são observadas alterações na sua participação sobre o valor adicionado por atividades econômicas entre 2004 e 2008. Os movimentos mais evidentes são os aumentos nas participações relativas no valor adicionado nacional da agropecuária das regiões Nordeste (passou de 17,4% em 2004 para 19,7% em 2008) e Norte (de 7,9% para 8,9%), contrabalanceados por uma queda de participação relativa mais expressiva no Centro-Oeste (de 20% para 17,8%). Também vale destacar o aumento da participação relativa das regiões Norte e Nordeste na indústria, em contraste com a queda mais expressiva da participação relativa da região Sul.

Esse movimento é bastante positivo, considerando os efeitos dinâmicos que o segmento industrial exerce sobre a atividade econômica por conta dos seus encadeamentos para frente e para trás com a agropecuária e os serviços, pela sua importância para difusão de inovações e progresso técnico nos sistemas produtivos, pela sua oferta de postos de trabalho mais protegidos e com maiores remunerações. No caso dos serviços, observam-se movimentos mais estáveis, mantendo-se a tendência de aumento da participação relativa das regiões menos desenvolvidas, nas quais o aquecimento do consumo interno, fortemente impulsionado por políticas públicas distribuidoras de renda, foi mais intenso nos últimos anos.

Tabela 9. Participação das Grandes Regiões no valor adicionado bruto a preços básicos, por atividades econômicas - 2004-2008

Regiões	Agropecuária (%)		Indústria (%)		Serviços (%)	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Norte	7,9	8,9	5,3	5,8	4,6	4,7
Nordeste	17,4	19,7	11,2	11,6	13,4	13,7
Sudeste	27,2	26,4	59,6	60,3	55,5	55,2
Sul	27,6	27,1	18,9	17,2	16,1	15,7
Centro-Oeste	20,0	17,8	5,0	5,0	10,4	10,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Elaboração SPI/MP

Outro indicador das diferenças entre os tecidos produtivos regionais são as exportações brasileiras, que, no período de 2003 a 2010, cresceram 176% (valor em US\$). A análise por fator agregado evidencia um aumento da participação dos produtos básicos na pauta, de 29% para 45%. Em termos regionais, os maiores crescimentos, de 311% e 264%, ocorreram, respectivamente, no Centro-Oeste e no Norte, cujas participações no valor total das exportações alcançaram aproximadamente 7,5% e 7,7% em 2010.

Tal movimento reflete, principalmente, a grande expansão na exportação de produtos básicos nessas regiões, impulsionada pelo aquecimento da demanda global por produtos agrícolas e minerais, especialmente da China, e pelo aumento dos preços. Esse contexto tem proporcionado níveis de preços internacionais atrativos que favorecem o aumento da indústria extrativa na região Norte, especialmente a relacionada ao minério de ferro, além da expansão das fronteiras agrícola e da pecuária para o centro-norte do país, com destaque para cultura de soja e produção de carne, ampliando as participações dessas regiões na pauta de exportações.

Entretanto, o Sudeste continua sendo a região com maiores exportações, tendo inclusive ampliado sua participação, de 53,2%, em 2003 para 57,2%, em 2010. Nessa região, também se verificou um expressivo aumento das exportações de produtos básicos (480%), que dobraram sua participação na pauta de 20% em 2003 para 40% em 2010.

Cabe destacar crescimentos das exportações de bens industrializados na região Centro-Oeste (269%), em que o segmento responde por 17% da pauta de exportações da região e nas regiões Sudeste (123%) e Nordeste (141%), onde o segmento responde por parcelas consideráveis das pautas. Tais regiões foram as maiores responsáveis pelo crescimento da ordem de 158% nas exportações de semimanufaturados e de mais de 100% nas exportações de manufaturados, bens geradores de maior valor agregado, menos sensíveis às variações de preços dos mercados internacionais e para os quais os fluxos de comércio mundial são mais dinâmicos.

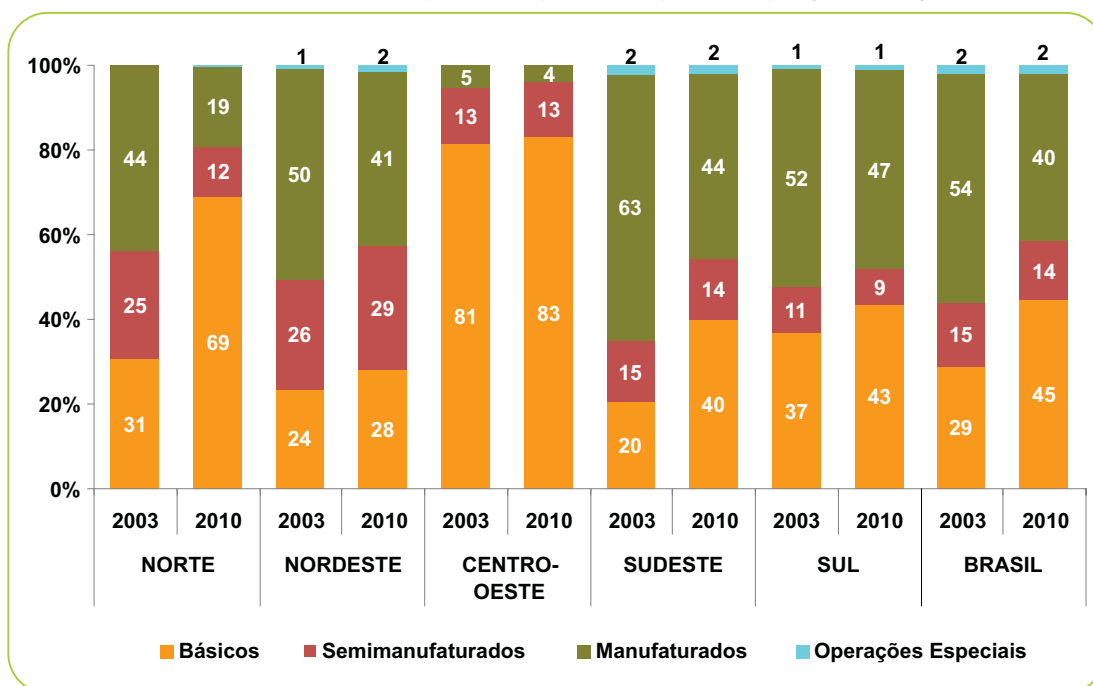
Tabela 10. Variação das exportações de 2003 a 2010 por fator agregado e regiões (volume em US\$)

Regiões	Básicos (%)	Industrializados (A+B) (%)	Semimanufaturados (A) (%)	Manufaturados (B)(%)	Total (%)
Norte	710	64	77	57	264
Nordeste	211	141	196	114	160
Centro-Oeste	319	269	302	187	311
Sudeste	480	123	187	107	196
Sul	131	76	59	79	97
Brasil	325	113	158	101	176

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração SPI/MP

O crescimento dos produtos básicos a taxas superiores as dos industriais significou ganho de participação relativa dos primeiros na pauta de exportações entre 2003 e 2010, com destaque para o Centro-Oeste e para o Norte. Sudeste e Sul ainda apresentam o maior percentual de exportações de manufaturados (44% e 47%, respectivamente), indicando que são economias com maior diversificação produtiva, embora o Nordeste já tenha 41% de manufaturados entre o que exporta.

Gráfico 16. Composição da pauta de exportações por grandes regiões – 2003/2010



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração SPI/MP

Não há sinalização de reversão da tendência de ampliação da demanda internacional de *commodities*, e o conseqüente aumento dos seus níveis de preço. Essa tendência deve ser vista como uma oportunidade de garantir a manutenção de superávits comerciais, ao mesmo tempo em que pode ser aproveitada para gerar incentivos às atividades que geram maior valor agregado, sobretudo por meio de políticas de adensamento das cadeias produtivas. Por exemplo, a expansão de investimentos para exploração de petróleo pode criar as condições para elevar os negócios em torno do fornecimento de bens de capital, componentes e serviços especializados.

O desafio de avançar rumo a uma inserção cada vez mais competitiva das exportações brasileiras no mercado exterior, ampliando a pauta de bens de maior valor agregado, é indissociável da consolidação da capacidade de geração de inovação e desenvolvimento tecnológico no país. Nesse sentido, a retomada das políticas industriais ativas e o ganho de capacidade de investimento do governo têm contribuído para que as ações voltadas para o fomento às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação mobilizem um maior número de instituições e de recursos.

Nos últimos anos, o Brasil tem intensificado seus esforços públicos e privados para gerar inovação, ampliando seus gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), expressos como percentagem do PIB, de 0,9% em 2004 para 1,19% em 2010. A decomposição do gasto aponta para uma maior contribuição do dispêndio público, que representava 0,60% do PIB, ao passo que a parcela privada atingia 0,59% do PIB. A manutenção desse ritmo de crescimento permitiria o alcance de índice superior a 1,5% do PIB

em 2015, patamar próximo ao verificado atualmente na China (1,54% em 2008) e superior aos observados na Itália (1,27% em 2009) e na Espanha (1,38% em 2009), por exemplo. Esse esforço criaria maiores possibilidades de ganhos de competitividade nos segmentos produtivos brasileiros, com repercussões sobre os indicadores de desenvolvimento econômico e social do país.

Sob esse aspecto, as perspectivas brasileiras parecem positivas, tendo em vista a tendência recente de crescimento do número de empresas industriais que implementaram inovações de produto e/ou processo entre 2001 e 2008. Importante ressaltar que a tendência foi generalizada em todas as regiões do país, com destaque para o desempenho de regiões menos desenvolvidas. Conforme a tabela 11 abaixo, comparando os períodos de 2006-2008 com 2001-2003, observam-se crescimentos mais expressivos no número de empresas inovativas nas regiões Centro-Oeste (65,4%) e Norte (42%). O Sudeste, que respondia por mais de 50% do total das empresas que implementaram inovações de produto e/ou processo entre 2006-2008, também obteve desempenho acima da média nacional, com crescimento de 37,5%.

Tabela 11. Número de empresas das indústrias extrativa e de transformação que implementaram inovações de produto e/ou processo, por grandes regiões

Região	2001-2003 (a)	2003-2005 (b)	2006-2008 (c)	Var. % (b/a)	Var. % (c/b)	Var. % (c/a)
Norte	872	944	1.239	8,2	31,3	42,0
Nordeste	2.653	2.915	3.618	9,9	24,1	36,4
Sudeste	14.724	16.040	20.253	8,9	26,3	37,5
Sul	8.391	9.028	10.879	7,6	20,5	29,7
Centro-Oeste	1.396	1.451	2.310	3,9	59,2	65,4
Brasil	28.036	30.377	38.299	8,4	26,1	36,6

Fonte: Pintec/IBGE. Elaboração: SPI

Outra constatação significativa é que o percentual de empresas das indústrias extrativas e de transformação que implementaram inovações de produto e/ou processos em relação ao total de empresas desses segmentos foi crescente entre 2001-2003 e 2006-2008. Esse movimento foi constatado em todas as regiões, sinalizando uma tendência de aumento da propensão à inovação das empresas brasileiras. Os maiores percentuais foram observados nas regiões Sul, onde 41,6% das empresas inovaram no período 2006-2008, e Centro-Oeste, onde a taxa foi próxima de 40%. O Centro-Oeste também registrou o maior crescimento dos índices (de 31,7% para 39,9%), seguido do Sudeste (de 31,4% para 37,2%).

Tabela 12. Percentual de empresas das indústrias extrativa e de transformação que implementaram inovações de produto e/ou processo, por grandes regiões

Regiões	2001-2003			2006-2008		
	Total	Inovação de produto/processo	%	Total	Inovação de produto/processo	%
Norte	2.498	872	34,9%	3.463	1.239	35,8%
Nordeste	8.194	2.653	32,4%	10.699	3.618	33,8%
Sudeste	46.922	14.724	31,4%	54.418	20.253	37,2%
Sul	22.245	8.391	37,7%	26.133	10.879	41,6%
Centro-Oeste	4.403	1.396	31,7%	5.784	2.310	39,9%
Brasil	84.262	28.036	33,3%	100.496	38.299	38,1%

Fonte: Pintec/IBGE. Elaboração: SPI/MP

No que se refere aos esforços públicos, o cenário no campo da inovação tecnológica para os próximos anos é positivo. Vale destacar que o gasto público em P&D/PIB passou de 0,48% em 2004 para 0,60% em 2009. Ademais, estão sendo aprofundadas medidas de política que consolidam e modernizam os instrumentos de apoio à inovação no setor produtivo brasileiro, aproximando-os daqueles adotados nos países desenvolvidos, tais como a criação e ampliação de fundos orçamentários e linhas de financiamento para inovação, o aperfeiçoamento de marcos legais que procuram aproximar as universidades, os centros de pesquisa e setor produtivo, bem como concedem incentivos fiscais para as atividades de C,T&I e potencializam a utilização do poder de compra estatal visando ao desenvolvimento de tecnologia nacional. O aprofundamento de tais medidas, sobretudo com o lançamento do Plano Brasil Maior, deverá contribuir para melhores resultados até 2015.

Para avançar na redução da distância entre a capacidade de inovação tecnológica do país em relação a outras economias, é fundamental ampliar a participação de setores de alta e média-alta tecnologia na matriz de produção do país. Nesse sentido, serão apresentadas tendências recentes que podem ser utilizadas para apontar algumas perspectivas.

A tabela 13 abaixo apresenta a evolução dos vínculos formais por região da indústria de transformação segmentada por grau de intensidade tecnológica, conforme metodologia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tabela 13. Variação dos vínculos formais da indústria de transformação entre 2004 e 2010

Região	Intensidade tecnológica*							
	Alta		Média-Alta		Média-Baixa		Baixa	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Norte	(1.041)	-3,1	14.463	52,6	21.793	53,5	1.250	1,1
Nordeste	(937)	-7,9	27.191	39,1	79.965	62,8	92.203	15,2
Sudeste	(1.172)	-0,6	301.393	42,6	206.875	22,7	173.445	12,1
Sul	8.276	26,0	120.386	49,9	76.094	23,9	97.458	9,3
Centro-Oeste	2.589	29,3	32.535	127,0	21.717	49,1	7.053	2,8
Total	7.715	2,9	495.968	46,3	406.444	28,2	371.409	10,8

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: SPI

* Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Observa-se que um dos segmentos mais dinâmicos foi o de média-alta intensidade tecnológica, no qual foram registrados mais de 500 mil empregos e as maiores taxas de crescimento entre 2004 e 2010 (49,4% em âmbito nacional). Os aumentos foram expressivos em todas as regiões do país, destacando-se os maiores valores absolutos registrados no Sudeste e no Sul, áreas de maior concentração espacial do segmento, e as maiores taxas de crescimento observadas nas regiões Centro-Oeste e Norte.

O segmento de média-baixa intensidade tecnológica também teve um bom desempenho, com geração de cerca de 400 mil vínculos e crescimento de 28,2%, apresentando também crescimento generalizado nas regiões. Neste caso, a região mais dinâmica foi o Nordeste, com geração de quase 80 mil vínculos e crescimento de 62,8%.

O segmento de baixa intensidade tecnológica, mais intensivo em mão de obra, foi o que gerou o maior número de empregos (em torno de 685 mil) apesar de ter apresentado crescimento relativamente reduzido (21,8%), quando comparado aos de intensidade tecnológica média. Por fim, o segmento mais intensivo em tecnologia apresentou a menor taxa de crescimento (2,9%), além de comportamento bem heterogêneo entre as regiões. Foram registradas taxas elevadas de crescimento dos vínculos no Sul (26%) e no Centro-Oeste (29,3%), que contrastaram com quedas nas demais regiões.

Os resultados sugerem que a base produtiva industrial pode estar avançando para um estágio mais complexo, com maior participação de setores intensivos em tecnologia e que geram maior valor agregado. De modo geral, essa tendência parece mais acelerada nas regiões menos desenvolvidas, sinalizando um cenário de redução das distâncias entre as estruturas produtivas das regiões brasileiras. A observação do dinamismo do segmento de média-alta intensidade tecnológica, composto pelas atividades de produção de

máquinas e equipamentos elétricos, veículos automotores, reboques e semirreboques, produtos químicos, equipamentos para ferrovia e material de transporte, máquinas e equipamentos mecânicos, também sinaliza uma relação com o comportamento da demanda interna, que deverá permanecer como vetor fundamental do desenvolvimento futuro da economia.

O dinamismo dessas atividades nas regiões Norte e Centro-Oeste parece reforçar as potencialidades de adensamento do tecido produtivo e melhor aproveitamento dos efeitos multiplicadores de investimentos crescentes em sistemas de produção de produtos básicos voltados para exportação. Do mesmo modo, são boas as perspectivas de criação de oportunidades em torno do maior dinamismo do segmento industrial de média-baixa intensidade tecnológica observado no Nordeste, influenciados pela instalação de novas plantas produtivas em setores como a produção naval e o refino de petróleo induzidas pela ação federal, sob a forma de investimentos diretos das empresas estatais ou uso do poder de compra do governo.

Em síntese, a concretização de um cenário de crescimento com convergência das grandes regiões requer o estímulo a atividades econômicas geradoras de maior valor agregado e encadeamentos na cadeia produtiva, gerando ocupações de qualidade e maior competitividade, inclusive para que o Brasil ganhe participação no mercado nas áreas de maior densidade tecnológica, com impactos positivos sobre sua estrutura produtiva. Vale lembrar que as próprias condições de financiamento serão decisivas para induzir investimentos privados com potencial de fortalecimento de cadeias produtivas, sobretudo para as regiões menos desenvolvidas, destacando-se o papel que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vem desempenhando, evidenciado por sua alta participação na formação bruta de capital fixo.

Educação

Outro aspecto fundamental e que constitui condição para a convergência de condições econômicas e sociais entre as regiões, acompanhada da tendência à interiorização, é a educação, determinante para a inclusão social, a efetivação de direitos, a inovação, as atividades econômicas intensivas em conhecimento e a formação de mão de obra nos vários níveis. Nesse sentido, a expectativa é que o cenário de desenvolvimento produtivo com ampliação das oportunidades mais bem distribuídas ao longo do território brasileiro se realizará a partir da associação entre fomento à produção, à inovação e à educação, aplicadas às bases produtivas locais, aumentando os gastos nessas áreas e gerando dinâmicas econômicas e sociais virtuosas.

Para tanto, será essencial a materialização da perspectiva de expansão – em regime de colaboração entre a União e os demais entes federados – dos gastos em educação

sobre o PIB, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos 10 anos, financiando as ações de ampliação da frequência e permanência na escola, a infraestrutura escolar, a formação e a valorização dos profissionais de magistério, o fomento à pesquisa e à extensão e o aumento do número de mestres e doutores, inclusive entre os quadros docentes da educação básica. O cenário proposto para os próximos 10 anos dá continuidade à ampliação dos gastos em educação, estimando-se investimentos na educação de 7% do PIB em 2020.

A desconcentração dos recursos cognitivos no Brasil tem sido objeto de uma série de políticas e ações, impulsionadas pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007. Essas políticas têm proporcionado desde o aumento do atendimento na educação infantil e da qualidade da educação básica até a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Rede Federal de Educação Superior, que busca não apenas aumentar o número de matrículas, mas oferecer acesso a esses níveis de ensino nas regiões em que a oferta é especialmente reduzida.

Entre os diversos indicadores que podem contribuir para a análise do estoque de conhecimento de uma população está a média de anos de estudo. Para a população brasileira, esse número era de 7,5 anos em 2009. Esse indicador levanta a discussão sobre uma série de variáveis que o influenciam, como políticas de acesso e de permanência, garantindo a formação integral do indivíduo, cada vez mais relevante para uma sociedade cuja estrutura produtiva deve ser intensiva em conhecimento.

A análise desse indicador numa perspectiva regional mostra evolução positiva entre 2004 e 2009 para todas as regiões, embora ainda persistam diferenças entre elas, especialmente entre Sudeste e Nordeste, de quase 2 anos de estudo. A evolução da média de anos de estudo nas regiões vem se dando gradualmente, sob o impacto de um conjunto de ações e políticas voltadas às diversas dimensões da política educacional.

Tabela 14. Média de anos de estudo da população acima de 15 anos

Regiões	Média de anos de estudo da população acima de 15 anos		
	2004	2009	2009-2004
Norte	6,2	7,1	0,8
Nordeste	5,5	6,3	0,8
Sudeste	7,5	8,2	0,7
Sul	7,2	7,9	0,7
Centro-oeste	7,1	7,8	0,8
Brasil	6,8	7,5	0,7

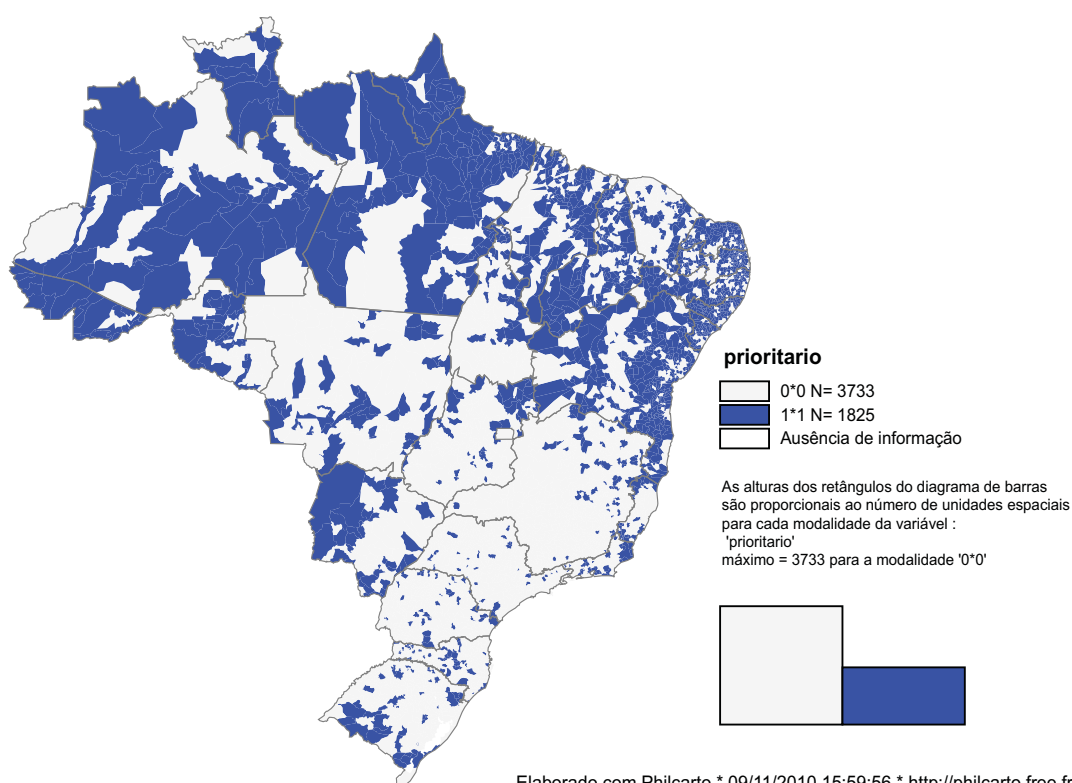
Fonte: PNAD 2004 e 2009. Elaboração SPI/MP.
Obs.: População de 15 anos ou mais.

A tendência à evolução positiva da média de anos de estudo, a um ritmo mais acelerado nas regiões menos desenvolvidas, será reforçada pelas metas de ampliação, presentes no PNE, da frequência aos diversos níveis e modalidades de ensino, que também apresentam diferenças quando comparadas por grandes regiões.

A qualidade da educação, especialmente da educação básica, é um fator que contribui para a desigual distribuição dos recursos cognitivos entre as regiões. Entre os possíveis parâmetros para a análise da qualidade da educação básica, estão as taxa de fluxo e de desempenho. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) agrega esses dois tipos de indicadores, traduzindo a qualidade da educação em uma nota de 0 a 10, para cada uma das etapas da educação básica – anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio.

Em 2009, o IDEB do país para os anos iniciais de ensino fundamental era de 4,6, registrando expansão de 0,8 ponto desde 2005, ano inicial da série. O mapa 3 mostra os municípios com IDEB mais baixo e considerados prioritários pelo Ministério da Educação (MEC), apontando para uma concentração de municípios com baixa qualidade do ensino nas regiões Norte e Nordeste

Mapa 3. Municípios Prioritários com base no Ideb 2009

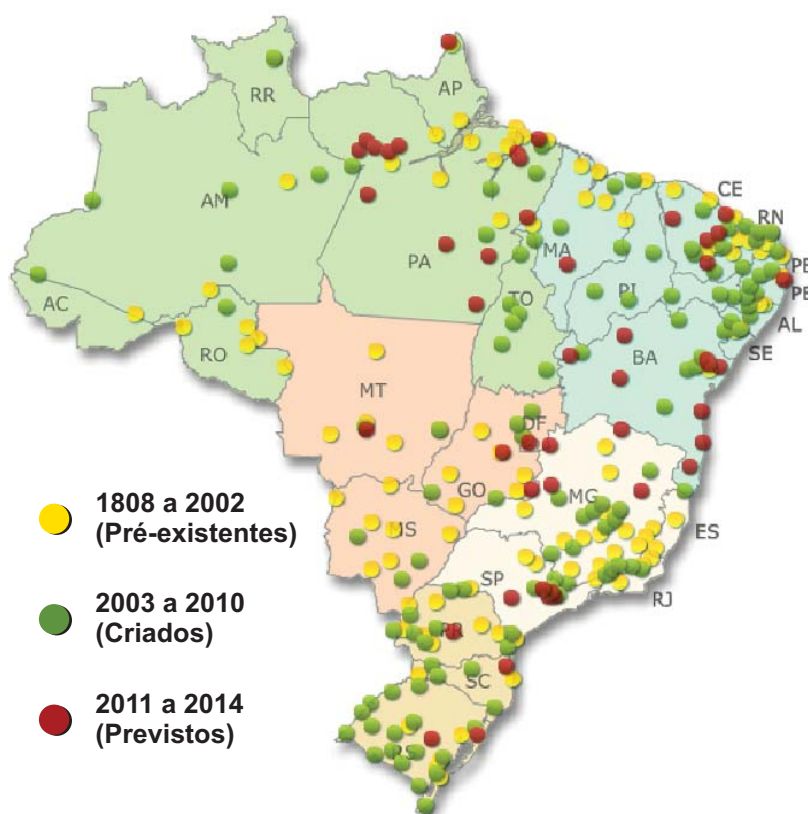


Elaboração: SPI/MP; Fonte: MEC

O mapa 3 mostra que a expansão das políticas de educação básica deve estar dirigida, prioritariamente, às regiões Norte e Nordeste. Tal como os Planos de Ações Articuladas, impulsionados pelo MEC, a partir dos quais são elaborados diagnósticos dos sistemas de ensino e concedido apoio técnico e financeiro prioritário àqueles com menor Ideb. A convergência dos municípios em torno da média esperada para o Ideb em 2020 – de 6 pontos – requer a ampliação dessas medidas voltadas aos sistemas mais frágeis.

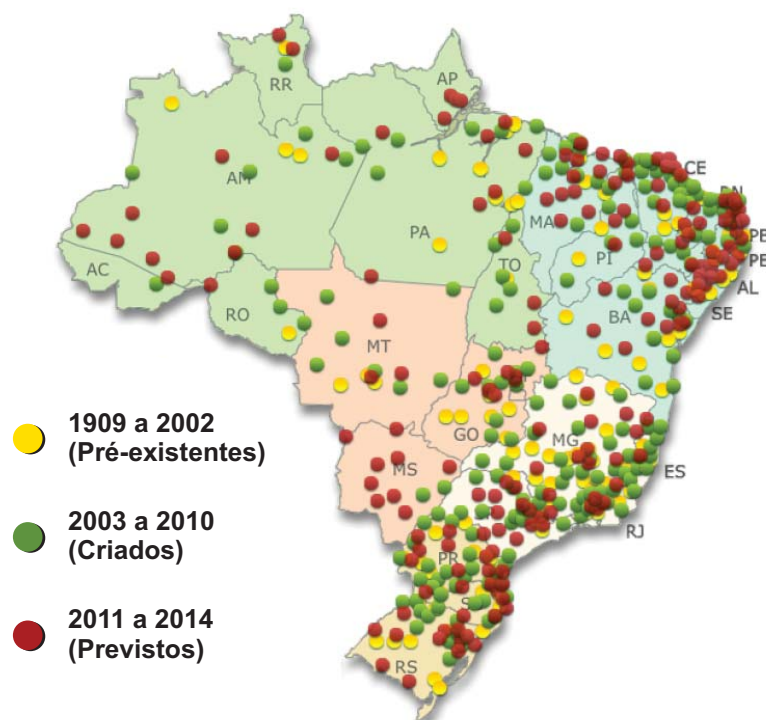
Por fim, vale destacar que, associando educação à pesquisa e desenvolvimento, a perspectiva para 2015 é de maior articulação entre dinâmicas produtivas locais e a educação profissional e superior, em função da expectativa de ampliação das matrículas e de unidades, combinada com a análise de polos de desenvolvimento econômico. Para tanto, será central a expansão das redes federais de educação profissional e tecnológica (passando a 563 estabelecimentos) e superior (passando a 321 campi e a 63 universidades). Os mapas abaixo mostram a distribuição pelo território das duas redes após a expansão prevista, resultando não apenas em maior capilaridade, mas também em sua interiorização, criando sinergias com a dinâmica produtiva e populacional em curso no Brasil.

Mapa 4. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: MEC

Mapa 5. Rede Federal de Educação Superior



Fonte: MEC

Mercado de Trabalho, Rendimentos e Regiões Homogêneas

As projeções do mercado de trabalho brasileiro para 2015 apontam boas perspectivas para a redução dos desequilíbrios regionais. A reprodução da dinâmica de crescimento econômico com melhoria na distribuição de renda e inclusão social tenderá a manter o maior dinamismo dos mercados de trabalho das regiões menos desenvolvidas, aprofundando os movimentos em curso de criação de postos de trabalho, redução do desemprego, aumento da formalidade e crescimento dos níveis de rendimento.

Cabe destacar que o crescimento médio da geração de emprego formal nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi bem superior à média brasileira nos últimos anos⁸. Tais regiões, que abarcavam menos de 30% do total de ocupações formais do país em 2004, responderam por quase 40% do saldo total de ocupações formais geradas entre 2004 e 2009. Essa dinâmica foi mais intensa nas regiões Norte e Nordeste, que também apresentaram maior grau de formalização do emprego no período – a formalidade subiu 20,1% no Norte (de 33,7% em 2004 para 40,5% em 2009) e 21,1% no Nordeste (de 30,7% para 37,2%). A manutenção dessa trajetória até 2015 deverá reduzir a concentração da maior parcela relativa de empregos de baixa qualidade e sem proteção social nessas regiões, bem como a distância entre os seus níveis de formalidade e os atualmente verificados nas demais regiões do país – próximos a 65% no Sudeste e no

⁸ Conforme microdados das PNAD's 2004 e 2009.

Sul e em torno de 55% no Centro-Oeste.

O cenário de 2015 também aponta para uma redução das desigualdades de rendimentos do trabalho, com manifestação mais intensa no Norte e Nordeste, onde são observadas as diferenças mais expressivas. Nessas regiões, a queda na desigualdade dos rendimentos deverá ser maior em função dos ritmos mais intensos de geração de postos de trabalho e de formalização da ocupação, bem como pela maior participação dos rendimentos iguais a um salário mínimo em seus mercados. Em 2009, nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente 29,3% e 19,6% dos rendimentos das ocupações formais eram iguais a um salário mínimo, patamares bem superiores ao índice nacional de cerca de 13%⁹. Dessa forma, a continuidade da valorização real do salário mínimo, projetada para os próximos anos continuará apresentando impactos na redução das diferenças de rendimentos do trabalho nessas regiões.

A desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos de qualidade representa grandes desafios para tornar o mercado de trabalho mais equitativo e para consolidar um mercado de consumo de massa nacional. É imperativo tornar mais equânimes a apropriação dos excedentes econômicos gerados com a elevação do nível de atividade e com os aumentos da produtividade, ampliando a base territorial de consumidores do mercado interno e garantindo a sua propensão a consumir. Nesse sentido, o cenário de referência para 2015 pressupõe a manutenção da interiorização e desconcentração do emprego da mão de obra, gerando postos de trabalho mais produtivos e com maiores rendimentos nas regiões menos dinâmicas.

Uma análise mais precisa da atual organização do território brasileiro, suas perspectivas e elementos dinamizadores, pode ser realizada a partir da sua divisão em regiões homogêneas¹⁰, que extrapolem as divisões geográficas institucionais e apontem identidades socioeconômicas, padrões demográficos, biomas e níveis de antropização. Com base nesses critérios, o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, realizado pelo Ministério do Planejamento, apresenta as seguintes regiões de referência: Bioma Florestal Amazônico, Centro-Oeste, Centro-Norte, Semiárido Nordestino, Litoral Sudeste-

9 Microdados da PNAD 2009.

10 Bioma Florestal Amazônico: área correspondente à delimitação do Plano Amazônia Sustentável – PAS, com indicadores sociais e econômicos abaixo da média nacional e baixa densidade demográfica.

Sertão Semiárido Nordestino: região com os menores índices de desenvolvimento humano do país, com predominância de caatinga ou semiárido, caracterizada pela ocupação antiga e relativamente rarefeita.
Litoral norte-nordeste: área de ocupação antiga, caracterizada por elevado grau de urbanização, alta densidade urbana e indicadores de desenvolvimento econômico e social abaixo da média nacional.

Sudeste-sul: região de maior nível de desenvolvimento econômico, possui uma rede urbana mais bem estruturada e concentra grande parcela da população e da atividade econômica do país.

Centro-Oeste: é composto pelos cerrados ocidentais, de grande dinamismo, com fronteira agropecuária dinâmica, que arrasta consigo forte processo de urbanização e de desenvolvimento da infraestrutura atrelada ao padrão agroexportador baseado na pecuária extensiva, na exportação de recursos naturais e monoculturas atuais.

Centro-Norte: região composta pelos cerrados orientais, de menor nível de desenvolvimento, com ocupação mais recente e que apresenta paralelos com os cerrados ocidentais.

Sul, e Litoral Norte-Nordeste, concentrando-se historicamente, nos últimos dois territórios, a renda, a população e o acesso a serviços.

A dinâmica desses territórios aponta um movimento de interiorização da população rumo ao oeste e noroeste, com maior intensidade da ocupação do Bioma Amazônico e da região Centro-Norte, que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional anual entre 2000 e 2010 (2,32% e 1,84%, respectivamente¹¹), proporcionando uma redução da concentração da população brasileira no litoral, em especial no Sudeste-Sul. No que se refere à atividade econômica, a região Centro-Norte registrou a maior taxa média de crescimento anual do valor adicionado bruto entre 2004-2008 (3%), seguida do Semiárido (2,4%) e Litoral Norte-Nordeste (1,91%), ao passo que o Litoral Sudeste-Sul, região com maior participação no total do valor adicionado em 2008 (70,5%), registrou a menor taxa entre as regiões (1,72%)¹².

O perfil do crescimento econômico das regiões que apresentaram maior dinamismo também revela aspectos importantes. No caso do Bioma Amazônico, que apresenta maior tendência de crescimento demográfico, observou-se uma taxa expressiva de crescimento anual do valor adicionado da agropecuária entre 2004 e 2008 (1,8%), bem superior à média do país (0,13%), apontando para o desafio de conciliação da pressão antrópica e expansão da atividade agrícola com a preservação e o aproveitamento de sua diversidade biológica. No caso da região Centro-Norte, seu maior dinamismo entre as regiões no que tange ao nível de atividade e de geração de emprego formal, foi sustentado pelo amadurecimento de sua matriz de produção, tendo alcançado taxas de crescimento anual expressivas na agropecuária (1,66%), nos serviços (2,83%), e, especialmente, na indústria (4,54%), segmento em que alcançou o melhor resultado nacional. No caso do Semiárido, destaca-se o contraste entre a apresentação da menor taxa de crescimento populacional do país entre 2000 e 2010 (0,73%) com o registro da segunda maior taxa de crescimento anual do valor adicionado (2,4%) entre as regiões entre 2004/2008, a maior taxa de crescimento anual no setor agropecuário (1,93%), a segunda maior taxa no setor da indústria (1,23%) e a maior taxa verificada no setor de serviços (2,84%). Uma tendência nacional foi o melhor desempenho relativo e o crescimento generalizado no território do setor de serviços, que apresentou taxas de crescimento anuais superiores a 2% em todas as regiões.

Em relação à evolução da ocupação formal, foram acrescentados cerca de 12,6 milhões de novos postos entre 2004 e 2010¹³. Foi observada taxa de crescimento da ocupação mais expressiva no Bioma Amazônico, onde ocorreu aumento de 65,2% do estoque de ocupações formais entre 2004 e 2010, seguido do Centro-Norte (60,8%), do Semiárido

11 Dados dos Censos 2000 e 2010.

12 Contas Regionais do Brasil 2004-2008. IBGE.

13 RAIS/MTE 2004 e 2010.

(52,6%) e do Litoral Norte-Nordeste (45,4%). O Litoral Sudeste-Sul obteve o menor crescimento no estoque de ocupação formal (37%), apontando tendência similar à verificada na análise da evolução do valor adicionado.

Os setores que registraram maior crescimento do estoque de ocupações formais foram: a construção civil (124,3%), a indústria extrativa mineral (50,3%), o comércio (50%) e os serviços (44,9%). No que tange à indústria, destacam-se o grande crescimento da ocupação na indústria extrativa mineral no Centro-Norte (quase 300%), no Litoral Norte-Nordeste (63,6%) e no Litoral Sul-Sudeste (44,7%), ao passo que foi observado crescimento acima da média nacional nos postos na indústria de transformação no Semiárido (59,4%), no Centro-Oeste (47,4%) e no Litoral Norte-Nordeste (35,4%).

Destacam-se também as significativas taxas de crescimento de ocupações na administração pública no Bioma Amazônico (74,9%), no Centro-Norte (48,8%) e no Semiárido (37%). O setor respondeu por parcela significativa das novas ocupações geradas nessas regiões, apontando uma sinergia entre a ampliação da oferta de serviços públicos em regiões carentes com a dinamização do seu mercado de trabalho. No setor da agropecuária, extração vegetal e pesca, destaca-se o forte crescimento da ocupação no Bioma-Amazônico (88,9%), no Centro-Norte (51,3%), e, em menor escala, no Centro-Oeste (26,8%) e no Semiárido (17,3%), apontando a expansão de fronteiras agrícolas rumo ao interior do país.

Tabela 15. Crescimento do Emprego Formal entre 2004 e 2010 – Regiões Homogêneas

Região (%)	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
Bioma Amazônico	43,50	30,30	53,90	154,60	72,60	59,70	74,90	88,90	65,20
Centro-Norte	295,80	19,10	32,70	135,20	86,10	73,20	48,80	51,30	60,80
Centro-Oeste	30,20	47,40	-1,50	144,90	49,30	44,20	25,50	26,80	41,60
Litoral Norte-Nordeste	63,60	35,40	21,90	156,30	58,80	49,10	31,40	-9,80	45,40
Litoral Sul-Sudeste	44,70	30,80	25,80	108,30	45,90	43,10	17,30	0,80	37,00
Semiárido	35,20	59,40	11,90	188,40	73,00	59,70	37,00	17,30	52,60
Total geral	50,30	33,10	22,80	124,30	50,00	44,90	25,70	8,00	40,30

Fonte: RAIS 2004 e 2010 - MTE. Elaboração SPI/MP.

Outro ângulo é o da participação setorial na ampliação do emprego formal por território, conforme tabela 16 a seguir, que mostra a importância relativa da administração pública para o emprego nos territórios do Bioma Amazônico, Centro-Norte e Semiárido. Para a faixa litorânea e o Centro Oeste, registra-se maior importância do setor de serviços.

Tabela 16. Contribuição Setorial (%) no Saldo de Ocupação Formal Gerado entre 2004 e 2010 – Regiões Homogêneas

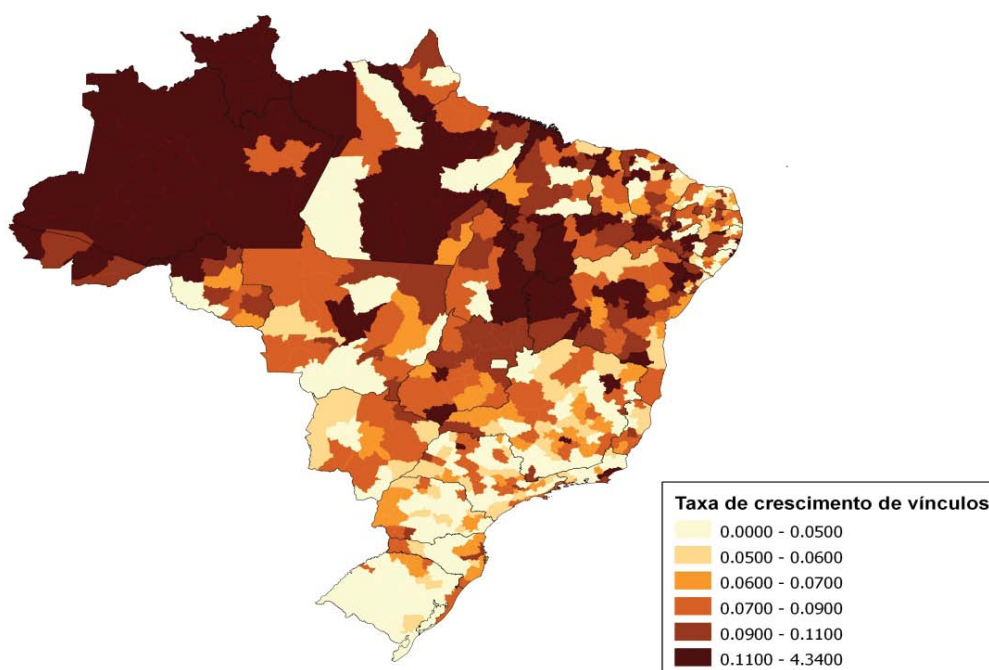
Região (%)	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
Bioma Amazônico	0,4	8,5	0,9	7,2	16,1	21,3	43,5	2,1	100,0
Centro-Norte	3,3	3,5	0,6	9,8	24,3	16,6	33,5	8,5	100,0
Centro-Oeste	0,3	13,1	0,0	12,4	21,7	29,2	18,4	4,9	100,0
Litoral Norte-Nordeste	0,5	10,8	0,6	15,3	19,3	32,8	21,6	-0,8	100,0
Litoral Sul-Sudeste	0,5	18,0	0,7	10,1	22,9	39,6	8,1	0,1	100,0
Semiárido	0,5	14,3	0,2	9,3	24,3	19,5	30,0	1,9	100,0
Total geral	0,6	15,5	0,6	11,0	22,1	35,1	14,4	0,8	100,0

Fonte: RAIS 2004 e 2010 - MTE. Elaboração SPI/MP

As perspectivas de desenvolvimento com redução das desigualdades territoriais tornam-se mais claras quando se conjuga a evolução da ocupação formal com os indicadores de renda e pobreza das regiões de referência. Observa-se um maior dinamismo exatamente naquelas com os menores níveis de renda per capita e as maiores taxas de pobreza do país - Semiárido, Centro-Norte, Bioma Amazônico e Litoral Norte-Nordeste. Esse movimento ocorre juntamente com a redução significativa da pobreza nos últimos anos, apontando um cenário de maior confluência entre as políticas econômica e social que incentivará ainda mais a constituição de mercados de consumo emergentes e de ciclos virtuosos de crescimento em regiões menos desenvolvidas.

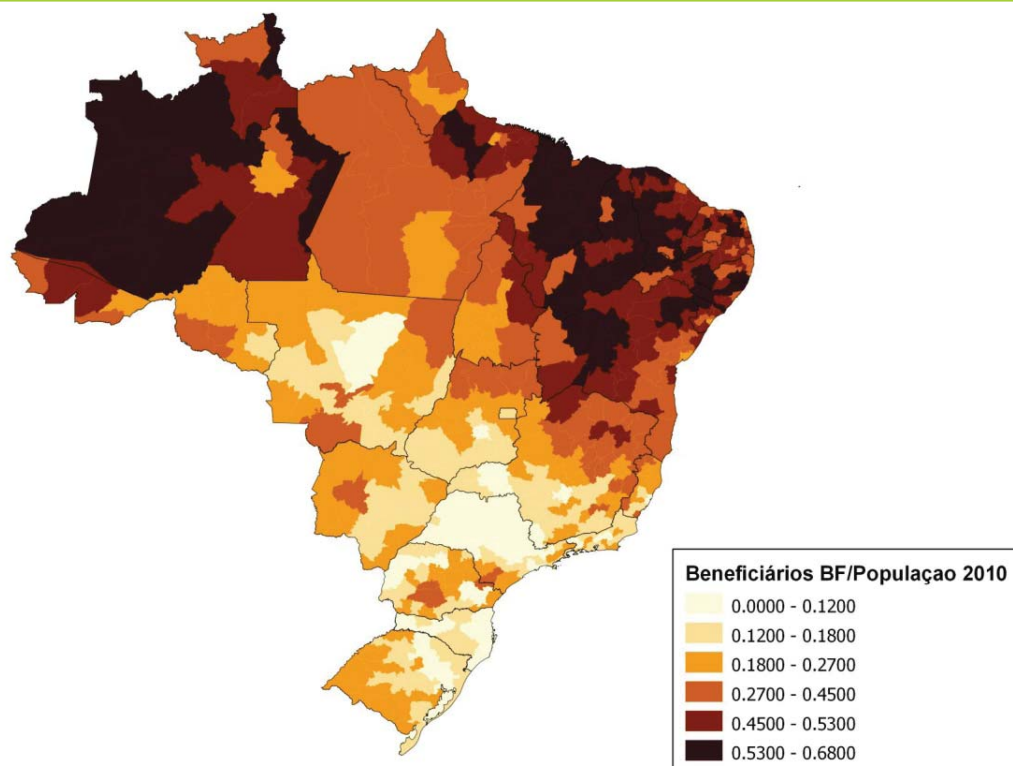
Os cartogramas abaixo ilustram essa tendência, registrando a interiorização dos empregos formais entre 2004-2010 em direção às microrregiões do país com menor valor adicionado per capita em 2008 e com maiores índices relativos de pobreza, estimados a partir da parcela da população beneficiária do Bolsa Família em 2010.

Mapa 6. Taxa de Variação Anual de Vínculos Formais por Microrregião – 2004/2010.



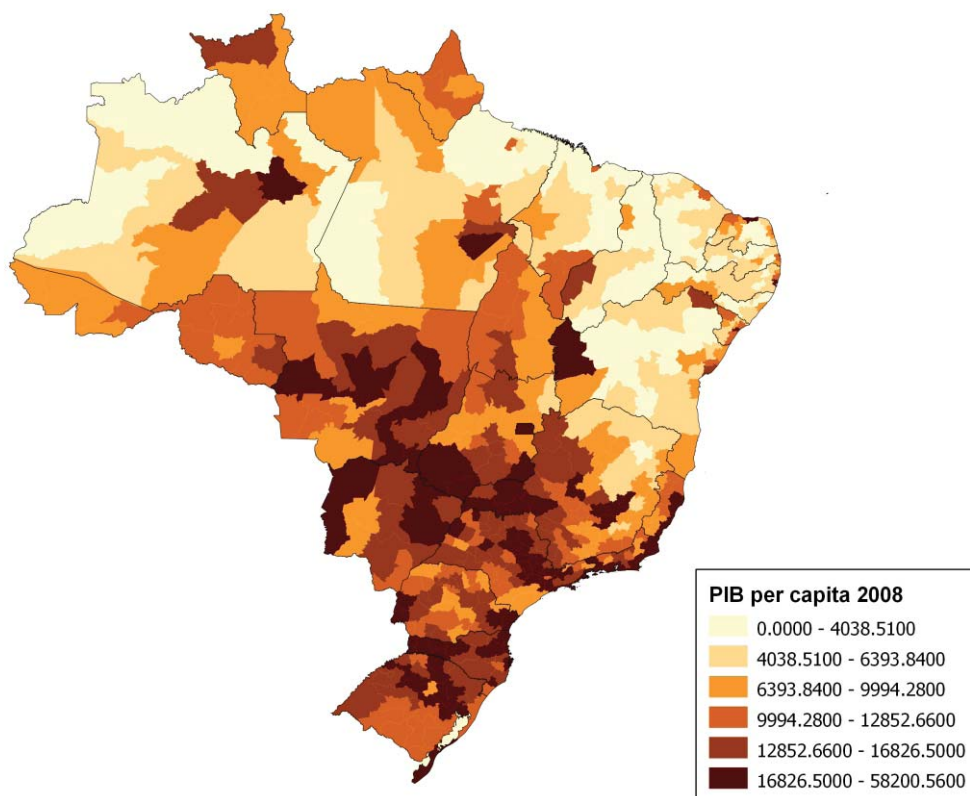
Fonte: RAIS – MTE. Elaboração: SPI/MP

Mapa 7. Parcela da População Beneficiária do Bolsa Família por Microrregião em 2010



Fonte: MDS e Censo demográfico 2010/IBGE. Elaboração: SPI/MP

Mapa 8. Valor Adicionado per Capita por microrregião em 2008



Fonte: IBGE. Elaboração: SPI/MP

A constituição de um mercado de trabalho mais equitativo no território parece fortemente associada ao caráter redistributivo de políticas como o salário mínimo e as transferências governamentais, à inclusão bancária e à ampliação do crédito, bem como ao aumento dos investimentos públicos e privados e ao fomento produtivo de setores como a agricultura, que têm aquecido os mercados de trabalho locais. Por exemplo, em regiões menos dinâmicas, a evolução das ocupações parece traduzir a execução dos projetos de oferta de água para consumo humano e irrigação, a expansão de uma nova fronteira agrícola, o aumento dos investimentos em infraestrutura urbana e social, com o forte impacto na construção civil, bem como a ampliação do comércio e dos serviços puxados pelo consumo interno incentivado por programas de transferência de renda como o Bolsa Família e benefícios previdenciários e assistenciais.

A partir da experiência recente, projeta-se um cenário mais favorável em 2015, tendo em vista o movimento de fortalecimento das políticas públicas de transferência de renda e inclusão social, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria e para a valorização real do salário mínimo entre 2012 e 2015. Também são positivas as perspectivas dos investimentos públicos em infraestrutura social e econômica já anunciados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, que geram empregos diretos e indiretos.

Além de apresentar um pacote de investimentos, com volumes financeiros mais elevados e maior amplitude de áreas contempladas, a segunda fase do PAC ampliou a abrangência territorial de sua carteira com maiores investimentos em infraestrutura social em municípios de médio e pequeno porte. Nesse sentido, um grande desafio será a implementação de políticas de desenvolvimento produtivo que proporcionem maior aproveitamento dos efeitos multiplicadores dos investimentos em regiões menos desenvolvidas, buscando a inclusão socioprodutiva das populações e o fortalecimento das atividades produtivas locais.

A Infraestrutura e o Desenvolvimento Regional

As desigualdades territoriais apresentadas pelo Brasil têm bases históricas e complexas. De colônia agroexportadora, cujo dinamismo econômico girava em torno de poucos bens primários, à nação industrializada, mas com forte concentração em torno de alguns polos econômicos, a ocupação do território deu-se de forma desigual. Por conseguinte, a infraestrutura nacional também seguiu o padrão de concentração, reforçando os hiatos de desenvolvimento, investimento e mercados. Sem o estabelecimento de uma malha logística integrada e um sistema de geração e transmissão de energia que incentivasse a integração e o desenvolvimento equilibrado do território, as oportunidades de investimentos ficaram restritas às regiões consolidadas. A crise fiscal das décadas de 1980 e 1990, e a consequente queda dos investimentos, deteriorou ainda mais esse cenário.

Entretanto, a expectativa de continuidade do processo de crescimento econômico retomado na década passada, associada a fenômenos que promovem a interiorização

como o deslocamento das fronteiras agrícolas do Brasil, a descoberta de reservas minerais cada vez mais distantes das regiões industrializadas tradicionais e a expansão da renda com o fortalecimento do mercado interno, representam para o país oportunidade e desafio. Oportunidade para o aprofundamento do processo de interiorização em decorrência das novas opções de inversões produtivas locais, aliada à formação de estruturas produtivas de maior valor agregado em torno dos novos polos dinâmicos. Desafio representado pela necessidade de implementação de uma estratégia para os investimentos públicos que não seja apenas reativa, mas indutora desse processo de desenvolvimento.

Os investimentos do Governo Federal em infraestrutura, consubstanciados na carteira de projetos do PAC, visam não apenas a superar gargalos, mas também a induzir o desenvolvimento do território brasileiro em bases mais homogêneas e harmônicas.

A Logística para a Integração Nacional

As obras previstas no PAC apontam para a expansão da infraestrutura logística em diferentes eixos, reforçando o processo de interiorização, como representado no mapa 9

Mapa 9. Empreendimentos de infraestrutura logística



Fonte: Secretaria do PAC - Elaboração SPI/MP.

Em primeiro lugar, busca-se a integração dos polos produtivos das regiões Centro-Oeste e Norte com as outras regiões do país, propiciando acesso tanto aos portos de exportação, quanto às outras regiões consumidoras do mercado interno. Um reflexo desse movimento é a expansão das ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, bem como a implantação das ferrovias de Integração Oeste-Leste (FIOL), Integração Centro-Oeste (FICO), Ferronorte e

Ferrovia do Pantanal. Além disso, é necessária a adequação de trechos ferroviários, como duplicações de linhas, mudança de geometria ou compatibilização de bitolas.

Ao mesmo tempo, os portos organizados marítimos receberão intervenções para adequação de suas capacidade à demanda de serviços. Dentre essas intervenções, merece destaque o Plano Nacional de Dragagem (PND), que busca ampliar o acesso e adequar as condições de navegabilidade dos principais portos. Também estão em curso obras portuárias de infraestrutura e superestrutura como instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e instalações gerais e de suprimento.

Outro ponto relevante para a integração e o desenvolvimento regional do país diz respeito ao transporte hidroviário. Além de apresentar custos logísticos mais baixos, esse modo de transporte é fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. Os investimentos do PAC prevêm obras e estudos para importantes hidrovias brasileiras, como as dos rios Madeira, Amazonas, Tapajós e Paraguai. Da mesma forma, é prevista a construção de terminais hidroviários em 52 cidades da Região Norte, de modo a garantir o desenvolvimento de uma rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga, considerando a integração multimodal de cargas e passageiros e as necessidades e potencialidades da região.

Energia para o Desenvolvimento Sustentável

A ampliação do acesso à energia elétrica contribui para a inclusão social e promove a melhoria da qualidade de vida da população. Disponibilidade e custo são fatores estratégicos para o desenvolvimento econômico e a competitividade do país. Os esforços do Governo Federal visam promover a segurança do suprimento de energia elétrica, a modicidade tarifária e a universalização do acesso, conciliando as necessidades de expansão do sistema à proteção ao meio ambiente e às oportunidades de desenvolvimento regional. Destaca-se o crescimento das fontes renováveis para a ampliação do fornecimento ao sistema, notadamente na Região Norte, com os grandes projetos hidrelétricos, e nas Regiões Nordeste e Sul, com a implantação de parques eólicos.

Além da ampliação da capacidade instalada de geração, especialmente baseada em fontes renováveis e buscando as menores tarifas, está prevista a expansão do sistema de transmissão de energia elétrica. Essa expansão visa à adequação do Sistema Interligado Nacional (SIN) aos fluxos inter-regionais de energia e à integração dos grandes empreendimentos de geração e de todas as capitais brasileiras ao sistema. Essas interligações se apresentam como questão estratégica e de soberania nacional, e, além de promoverem a disponibilização de mais energia para o país, contribuirão para

a melhoria da qualidade dos serviços e para a redução da dependência de fontes não renováveis, com destaque para os estados da Região Norte. A ligação dessa parte do território permite romper o isolamento elétrico garantindo maior segurança ao sistema. O mapa 10 apresenta a localização dos principais empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes hídrica e eólica, bem como as grandes redes de interligações ao SIN.

Mapa 10. Interligações ao sistema elétrico nacional e empreendimentos de geração de energia, fontes hídrica e eólica.



Fonte: Dados do Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico/ANEEL e do PAC/MP; Elaboração SPI/MP.

O acesso ao serviço de energia elétrica é outro ponto de destaque da atuação governamental. O Programa Luz para Todos já levou o acesso à energia elétrica, até julho de 2011, a 2,8 milhões de domicílios, beneficiando mais de 14 milhões de brasileiros, moradores do meio rural, que agora saíram da escuridão. Ainda existe uma parcela da população sem acesso a esse serviço, especialmente nas áreas rurais dos estados do Norte e Nordeste, e os desafios para o seu atendimento são cada vez maiores, pois os domicílios se encontram em áreas isoladas e com maiores dificuldades de alcance. Por isso o programa Luz para Todos foi prorrogado até 2014. Suas metas também estão focadas na população extremamente pobre e articuladas com as metas do Plano Brasil Sem Miséria.

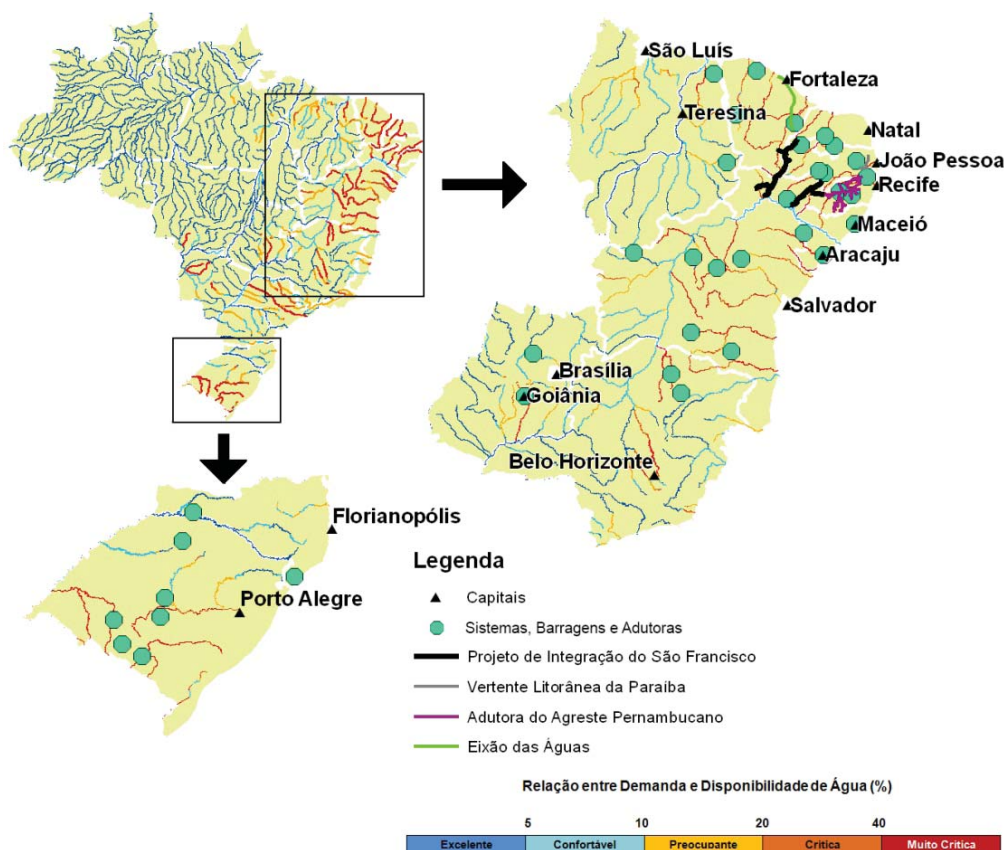
Oferta e Disponibilidade de Água

O Brasil possui grande disponibilidade de recursos hídricos, porém a distribuição desses recursos não é uniforme, nem no tempo nem no território. A Região Norte, com 8% da população, registra cerca de 70% da disponibilidade de águas doces superficiais do país, restando apenas 30% para o atendimento de 92% da população.

A relação entre a demanda e a disponibilidade de água para os seus múltiplos usos é caracterizada como crítica quando ultrapassam os 20% e muito crítica quando ultrapassam os 40%. O mapa 11 abaixo destaca essa situação nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Na bacia hidrográfica do Rio Tietê, Região Sudeste, o stress hídrico é devido à alta demanda para abastecimento urbano e as soluções são implementadas no âmbito do saneamento básico.

Nas regiões hidrográficas do Uruguai e Atlântico Sul, Região Sul, o stress hídrico é devido à demanda de água para irrigação. Na região semiárida, regiões nordeste e norte de Minas Gerais, o stress hídrico é devido à baixa disponibilidade hídrica. Nas regiões sul e semiárida as soluções são as obras de infraestrutura hídrica que regulam as vazões, guardando as águas das épocas de chuva para as de seca, e que as transportam das áreas de maior disponibilidade para as de menor. Para essas regiões, as grandes obras de infraestrutura hídrica estão destacadas no mapa 11.

Mapa 11. Empreendimentos de infraestrutura hídrica.



Fonte: Dados da Conjuntura dos Recursos Hídricos/ANA e do Programa de Aceleração do Crescimento/MP; Elaboração SPI/MP.

Um empreendimento que se sobressai por sua magnitude e por sua abrangência é o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF). São dois eixos, norte e leste, com cerca de 620 km de canais que atenderão à população de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Além da execução do empreendimento, os esforços do Governo Federal estão orientados à operacionalização do empreendimento e ao melhor aproveitamento das águas na região, onde os reservatórios serão recuperados e preparados para receber as águas do PISF e os sistemas adutores complementares serão implantados.

Em resumo, a estratégia de desenvolvimento deve considerar a utilização das diversas potencialidades apresentadas como fundamentos para um crescimento econômico sustentado, baseado na redução das desigualdades sociais e regionais com progresso técnico e inovação, de maneira ambientalmente sustentável, ampliando-se a inserção internacional do Brasil e garantindo-se a soberania nacional.

Os cenários apresentados (macroeconômico, social, ambiental e regional), a despeito da divisão realizada para efeitos didáticos, constituem-se não mais que visões distintas, porém convergentes, de um mesmo cenário maior: a realidade brasileira que se espera para os próximos anos.

A leitura agregada dos quatro cenários revela a importância e o protagonismo das políticas sociais como indutoras do crescimento econômico, com especial influência nas regiões com maior concentração de pobreza.

Outro fator integrador dessas visões são os potenciais nacionais em energias renováveis, que se por um lado podem garantir o crescimento econômico, por outro garantem a sustentabilidade ambiental, notadamente pela redução das emissões de carbono. No mesmo sentido, o desafio de ampliar as capacidades nacionais em CT&I também se mostra crucial nos quatro campos abordados.

Além dessas questões, temas relacionados, por exemplo, com segurança pública, defesa civil e garantia dos direitos de propriedade, são variáveis centrais no cenário agregado.

Nesses termos, Visão de Futuro e Valores associados aos Cenários apontam para onze Macrodesafios que conformam uma orientação estratégica para o Governo Federal.

MACRODESAFIOS

Em consonância com a Visão de Futuro, respeitando os valores fundamentais que norteiam o Plano Mais Brasil e com vistas a orientar a continuidade do conjunto de políticas públicas implementadas nos últimos 8 anos, acrescidas de novas políticas e linhas de ação que foram defendidas no programa de governo da Presidenta Dilma Roussef, foram definidos 11 Macrodesafios que orientarão as políticas públicas federais nos próximos 4 anos, consubstanciadas nos programas governamentais.

Os Macrodesafios definidos para o Plano Mais Brasil são os seguintes:

- 1) Projeto Nacional de Desenvolvimento: dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento apoiado na redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
- 2) Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais;
- 3) Ciência, Tecnologia e Inovação: consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro;
- 4) Conhecimento, Educação e Cultura: propiciar o acesso da população brasileira à educação, ao conhecimento, à cultura e ao esporte com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
- 5) Saúde, Previdência e Assistência Social: promover o acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social, assegurando equidade e qualidade de vida;
- 6) Cidadania: fortalecer a cidadania, promovendo igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade das relações humanas e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos;
- 7) Infraestrutura: expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul;
- 8) Democracia e Participação Social: fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública;
- 9) Integridade e Soberania Nacional: preservar os poderes constitucionais, a integridade territorial e a soberania nacional, participando ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo;
- 10) Segurança Pública: promover a segurança e integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz;
- 11) Gestão Pública: aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos o Brasil vem empreendendo um modelo de desenvolvimento distinto do que se vê em grande parte dos demais países e daquele praticado no país nas décadas anteriores. O crescimento baseado no consumo de massa, no fortalecimento do mercado interno, com distribuição de renda, redução da vulnerabilidade externa e ampliação dos investimentos, em especial na infraestrutura, consolidaram uma base forte para os próximos anos, o que garante ao país condições para ampliar a sua participação no mercado mundial com a continuidade da redução das diferenças sociais e regionais que ainda persistem internamente.

As diversas políticas adotadas recentemente, a exemplo da política de valorização do salário mínimo, do Programa Bolsa Família, do Plano de Desenvolvimento da Educação e do PAC, se mostraram importantes instrumentos para a redução das desigualdades sociais e regionais. Não obstante a importância desses programas, outras iniciativas ligadas ao território e à questão regional, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os Territórios da Cidadania, tiveram papel importante na redução das desigualdades regionais e entre o meio rural e o meio urbano.

Portanto, não somente a continuação mas o aperfeiçoamento desses programas fazem parte da agenda de governo, de maneira a consolidar ações distintas de diversos ministérios com intuito de continuar o combate às desigualdades inter e intrarregionais. Ações ligadas ao desenvolvimento local como Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento da Economia Solidária, o zoneamento ecológico-econômico e a articulação das ações do Estado, em suas três esferas, serão essenciais para consecução desse desafio. A formulação de grandes planos como o Brasil Sem Miséria, o Programa Brasil Maior e o PAC 2 são exemplos de que o que está sendo feito envolve o aprimoramento da articulação intersetorial, elemento essencial para a consecução dos desafios postos à implementação das políticas.

Ressalte-se que essas políticas carregam uma visão estruturante do meio ambiente, em nosso território e no cenário internacional, dada a importância geopolítica do país para o mundo em termos ambientais. Isso depende de uma mudança cultural especialmente voltada aos padrões de consumo e de eficiência energética, que implica a participação do Estado, da sociedade e do setor privado.

Especial atenção é voltada ao aproveitamento da biodiversidade, à exploração sustentável do potencial florestal, à gestão dos recursos hídricos, ao combate às mudanças climáticas e mitigação de seus efeitos sobre a população e os ecossistemas e à qualidade ambiental e os riscos relacionados ao meio ambiente de maneira a gerar riquezas e distribuição de renda internamente. Para tanto, esses temas serão abordados individualmente por meio de programas temáticos específicos, nos quais são identificadas, ainda, iniciativas diretamente relacionadas ao aperfeiçoamento dos processos de licenciamento e controle ambiental.

O envolvimento conjunto do Estado, da sociedade e do setor privado será central para se atingirem os objetivos relacionados a este macrodesafio. O Plano Brasil Maior (PBM) é um esforço do Governo Federal neste sentido. Com o Plano pretende-se integrar as ações governamentais de política industrial, tecnológica e de comércio exterior, com os objetivos de acelerar o crescimento do investimento produtivo e do esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais e, ainda, aumentar a competitividade dos bens e serviços produzidos no país.

No setor agropecuário serão realizados programas voltados ao aumento da produtividade, com investimentos em tecnologia e inovação no sentido de aumentar a capacitação dos trabalhadores rurais, e de difusão de novas tecnologias, tanto em mecanização quanto em melhoramento genético útil à pecuária e à agricultura. Em relação ao Brasil Rural, o movimento virtuoso alcançado por vários setores também se observou na agricultura familiar, principalmente com a expansão do crédito e dos recursos voltados à assistência técnica e extensão rural (ATER). O apoio à agricultura familiar é fundamental, tendo em vista seu papel na produção de alimentos e regulação de seus preços, assim como na geração de renda no campo. Assim, é essencial que se preserve o ciclo da expansão do crédito, principalmente aquele combinado com serviços de ATER.

Todos esses esforços serão no sentido de assegurar a continuidade do ciclo de expansão da economia, caracterizado pela ampliação do número de ocupados e por uma forte tendência de formalização dos vínculos empregatícios nos últimos anos. Tal movimento representou fator decisivo para as diminuições da pobreza e da desigualdade observadas no país, dado que os empregos formais geram remunerações, em média, mais elevadas e são protegidos pelas legislações trabalhista e previdenciária.

Assim, a continuidade do ciclo de formalização é fundamental para o desenvolvimento do país, conjugando crescimento econômico e redução das desigualdades. O Programa Trabalho, Emprego e Renda tem este desafio, e, por meio de ações de qualificação social e profissional, de ampliações do crédito produtivo e do microcrédito, e indutoras do trabalho decente, entre outras, contribui para a efetivação desse cenário.

ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

O Brasil vive, desde 2004, ciclo inédito de desenvolvimento, ao combinar crescimento econômico e redução das desigualdades. Como consequência, 28 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta e 36 milhões chegaram à classe média.

Contudo, ainda há 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil, das quais 53% residem em áreas urbanas e 47%, em rurais. Quase 60% delas estão no Nordeste, 40% têm até 14 anos, mais de 70% são negros e cerca de 25% são

analfabetos, sendo que os domicílios onde residem caracterizam-se por pequeno acesso a serviços essenciais, como água e esgoto.

Diante do diagnóstico da extrema pobreza no Brasil, o Plano Brasil Sem Miséria foi lançado integrando ações de diversas naturezas, sob os eixos de garantia de renda, de ampliação do acesso a serviços públicos e de inclusão produtiva. Tais ações levam em conta os diferentes perfis socioeconômicos, tomando por base, por exemplo, as características próprias dos meios urbano e rural para a construção das políticas de inclusão produtiva. O Plano também prevê a ampliação do número de crianças e adolescentes atendidos pelo Bolsa Família, a elevação da formação, qualificação e inclusão no mercado de trabalho de mulheres e a universalização do acesso à água para consumo humano em áreas rurais do semiárido, por exemplo.

A meta do Brasil Sem Miséria é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha de extrema pobreza. Entre suas diretrizes, estão a integração de políticas, a universalização de direitos sociais, a elevação do padrão de qualidade de vida, a preservação da autonomia e o respeito à dignidade das pessoas e à diversidade geracional, de gênero, raça, etnia e cultura.

No PPA, a transversalidade do Brasil Sem Miséria está explicitada pela sua presença em diversos Programas, como Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Biodiversidade, Agricultura Familiar, Educação Profissional e Tecnológica, Resíduos Sólidos e Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Esses programas contêm metas específicas do Brasil Sem Miséria, como a universalização do acesso à água para consumo humano no semiárido, a inclusão de 800 mil famílias da extrema pobreza no Bolsa Família, a ampliação do número de participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil e a identificação de pessoas em extrema pobreza pela busca ativa.

O conjunto de metas materializa o compromisso, expresso no Plano Plurianual, de redução da miséria a níveis residuais, aprofundando o cenário de inclusão social vivido pelo país nos últimos anos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A associação entre as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e o desenvolvimento socioeconômico tem motivado a presença cada vez maior do tema na agenda de políticas públicas no Brasil. As políticas de CT&I têm sido explicitamente apresentadas como elementos fundamentais da política industrial e de comércio exterior.

Também a retomada das políticas industriais ativas e a maior capacidade de investimento do governo têm contribuído para que o fomento às atividades de CT&I mobilizem um maior número de instituições e recursos.

De acordo com dados consolidados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil foram de R\$ 37,8 bilhões em 2009, ou 1,2% do PIB. Deste total, R\$ 19,5 bilhões foram de dispêndio público, cerca de 52% do total; do montante de investimentos públicos, R\$ 13,5 bilhões foram realizados pelo governo federal, que vem usando, também, os incentivos fiscais como instrumento de política de CT&I no país e que, em 2009, foram R\$ 4,1 bilhões.

A prática internacional tem mostrado, contudo, que os gastos públicos – por sua tendência a enfatizar o desenvolvimento científico em relação ao desenvolvimento tecnológico e à inovação – podem não ter, sozinhos, as repercussões esperadas sobre os indicadores de desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, um indicador importante é a participação relativa do governo e do setor empresarial nos dispêndios em P&D. As economias avançadas exibem indicadores diversos daqueles apresentados por economias em desenvolvimento: nos Estados Unidos, em vários países da União Europeia, no Japão e na Coreia do Sul a participação do setor empresarial nos gastos nacionais em P&D supera 70% do total. No caso brasileiro, em 2009, pouco menos da metade dos gastos nacionais em P&D foram realizados pelo setor empresarial, somando R\$ 18,3 bilhões, sendo a outra parte financiada pelos governos federal e estaduais.

Há um descolamento entre nossos indicadores nacionais de produção científica e de produção tecnológica: a participação do Brasil no total de artigos publicados em periódicos científicos internacionais ultrapassou 2,5% no final da década de 2000, enquanto nossa participação nas concessões de patentes depositadas junto ao escritório norte-americano de patentes – principal referência internacional -, representa apenas 0,1% do total mundial. Apesar desse número, entre 2005 e 2009 os gastos empresariais em P&D passaram de 0,49% para 0,58% do PIB, mostrando uma evolução favorável.

A estrutura produtiva existente no país é ainda marcada por uma participação relativamente reduzida de setores de alta e média-alta tecnologias, o que é um obstáculo à expansão dos gastos empresariais em P&D. Também há os seguintes aspectos: a aversão ao risco do setor empresarial no Brasil; a ainda reduzida orientação para o mercado externo e a elevada participação de empresas multinacionais em segmentos intensivos em P&D, com seus centros de pesquisa fora do Brasil.

Outro fator limitante à expansão dos esforços tecnológicos no país pode estar associado ao descolamento entre os modernos instrumentos de política de CT&I hoje existentes no país e a estrutura institucional que os operacionaliza. O governo federal tem realizado uma série de esforços, relacionados, primordialmente, à política de Ciência, Tecnologia e

Inovação, e à política industrial. A própria articulação entre essas duas políticas é elemento fundamental para o alcance do Macrodesafio, uma vez que trata essencialmente da transposição do hiato entre o mundo acadêmico, em que o conhecimento é produzido, e o mundo das empresas.

Quatro grandes objetivos compõem este Macrodesafio. O primeiro é reduzir a defasagem tecnológica, por meio da ciência, tecnologia e inovação; o segundo é contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil; o terceiro é fomentar a economia verde e criativa e o quarto objetivo é contribuir para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

Os esforços do governo federal vão desde o fomento à pesquisa científica e à concessão de bolsas para a formação de recursos humanos para CT&I até à utilização de instrumentos direcionados ao estímulo para o maior esforço em P&D por parte das empresas nacionais, além de mudanças institucionais implementadas ao longo dos últimos anos para incentivar o envolvimento do setor produtivo com as atividades de inovação. As iniciativas do governo passam também pela instalação de infraestrutura científica e tecnológica e por ações de ciência, tecnologia e inovação voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. Materializam-se primordialmente no Programa Ciência, Tecnologia e Inovação, mas também em Programas mais focalizados, como os das áreas Espacial e Nuclear, com forte conteúdo de desenvolvimento de tecnologias sensíveis e de alto potencial para serem incorporadas ao sistema produtivo e no Programa Temático Inovações para a Agropecuária.

CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E CULTURA

O PNE, com duração até 2020, já traduz os avanços necessários para consolidar conquistas importantes da área, como a melhoria da qualidade da educação básica, medida, por exemplo, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); a evolução positiva dos gastos em educação em relação ao PIB nos últimos anos; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); a criação do piso nacional do magistério; a ampliação das transferências automáticas a toda a educação básica; a própria construção do Ideb, que permitiu avaliar a partir de critérios objetivos a situação da educação, desde a escola até a média nacional, e priorizar sistemas de ensino mais frágeis, com relação ao apoio técnico e financeiro do governo federal; as mudanças legais que tornaram obrigatório o atendimento escolar entre 4 e 17 anos de idade; a interiorização e expansão das redes federais de educação profissional e superior; e a criação do PROUNI, entre outros.

Apesar destas conquistas, ainda é um desafio promover oportunidades educacionais para os mais diversos grupos populacionais, como as cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas, a metade dos adolescentes entre 15 e 17 anos que estão fora do ensino médio e para os mais de 80% das crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche. O que se estende à educação superior, considerando que as taxas de frequência líquida e bruta neste nível de ensino são, respectivamente, de 14,4% e 26,7%¹⁴, e o número de mestres e doutores é de 26 a cada 100 mil pessoas¹⁵.

O PNE contém 20 metas voltadas à superação desses desafios. Metas que abrangem a expansão das matrículas e da frequência em diferentes níveis e modalidades de ensino, a melhoria da qualidade da educação básica, a formação e a valorização dos profissionais do magistério, o estímulo à educação em tempo integral, a alfabetização, a elevação do investimento público em educação, a profissionalização e democratização da gestão da escola e a inclusão de segmentos específicos, como as pessoas com deficiência, do campo, negros e mais pobres, objetivando reduzir as desigualdades educacionais.

O PPA 2012-2015 será o ponto intermediário para alcance das metas do PNE, construindo uma visão sistêmica dos compromissos da política de educação a partir dos três Programas Temáticos: Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em acréscimo, o PPA apresenta os desafios assumidos pelo Governo da Presidenta Dilma, como aqueles da segunda etapa do PAC: o apoio à construção de mais de 6 mil quadras esportivas escolares e da cobertura de outras 4 mil e de 6 mil unidades de educação infantil, que contribuirão para o aumento da frequência a esta etapa da educação básica.

O PPA também mostra os desafios relativos à expansão da educação profissional, expressos na meta de alcançar 8 milhões de matrículas no PRONATEC, contribuindo para a formação de mão de obra, o que será decisivo no cenário de crescimento econômico sustentável dos próximos anos. Em particular, vale assinalar o compromisso com a elevação do número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563, elemento central para a expansão das matrículas, interiorização e melhor distribuição das oportunidades educacionais, em correspondência com o porte populacional, dinâmicas produtivas locais e incidência da extrema pobreza. O papel da educação na promoção do desenvolvimento com melhor distribuição das oportunidades educacionais completa-se com o compromisso de elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 321 e o de Universidades Federais para 63.

A perspectiva contida no Plano Plurianual 2012-2015 sinaliza para o papel da educação no

14 Frequência líquida – total de pessoas entre 18 e 24 anos de idade que frequentam ensino superior em relação ao total de pessoas nessa faixa etária; frequência bruta – total de pessoas que frequentam o ensino superior em relação ao total de pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos de idade.

15 Segundo dados da PNAD 2009.

aprofundamento da redução de desigualdades sociais e regionais no Brasil, sendo fator de promoção da inclusão numa sociedade que valoriza crescentemente o conhecimento como dimensão da cidadania, da igualdade social e do desenvolvimento econômico sustentável.

O direito ao esporte, à cultura e ao lazer também é uma dimensão da inclusão social, da promoção da cidadania e da igualdade de oportunidades.

Arte e cultura configuram aspectos essenciais da formação do sujeito e de uma sociedade plural e democrática. A política de cultura deve impulsionar o tema em todas as suas dimensões – econômica, cidadã e simbólica, reconhecendo seus desafios: a ampliação de seu potencial na geração de emprego e renda, a necessidade de expansão e desconcentração social e territorial do acesso a bens e equipamentos culturais e o fortalecimento das identidades dos sujeitos e grupos em sua diversidade de valores, práticas, rituais e crenças.

Nesse sentido, o PPA 2012-2015 traz metas que expressam compromissos como: a consolidação do Sistema Nacional de Cultura, descentralizado e participativo, criando uma rede integrada de planejamento e execução da política cultural; a implementação de 800 Praças dos Esportes e da Cultura, levando serviços e equipamentos às áreas pobres das grandes cidades brasileiras; a expansão dos espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais; a ampliação da participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil; e o fomento à economia criativa.

A política de esporte envolve desafios como: a ampliação de equipamentos públicos, como quadras, sobretudo nas periferias das cidades; a construção de recursos institucionais que definam uma rede articulada para a política; o papel do esporte na inclusão social, considerando, por exemplo, a promoção do esporte nas escolas e em áreas deflagradas; o estímulo a práticas e estilos de vida saudáveis, centrais para enfrentar o atual quadro epidemiológico, caracterizado pelo avanço de doenças crônicas não-transmissíveis, relacionadas a fatores de risco como tabaco, álcool, sedentarismo e alimentação rica em açúcares, gordura e sódio; e o fomento ao potencial econômico do esporte, em especial do futebol.

Por fim, os esforços se concentrarão na organização das ações para a realização dos grandes eventos esportivos, a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, potencializando os seus efeitos positivos para a população brasileira. Nesse sentido, vale citar os desafios associados aos legados dos grandes eventos, em seus aspectos esportivo, social, urbano e ambiental.

O legado esportivo compreenderá a meta de difundir a prática esportiva na sociedade, estruturando ações para o esporte de alto rendimento e para o desempenho olímpico brasileiro. O legado social buscará, sobretudo, a inclusão e promoção das populações de menor renda, especialmente pela via do esporte educativo, e os legados urbano e ambiental envolvem a integração entre um conjunto de programas e políticas, que dirigem suas carteiras para investimentos em mobilidade, segurança, telecomunicações, transporte público e melhoria do meio ambiente para as cidades que receberão os grandes eventos.

SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

As ações da área da seguridade social serão estratégicas para o avanço na promoção do bem-estar social até 2015. A ampliação da cobertura e os investimentos para qualificação de suas políticas deverão implicar mais um passo para a consolidação da área de seguridade como política de Estado, compartilhada entre entes federados, visando à efetivação de direitos sociais.

Na Previdência Social, o principal desafio é consolidar o cenário de inclusão previdenciária, impulsionado pelo ciclo de crescimento econômico e expansão do emprego formal iniciado em 2004. Em 2009, a taxa de pessoas entre 16 e 59 anos de idade com cobertura previdenciária chegou a 67%. As perspectivas de consolidação do crescimento com estabilidade para o período do PPA 2012-2015 indicam a continuidade do processo de inclusão previdenciária, reforçado por metas do Plano como ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados. O crescimento econômico, associado a medidas de inclusão e de gestão, cria as condições de sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A consolidação da política de valorização do salário mínimo terá efeitos sobre os benefícios pagos pelo RGPS: cerca de 70% de seus benefícios são de 1 salário mínimo e sua valorização real – conforme regra da Política – contribui para intensificar a expansão e a distribuição da renda, em especial dos estratos de menor renda. Outros desafios da área de Previdência são associados à modernização do atendimento, iniciada há alguns anos, com benefícios diretos à população, como a extinção das filas para atendimento nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social. A reorganização foi produto de ações como a implantação do atendimento agendado, a expansão e adequação da rede de atendimento, a modernização do parque tecnológico e a implantação do reconhecimento automático de direitos.

Para o próximo período, as metas constantes do PPA 2012-2015 mostram o compromisso de avançar nessas agendas, prevendo continuidade da expansão da rede de agências, redução do tempo médio de concessão de benefícios e atendimento agendado e ampliação do percentual dos benefícios decididos na mesma data de entrada.

O PPA 2012-2015 traz um conjunto de objetivos, metas e iniciativas que dão a perspectiva de ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços. Para tanto, projeta a expansão das portas de entrada do SUS (a atenção primária, a atenção de urgência e emergência, a atenção psicossocial e os serviços especiais de acesso aberto) às ações e serviços de saúde, a partir de metas, por exemplo, que especificam implantação e ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), a implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), a expansão de equipes de Saúde da Família e do número de transplantes de órgãos.

Especialmente para a saúde mental, vale salientar as metas de implantação, dos centros de atenção psicossocial, de unidades residenciais terapêuticas temporárias e de leitos de atenção integral da saúde mental, que contribuirão para o desafio das políticas de enfrentamento e prevenção ao uso de drogas como o crack.

Também se espera seguir avançando na assistência farmacêutica no âmbito do SUS, por meio da ampliação do acesso a medicamentos pela população, como é exemplo a expansão do Farmácia Popular nos municípios que integram o mapa da extrema pobreza.

Destaque-se ainda a área da saúde da mulher e da criança. Especialmente, a mortalidade infantil e a mortalidade materna apresentam tendência de diminuição, mas é preciso acelerar essa queda por meio de ações que priorizem os municípios com maiores índices dessas mortalidades. Com este propósito, em 2011, foi lançada a Rede Cegonha, com previsão de mais de R\$ 9 bilhões para garantia da assistência segura e humanizada à mãe e ao bebê, incorporando ações como o teste rápido de gravidez, a adequação da ambiência em maternidades para atenção humanizada ao parto e ao nascimento, a ampliação dos leitos de unidades de terapia intensiva e de cuidado intermediário neonatal.

A evolução das doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil requer o compromisso com ações integradas que incidam sobre seus fatores de risco, como tabaco, álcool, inatividade física e alimentação inadequada. Razão pela qual o PPA traz o compromisso de implementação e monitoramento do Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis, construído a partir do diagnóstico de que a transição epidemiológica constitui grande desafio e se expressa pela maior participação na mortalidade proporcional por grupos de causas das doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, neoplasias e das doenças por causas externas, acompanhada da redução das mortes por doenças infecciosas e parasitárias. Desafio mais intenso na medida em que se articula com a transição etária, que demanda ações de saúde atentas ao envelhecimento populacional, e a transição nutricional, caracterizada por maiores índices de excesso de peso em função de hábitos alimentares e alterações nos estilos de vida da população.

Os desafios do SUS passam também pela elevação da capacidade de planejamento de forma territorializada, a partir da constituição de regiões de saúde com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde de forma regionalizada e hierarquizada. A perspectiva é de assinaturas, durante o período do Plano, de Contratos Organizativos da Ação Pública da Saúde, a partir dos quais os entes, de forma integrada, identifiquem, entre outros itens, as necessidades de saúde, a oferta de serviços, as metas e os investimentos previstos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, vem se consolidando na perspectiva da garantia de direitos e de uma política de Estado, descentralizada, não-contributiva, que organiza serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social voltados à proteção social contra riscos e vulnerabilidades. O SUAS tem como porta de

entrada os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que organizam a oferta de serviços assistenciais de proteção social básica às famílias em territórios sob risco ou vulnerabilidade. Outra referência do SUAS são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), equipamentos públicos de proteção social especial nos quais são desenvolvidos serviços voltados a famílias ou a indivíduos com direitos ameaçados ou violados: violência doméstica, sexual e cumprimento de medidas socioeducativas. Ainda na proteção especial, há os serviços de acolhimento que atendem a situações de abandono, separação do núcleo familiar, calamidades públicas e outros.

O fortalecimento do SUAS, no período 2012-2015, envolve a expansão da rede de atendimento, sobretudo nos CRAS e nos CREAS, articulados a outros serviços. Tal expansão priorizará as áreas em situação de maior pobreza, reforçando-se, inclusive, a capacidade para organizar a vigilância socioterritorial e a identificação de famílias que ainda estão fora da rede de proteção social.

A expansão deverá se combinar a medidas expressas em metas do PPA, para a difusão, na rede de assistência, do conjunto de normas, orientações técnicas e fluxos intersetoriais que a qualifique no atendimento a situações diversas de risco e vulnerabilidade. Há também a previsão de expansão do percentual de CRAS e CREAS que possuam padrão nacional de oferta de serviços e estejam aptos a atender, por exemplo, a mulheres em situação de violência, à população em situação de rua, a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e adolescentes em conflito com a lei, entre outros. Esse conjunto de metas constituirá parâmetros de qualidade dos serviços socioassistenciais, materializando o desafio da transversalidade da política de assistência com políticas, por exemplo, para as mulheres, para a população em situação de rua e para crianças e adolescentes. Em relação à qualificação dos serviços, espera-se também o reordenamento de serviços de acolhimento, centrais para os casos de ameaça ou violação de direitos.

Há também avanços esperados para os BPCs, dirigidos às pessoas idosas ou com deficiência e que tenham renda domiciliar per capita inferior a 1/4 de salário mínimo. A maior efetividade da política de assistência social dependerá da integração entre serviços e benefícios, caso, por exemplo, da inclusão no sistema escolar das pessoas com deficiência até 18 anos de idade que recebem o BPC. Outro desafio é identificar pessoas idosas e com deficiência em situação de extrema pobreza que ainda não recebem o BPC, contribuindo para a meta de erradicação da miséria.

CIDADANIA

Para o período 2012-2015, seguir avançando na promoção dos direitos e cidadania é um grande desafio, expresso pela constituição de Fórum de Governo para debate e integração de ações relacionadas ao tema. Ademais, o Plano Plurianual 2012-2015 reforça

a dimensão de direitos e cidadania, explicitando em diversos programas temáticos não apenas metas de atendimento à população em geral, mas também com foco em grupos e segmentos específicos como mulheres, negros, ciclos de vida, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, o processo de inclusão social e redução das desigualdades retirou milhões de brasileiros da pobreza. Todavia, o perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como a populações feminina e negra. Entre aqueles com renda abaixo da linha de extrema pobreza, identificados pelo Plano Brasil Sem Miséria, mais de 70% são negros. Além disso, considerados os domicílios com renda domiciliar per capita até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, mais de 20% são constituídos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres, indicando a dimensão de gênero associada à pobreza, o que demanda políticas públicas específicas para a autonomia desse segmento, compreendendo, por exemplo, equipamentos públicos como creches e restaurantes populares, combinados a ações de inclusão e organização produtiva. Sob esse aspecto, o PPA 2012-2015 trará metas, por exemplo, que indicam elevação da escolaridade, qualificação e inserção de mulheres no mundo do trabalho (Mulheres Mil) e fixam percentual de mulheres a serem atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Agricultura Familiar.

As vulnerabilidades não se restringem à dimensão da renda. Mulheres, negros e outros grupos ainda sofrem discriminações e violências físicas, sexuais, morais e psicológicas que devem ser tratadas a partir da interlocução com o sistema de justiça, da difusão de informação, da reversão de estereótipos e de imagens negativas e do acesso a serviços em áreas como saúde e assistência social. Neste sentido, são esperados avanços como a ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, a internacionalização do Disque 180 e a criação de rede de atenção integral às vítimas do racismo e da discriminação racial.

Ademais, políticas de valorização da população negra e das mulheres serão reforçadas no Plano a partir de metas que induzam à ampliação de sua participação em espaços de poder e em posições do serviço público e privado.

Também estão previstas no PPA 2012-2015, políticas públicas que dialogam com as potencialidades e necessidades associadas aos diferentes ciclos de vida, como, por exemplo, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Cerca de 40% das pessoas em situação de extrema pobreza têm até 14 anos de idade. É preciso avançar na promoção, proteção e defesa dos direitos, a partir do fortalecimento das redes de serviços dos Sistemas Únicos de Saúde e de Assistência Social – por exemplo, a implementação da Rede Cegonha para reduzir a mortalidade infantil e a ampliação da cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para crianças e adolescentes, em situação de violência, bem

como a estruturação dos Conselhos Tutelares, porta de entrada para atendimento a casos de ameaça ou violação de direitos das crianças e adolescentes.

A juventude também se constitui em sujeito de direitos das políticas públicas, que devem estar integradas a partir das especificidades e diferentes necessidades dos jovens e do reconhecimento e valorização da juventude como um ciclo de vida, e não de uma visão que associa esta etapa da vida exclusiva e negativamente a problemas, a riscos e a vulnerabilidades. É preciso avançar no grau de institucionalização da política de juventude, marcada por dimensões como o trabalho, a educação, o esporte e o lazer, caracterizadas por metas como a implementação das Praças dos Esportes e da Cultura, voltadas especialmente a áreas pobres das grandes cidades, a expansão do acesso às redes públicas e privada de educação profissional e superior e a combinação de ações de elevação da escolaridade, qualificação e inclusão digital, proporcionando o efetivo aproveitamento do bônus demográfico.

Ainda em relação a ciclos de vida, o processo de envelhecimento da população, fruto das tendências demográficas em curso, traz desafios à política voltada à pessoa idosa. Deve ser dada especial atenção à integração de ações com vistas a garantir um envelhecimento ativo e saudável, combinando áreas como a seguridade social, direitos humanos, mobilidade urbana e acesso a lazer.

Por fim, ainda há desafios para a consolidação, expansão e desenvolvimento de políticas de promoção e defesa de direitos humanos e de inclusão e atenção a segmentos como o público LGBT, pessoas com deficiência, população em situação de rua e povos e comunidades tradicionais. Os desafios passam pela qualificação de políticas que atendam às suas necessidades específicas, seja pela reversão de visões negativas ou pela construção de condições para promover seu acesso a bens e serviços. Em relação a políticas que refletem tais compromissos, há metas voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, como a inclusão no sistema escolar das pessoas com deficiência que recebem o BPC e o desenho das moradias da segunda versão do Minha Casa, Minha Vida, de modo a contemplar necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

INFRAESTRUTURA

Há tempos é reconhecida a importância de uma infraestrutura adequada para a geração de um ambiente propício ao desenvolvimento. A oferta eficiente de serviços públicos e de infraestrutura condiciona significativamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social. Portanto, uma adequada distribuição da infraestrutura e de serviços correlatos, é condição indispensável para que o país possa desenvolver vantagens competitivas, alcançando maior grau de

especialização produtiva. Os investimentos em infraestrutura elevam a competitividade sistêmica da economia, melhorando as condições de transportes, de comunicação e de fornecimento de energia. Além disso, tais inversões promovem efeitos multiplicadores e dinamizadores nos demais setores, induzindo a outros investimentos.

A expansão da produção agrícola e mineral, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, associada à crescente demanda internacional por bens primários, tem aumentado as pressões sobre a infraestrutura de transportes relacionada ao comércio exterior: rodovias, ferrovias e portos. A própria retomada dos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, com foco em modais mais eficientes (ferrovias de bitola larga e hidrovias), amplia a demanda por transporte de carga, ao reduzir os custos totais de produção, incluindo os de transportes, e promover a expansão da produção. Nesta questão, alguns elos do sistema de transporte podem ficar ainda mais sobrecarregados, por não receberem os investimentos necessários para expandir a capacidade de forma compatível ao do restante da malha. A situação dos portos e terminais hidroviários é a mais preocupante, sendo necessário investir em infraestrutura e superestrutura portuárias, e adequar os acessos terrestres e aquaviários (dragagens e derrocagens), além de construir novos terminais.

O crescimento econômico e a melhoria na distribuição de renda ocorridos na última década também contribuíram para um aumento da demanda por transporte regional de passageiros. Isto pressionou as infraestruturas de transportes associadas, em especial aos aeroportos. A redução do custo de passagens aéreas e rodoviárias e a maior facilidade de aquisição de automóveis também contribuíram para este aumento de demanda. Isto provoca uma maior necessidade de investimentos na melhoria e expansão de capacidade das infraestruturas aérea (aeroportuária e aeronáutica) e rodoviária.

Há também a possibilidade do transporte ferroviário de passageiros, como trens de alta velocidade. A própria ampliação dos modais ferroviário e aquaviário para carga permite uma melhor oferta do transporte rodoviário para passageiros, aprimorando a integração regional e internacional do país. Ainda assim, há necessidade de investimentos nos grandes eixos rodoviários, com a duplicação das principais rodovias federais e a implantação de contornos, anéis e travessias urbanas de cidades cortadas por rodovias. No plano sul-americano, é importante construir e interligar as rodovias fronteiriças e pontes internacionais.

A escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas e os Jogos Paraolímpicos de 2016, também contribuirão para impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura logística do país. Os setores portuários e aeroportuários serão diretamente beneficiados por meio da ampliação e da recuperação de suas infraestruturas. Os investimentos públicos e privados nos portos

e aeroportos que atenderão a esses eventos servirão ao país não apenas no período dos eventos: o seu legado será de grande importância para o desenvolvimento do país.

A infraestrutura de energia encontra-se em melhor condição em termos de oferta em quantidade e qualidade. No setor elétrico, após o apagão de 2001, foi retomado o planejamento de sua expansão. No setor de petróleo e gás natural, houve grande expansão da produção nacional, associada a preços internacionais elevados e fortes investimentos em exploração e produção. Entretanto, existem alguns desafios e, principalmente, oportunidades que merecem atenção do país.

A exploração do petróleo do pré-sal exigirá a ampliação dos investimentos no setor. Além dos investimentos específicos, será necessário ampliar e capacitar a indústria petrolífera nacional para produzir os equipamentos necessários ao novo volume de produção de petróleo. Prevê-se uma maior estabilidade e volume das encomendas da indústria petroleira aos fabricantes de equipamentos, de forma a evitar a ociosidade das linhas de produção. Interessante também ampliar a cadeia a jusante da indústria do petróleo, ampliando o sistema de refino, gás natural e petroquímico, com foco na ampliação do mercado doméstico, também considerada a possibilidade de exportação dos excedentes.

A pressão por redução de emissões de gases de efeito estufa deverá aumentar no mundo. O Brasil está em excelente posição neste aspecto, com mais de 80% da matriz elétrica oriunda de fontes renováveis. Entretanto, a ampliação da capacidade de geração vem utilizando mais usinas térmicas, tanto por serem de mais rápida implantação como para fornecer capacidade de reserva ao sistema em períodos com reduzida quantidade de água nas usinas hidrelétricas, que cada vez mais utilizam reservatórios menores e com menor impacto ambiental local. Esta trajetória já vem sendo alterada com a licitação de usinas eólicas e de térmicas a biomassa, cuja sazonalidade natural é complementar ao regime de chuvas, ampliando a participação de fontes renováveis na matriz elétrica. Além disso, a ampliação dos sistemas de transmissão, ligando as usinas cada vez mais distantes dos centros consumidores, é fundamental para manter a eficiência do sistema elétrico nacional.

Há outras oportunidades para tornar nossa matriz energética mais eficiente e limpa. A expansão do uso de biodiesel deverá reduzir as emissões do setor de transportes, que conta com 21% de fontes renováveis no país. Vale ressaltar que já é alta a participação para o setor, graças ao uso do etanol, cuja ampliação deverá contribuir ainda mais para a redução de emissões. Os veículos híbridos, em especial, podem fazer uma combinação com o etanol, aliando eficiência energética e combustível renovável. Há a possibilidade de se implantar redes elétricas inteligentes, melhorando a confiabilidade do sistema elétrico e direcionando a demanda de energia elétrica para os momentos com maior oferta de fontes renováveis.

Para os usuários, além de passarem a obter informações mais detalhadas de seus consumos, facilitando ações de eficiência energética, há a perspectiva de uma redução do custo de energia no futuro, devido ao melhor aproveitamento da capacidade do sistema elétrico.

As Tecnologias de Informação e Comunicação têm grande impacto no setor produtivo e no bem-estar das famílias. Existe no país uma adequada densidade ao serviço de telefonia celular. Por outro lado, o nível de renda de grande parcela da população restringe o acesso aos serviços de telefonia fixa e de internet banda larga. O marco legal do setor de telecomunicações não considera a banda larga um serviço público, o que acaba reduzindo o leque de instrumentos de regulação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A concorrência na prestação deste serviço é baixa, especialmente nas localidades mais afastadas e nas áreas cujas populações têm menor poder aquisitivo, visto que as empresas de telefonia controlam a oferta e privilegiam as áreas mais rentáveis. Uma maneira de se buscar a redução de custos e a ampliação do acesso está desenhado no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

O mundo presencia o fenômeno da convergência tecnológica, com a fronteira cada vez mais tênue entre os setores de telecomunicações, tecnologias da informação e audiovisual. Nesse contexto, além de se ampliar a oferta de internet em banda larga, há oportunidades para o país no setor de TICs. O desenvolvimento de softwares proporciona margens maiores que a fabricação e montagem de hardware, com um mercado amplo para as empresas brasileiras. O desenvolvimento de conteúdo também é uma área interessante olhando para além do mercado interno. O país presencia ainda a ampliação dos sistemas de comunicação, com a implantação da TV digital, e também a ampliação do acesso a TV por assinatura, a criação de rádios comunitárias e uma maior abrangência dos Correios no país.

De acordo o Censo 2010, a proporção da população brasileira morando em cidades alcançou 84,36%, ou quase 161 milhões de habitantes. Da população total, mais de 40% viviam em Regiões Metropolitanas, apontando os grandes desafios referentes ao planejamento e à oferta de infraestrutura urbana e de serviços comunitários básicos nessas aglomerações. A dinâmica demográfica dos últimos anos também aponta crescentes desafios do ordenamento da urbanização em bases sustentáveis nas cidades médias, sobretudo aquelas que apresentaram uma taxa de crescimento demográfico superior às cidades litorâneas ou metropolitanas.

Nesse cenário, a instituição e implementação de instrumentos de planejamento do espaço urbano devem procurar acompanhar as distintas dinâmicas presentes nesses territórios. Mesmo tendo avançado significativamente na elaboração de Planos Diretores em grande parte dos municípios brasileiros (87% daqueles com obrigatoriedade constitucional de tê-los), muitos ainda precisam ser efetivamente implementados, bem como atualizados incorporando os instrumentos de ordenamento, regulação e controle urbanísticos mais

adequados às realidades locais. Em especial, a gestão territorial urbana deve avançar nos instrumentos de oferta de terra urbanizada para habitação de interesse social e contenção de ocupações em áreas irregulares ou sujeitas a riscos ambientais, o que se associa com o desafio de reduzir o número de pessoas que vivem em favelas ou assemelhados nos diferentes portes de municípios do país.

Em consonância com o planejamento das cidades, é preciso avançar nas políticas de oferta de moradia digna, saneamento básico e mobilidade urbana e trânsito, cuja ampliação é requisito para superação das desigualdades socioespaciais e para garantia da qualidade de vida da população. O Governo Federal tem buscado formas de intervir nesse processo, tanto com o desenvolvimento e estruturação de medidas normativas e institucionais quanto com a ampliação do aporte de recursos sob sua gestão. Em especial, observa-se o alcance de um novo patamar de investimentos, com prioridade de atendimento às famílias de mais baixa renda e o fortalecimento das relações federativas, a partir da criação do eixo de Infraestrutura Social e Urbana no PAC, com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida e a definição de uma carteira de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa 2014.

A segunda etapa do PAC não apenas potencializou tais intervenções, como adotou estratégias de regionalização para sua definição, orientadas pelos perfis populacionais dos municípios e por suas carências de serviços urbanos. O PAC 2 também procura combinar as intervenções em infraestrutura urbana com investimentos em equipamentos de cultura, esporte e lazer, saúde e educação, apontando melhores perspectivas de alcance de cidades mais justas e sustentáveis.

Esses desafios são expressos no PPA 2012-2015, que prevê, entre outras metas, a instituição de conjuntos de instrumentos de gestão do solo urbano e de gestão ambiental em municípios com maiores carências urbanas e altos índices de crescimento demográfico, a promoção da regularização fundiária urbana em assentamentos e cidades irregulares e em imóveis da União, o aporte de R\$ 30,5 bilhões para urbanização de assentamentos precários, a produção ou reforma de cerca de 2 milhões de moradias nas áreas urbanas e rurais no âmbito do MCMV, o investimento de R\$ 18 bilhões em sistemas de transporte público coletivo estruturantes, a contratação de R\$ 21,3 bilhões para o apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário e de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A efetiva participação da sociedade é elemento constitutivo da democracia. Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito se fortalece

criando espaços e instrumentos para sua consolidação. O destino do nosso país não se resume à atuação governamental, mas deve ser resultado do trabalho e da ação transformadora de todos brasileiros e brasileiras.

O projeto de desenvolvimento nacional iniciado em 2003 posicionou a democracia no centro do debate sobre desenvolvimento. A tarefa de construção desse projeto, diante da qual o país mais uma vez se vê colocado com o Plano Plurianual 2012-2015, reconhece na democracia um elemento catalisador desse processo.

A experiência democrática vivenciada hoje no país é baseada em um conjunto variado de processos, procedimentos e espaços institucionais reciprocamente constitutivos. Nos últimos oito anos, o governo federal fortaleceu os Conselhos Nacionais, criou novos colegiados em áreas de menor tradição de participação e realizou conferências nacionais temáticas que ajudaram a estabelecer prioridades para a agenda governamental. Os assuntos abordados nessas conferências foram desde saneamento e habitação a políticas de geração de renda, reforma agrária, reforma urbana, direitos humanos, uso das águas, ciência, tecnologia e inovação; e a estratégias para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs), passando por temas específicos como saúde indígena e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT).

Esses espaços participativos vêm sendo largamente apropriados pela sociedade, como parte de um processo pedagógico gradual de formação política e de amadurecimento das relações entre Estado e sociedade para uma efetiva governança democrática. Ressalta-se que o fortalecimento da sociedade civil passa a implicar a própria democratização do Estado.

Entre os desafios do presente, no que tange à desejável e necessária ampliação da participação e do controle social na formulação e implementação das políticas públicas, há questões importantes.

A consolidação de instâncias plurais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil configurar-se-á com o desenvolvimento de um sistema nacional de participação social que abranja formas normativas, organizacionais e institucionais desenhadas estruturalmente para promover o envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre políticas. É fundamental continuar avançando no fortalecimento e na ampliação dos instrumentos de interlocução e controle social, buscando alinhar continuamente ações de governo e aspirações da sociedade.

A construção do Estado democrático é tarefa permanente e visa a disponibilizar espaços institucionais de interlocução e legitimação com os diversos setores da sociedade, adequando a gestão pública às especificidades dos cidadãos. Destacam-se nesse processo as mudanças na comunicação de Governo, voltadas para promover a transparência na administração pública e dar conhecimento à sociedade das mudanças promovidas. Um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz, voltado para as necessidades e expectativas do cidadão, é

condição essencial para promover a continuidade do projeto nacional de desenvolvimento.

Por isso, um atributo fundamental para a valorização da credibilidade do planejamento governamental para uma sociedade democrática é a transparência que a elaboração e, principalmente, a execução dos planos precisam exhibir. O processo de planejamento plurianual deve ser composto por pactuação política e pela comunicação permanente com os atores envolvidos.

O desafio maior está na construção de mecanismos capazes de assegurar a participação social na gestão do Plano, especialmente nas etapas de monitoramento e avaliação, e de mecanismos de articulação entre a União, estados e Municípios em torno do desenvolvimento local e regional capazes de dar maior consistência ao projeto de desenvolvimento nacional.

A ampliação da participação democrática na administração pública incentiva a ação colaborativa de diferentes atores sociais, maximizando seu potencial efeito sobre as prioridades, objetivos, formas de gestão e de implementação de políticas públicas, essenciais para um consistente processo de governança.

No PPA 2012-2015, a transversalidade do macrodesafio Democracia e Participação Social está explicitada em diversos Programas Temáticos, como: Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; Cidadania e Justiça; Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Integração Sul-Americana; Licenciamento e Qualidade Ambiental; Planejamento Urbano; Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Álcool e outras Drogas; Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia; Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência; Aperfeiçoamento do SUS; Autonomia e Emancipação da Juventude; Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.

Este Macrodesafio traduz o firme compromisso do Governo com a participação social, mediante a criação de condições que garantam igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, no contexto de uma sociedade democrática. É fundamental continuar avançando no fortalecimento e na ampliação dos instrumentos de interlocução e controle social, buscando alinhar contínua e efetivamente ações de governo e aspirações da sociedade.

INTEGRIDADE E SOBERANIA NACIONAL

Nas últimas décadas, o cenário internacional foi marcado por profundas transformações que contribuíram para o desenho de um novo quadro de relações multilaterais. Mais recentemente, as crises financeiras evidenciaram e aceleraram o processo de reorganização da ordem global, posicionando o Brasil, com sua tradição de paz e tolerância, como um dos polos emergentes na geopolítica deste novo século.

A estratégia de inserção internacional do Brasil tem priorizado a integração sul-americana e a relação com os polos emergentes de poder mundial, sem prejuízo das relações com outras regiões do mundo. Destaca-se o aprofundamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a crescente institucionalização da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e seus Conselhos, com destaque para o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A relação com os polos emergentes é evidenciada pela articulação no G-20 e no âmbito do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul (IBAS) e do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Na América do Sul, é exemplar o aprofundamento da integração econômica e do desenvolvimento socioeconômico compartilhado, que contribuem para a preservação da paz na região. O CDS tem papel fundamental como mecanismo consultivo que permite prevenir conflitos, impulsionar a cooperação militar regional e a integração produtiva da indústria regional de defesa. O grande desafio para a América do Sul e para o Brasil será a superação das assimetrias entre os países da região, promovendo, por meio do Mercosul e da UNASUL, o desenvolvimento daqueles mais atrasados para tornar o espaço sul-americano uma grande área econômica, dinâmica e inovadora.

Paralelamente, as alterações no cenário mundial influenciam a solução pacífica e impactam a realidade das capacidades dissuasórias. As alterações na ordem econômica acarretam transformações políticas e mudanças nas relações de poder. Por essa razão, os compromissos internacionais devem ser complementados por capacidades organizadas, capazes de manter a soberania e a integridade do Estado Nacional. Forças Armadas estruturadas de forma flexível e versátil são essenciais como elemento dissuasório, para a manutenção da soberania e da segurança, bem como para apoiar missões de paz, coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ainda que a ordem internacional, especialmente no aspecto econômico-financeiro, tenha passado por grandes transformações nos últimos anos, a estrutura de poder ainda permanece refletindo antigas realidades. A ascensão econômica dos países emergentes, com grandes territórios, populações e mercados domésticos em expansão, traz consigo o desafio de avançar na reforma da Governança Global, refletindo as realidades geopolíticas do século XXI em organismos multilaterais como a ONU, o Banco Mundial, e o FMI, e ampliar a participação do país nas discussões sobre os principais temas relacionados à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação de armamento nuclear.

A grande dimensão territorial do Brasil, seu caráter continental e marítimo, a grande quantidade de países limítrofes e a extensão da faixa de fronteira são características que tornam necessário alto grau de mobilidade e interoperabilidade das Forças Armadas e dos demais Órgãos de Segurança Pública, ainda que para o combate à ação dos grupos armados, do crime organizado e do terrorismo.

A fronteira marítima e a plataforma continental também apresentam novos desafios à integridade e à soberania do Brasil: o contrabando, o tráfico de drogas, a pirataria e o terrorismo internacional requerem soluções mais imediatas; a fiscalização do transporte marítimo brasileiro e a proteção dos campos marítimos de produção de petróleo e gás natural ganharam mais importância devido às recentes descobertas na área do pré-sal.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), publicada em dezembro de 2008, por sua vez, constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso país. Pela primeira vez, o poder político tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizarão a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional. A END tem foco em ações estratégicas e objetiva modernizar a estrutura nacional da defesa, atuando em três eixos estruturantes: i) reorganização das Forças Armadas; ii) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa, apoiada em tecnologias sob o domínio nacional; e, iii) política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

A política externa brasileira está orientada pela concepção de que o país deve assumir um papel crescente no cenário internacional, contribuindo para que a comunicação entre polos consolidados e emergentes seja fluida e construtiva, promovendo um multilateralismo inclusivo.

O eixo prioritário de nossa política externa é a América do Sul. O esforço de integração regional constitui requisito estratégico para a inserção bem-sucedida de nossa economia e sociedade em um ambiente internacional crescentemente competitivo, globalizado e, por vezes, contrário aos interesses legítimos de nossos povos. O Brasil está empenhado em contribuir de maneira ativa para a construção de um continente politicamente estável, próspero e unido, com base nos ideais democráticos e de justiça social.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública está entre as principais preocupações dos brasileiros, aparecendo nas primeiras colocações em diferentes pesquisas de opinião pública (IBOPE, 2010; DataSenado, 2010; Instituto Akatu, 2009). Dados recentes do IPEA mostram sensação de insegurança entre a população: 78,6% dos brasileiros adultos têm muito medo de serem assassinados e 73,7% têm muito medo de serem vítimas de assalto à mão armada (SIPS, 2010).

A sensação de insegurança está diretamente associada ao fenômeno da violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais cruéis. Em 2009, foram registrados mais de 48 mil homicídios no país, correspondendo a uma taxa de cerca de 25 homicídios por 100 mil habitantes. No âmbito regional, as maiores taxas são observadas no Norte (33,0) e no Nordeste (32,5). No que se refere aos segmentos mais vulneráveis, registra-se

que a incidência dos homicídios é maior nos homens jovens (102,61), destacando-se os de raça/cor negra (131,75).

A tendência é de queda e estabilização da taxa de homicídios no país, porém, ao se comparar as diversas macrorregiões brasileiras, percebe-se que o movimento de redução dos homicídios na Região Sudeste é contraposto pelo crescimento da taxa nas outras regiões, destacando-se as regiões Norte e Nordeste. Outra tendência no cenário de segurança pública é a interiorização da violência, expressa pelo crescimento dos homicídios nas cidades médias e regiões de fronteira, que estão em franco crescimento populacional. A configuração territorial da violência também aponta para uma desconcentração dos homicídios brasileiros de grandes aglomerações urbanas do Sudeste, com aumento da sua incidência em capitais e regiões metropolitanas do Nordeste e do Norte.

Um dos principais desafios da segurança é lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes cidades. Cabe avançar no restabelecimento da presença do Estado nessas regiões, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e combate de suas causas com ações de repressão e ordenamento social.

Em larga medida, as ações do governo federal têm buscado responder aos desafios no setor, quais sejam: a consolidação de uma visão mais integrada dos problemas associados à segurança pública; a revisão do modelo de policiamento em prol de maior aproximação entre a polícia e a sociedade; o investimento em ações estratégicas e de inteligência com base em informações qualificadas; a superação da visão do encarceramento como forma prioritária de promover o tratamento e a reinserção social dos infratores; a ampliação dos espaços de participação democrática na gestão da política de segurança pública; e, não menos importante, o compartilhamento de diretrizes e a articulação de algumas iniciativas em nível nacional. Deve-se reconhecer que a ampliação dos investimentos na política de segurança pública vem destinando recursos não apenas para o funcionamento e modernização dos órgãos clássicos do setor, ou seja, as forças policiais e o sistema judiciário penal, mas também para os programas referentes às políticas preventivas da criminalidade e da violência.

Entre as medidas estruturais, voltadas para as instituições de justiça e segurança, destaca-se a capacitação de agentes de segurança pública, dentro da visão de polícia comunitária.

A segurança na fronteira brasileira ganha destaque no próximo PPA, pois esses territórios são a principal via de abastecimento do crime organizado no país e porta de entrada de drogas, armas e contrabando. O Brasil possui 16.399 km de fronteira, que coloca o desafio para o governo federal, em parcerias com entes federados e outros países, de ampliar a presença efetiva do Estado nessas áreas.

No que diz respeito à política penitenciária, o déficit prisional no país impõe-se como um dos grandes desafios para o governo na área de segurança pública. Para enfrentar

este problema, o Governo Federal, em parceria com as unidades da federação, pretende reduzir o déficit carcerário fortalecendo os investimentos em ampliação de vagas e incentivando instrumentos que contribuem para a redução da população carcerária, como o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico. Outra meta do PPA é implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais, que visa não só reduzir a demanda por vagas no regime fechado, como também promover a humanização do sistema de justiça penal, já que este se mostra mais efetivo na reabilitação e reinserção social dos condenados.

A agenda de grandes eventos esportivos internacionais que serão sediados pelo Brasil nos próximos anos é outro foco que tem demandado atenção, devido ao grande número de pessoas que se espera reunir, e em torno do qual o Governo Federal deve manter esforços, especialmente em treinamento, inteligência policial e aparelhamento das instituições de segurança pública.

Quanto ao consumo de drogas, têm sido empreendidos esforços para a convergência de ações dos diferentes segmentos do governo e da sociedade civil para implantação de políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social dos usuários e dependentes de drogas. Destaca-se a previsão de instalação dos Centros Regionais de Referência no âmbito de instituições de ensino superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e com seus familiares. A iniciativa proporcionará um grande avanço no desafio de capacitar os atores governamentais e não-governamentais necessários para desenvolver ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

GESTÃO PÚBLICA

A velocidade e as características das transformações na sociedade contemporânea ampliam os desafios do Estado para viabilizar a oferta de bens e serviços públicos de qualidade. Novas formas de organização, alterações na estrutura social, inovações tecnológicas características da sociedade do conhecimento e novos arranjos no campo das finanças e do comércio estão entre os fatores que exigem ampla renovação na capacidade do Estado.

Sob esse aspecto tem-se, no Brasil, uma situação agravada visto que os ciclos de modernização próprios de outros momentos históricos não se completaram, como a incorporação de boa parcela da população ao mercado de trabalho formal. Esse ambiente cada vez mais complexo exige uma capacidade específica para combinar formas de agir

suficientes para qualificar a ação governamental diante dos dilemas que já conhecemos, com a criatividade necessária para encontrar meios para responder às demandas atuais e futuras.

No cerne das relações entre Estado e sociedade estão dois fundamentos do Estado Democrático de Direito: as formas de administração do Estado e as equações que envolvem o financiamento da ação pública.

Quanto ao primeiro aspecto, é imperativo criar melhores condições para que a democracia avance, fortalecendo o sentido programático dos partidos, aperfeiçoando as instituições, restaurando valores e conferindo mais transparência à atividade pública.

Quanto ao financiamento dos serviços públicos, convive-se com um conjunto de regras que impõe obstáculos à produção, sobrecarrega a carga fiscal e cria entraves à harmonia necessária ao federalismo. Nestes termos, é necessário implementar um conjunto de medidas à luz da capacidade contributiva dos cidadãos sem perder de vista que as regras devem estimular a formalização e permitir o desenvolvimento mais equilibrado de estados e municípios. No mesmo sentido, é preciso modernizar o sistema tributário com atenção à simplificação e racionalização, utilizando-se da tecnologia da informação para alcançar a maior eficiência em respeito ao contribuinte.

Elemento essencial para a confiança e o exercício da cooperação entre a sociedade e as instâncias de governo é a transparência da ação pública. Por isso, é dever do Estado ampliar o acesso da população às informações e promover espaços de participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas.

Considerando-se o aparato jurídico brasileiro há obstáculos significativos oriundos da sobreposição de legislações ultrapassadas e limitadas pelo positivismo clássico. Adequar esse arcabouço institucional-legal ao nosso tempo contribuirá para que as estruturas organizacionais correspondam às necessidades de políticas públicas no Brasil, oferecendo condições para o fazer e para a ampliação do controle democrático e social.

O orgulho de servir ao público deve orientar toda a administração, motivo pelo qual é preciso dar continuidade ao desenvolvimento de uma política de recursos humanos pautada pela democratização das relações de trabalho, pela profissionalização do serviço público e pela valorização do funcionalismo, compreendido como principal ativo da função pública. Qualificar o servidor significa qualificar a ação pública.

A relevância, a simplificação, a integração e a modernização dos processos de trabalho e de procedimentos de coordenação no âmbito da gestão pública só trarão efeitos marginais se tais movimentos não forem orientados para assegurar a qualidade dos bens e serviços ofertados à sociedade, sobretudo às parcelas mais carentes da população. Portanto, o

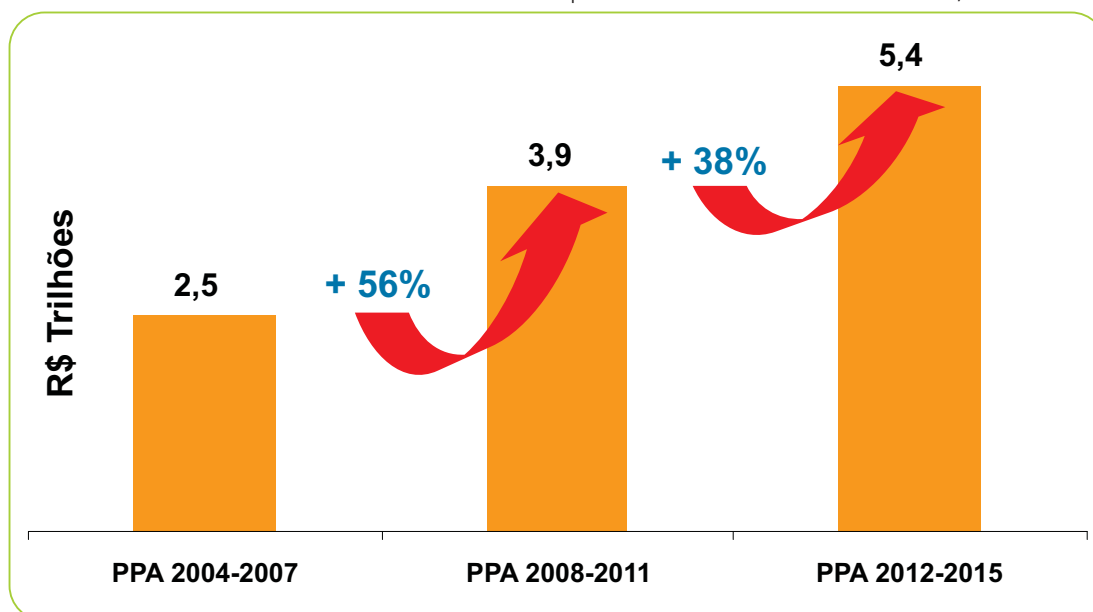
aperfeiçoamento das funções de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e controle deve partir da entrega dos resultados devidos à sociedade, preocupando-se em conciliar a adequação do tempo, do lugar e da suficiência dos bens e serviços.

Nestes termos, é imperativo associar o conceito de gestão à ampliação dos canais de atendimento ao povo, fato que implica desenvolver novos arranjos suficientes para prestar mais e melhores serviços ao cidadão. Associado a isso, o país deve enfrentar a fragilidade institucional dos entes mais vulneráveis, dotando-os de mecanismos e capacidades adequadas para o cumprimento da competência estabelecida e para o atendimento dos anseios da sociedade.

PPA EM GRANDES NÚMEROS

O planejamento governamental para os próximos 4 anos constante do PPA 2012-015, expresso nos Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas, aponta para investimentos superiores a R\$ 5,4 trilhões. O gráfico a seguir compara a previsão de dispêndios dos dois últimos Projetos de Lei do Plano com o atual.

Gráfico 17. Previsão de Dispendios dos PPAs com Início em 2004, 2008 e 2012



* Valores corrigidos pelo IPCA
Elaboração: SPI/MP

As fontes de recursos que financiam o PPA 2012-2015 são:

- Orçamento fiscal e da seguridade social
- Orçamento de investimento das estatais
- Recursos Extraorçamentários, tais como: renúncia fiscal, Plano de Dispendios Globais das Estatais, Fundos, Agências Oficiais de Crédito e Parcerias com o Setor Privado.

A tabela 17 a seguir mostra os valores especificados por fonte de recursos, bem como a participação relativa de cada fonte no total de recursos para o período do PPA.

Tabela 17. Fontes de Recursos do PPA 2012-2015

Fonte	R\$ Trilhões	%
Fiscal/Seguridade	3,70	68%
Extraorçamentária*	1,36	25%
Investimentos Estatais	0,37	7%
Total	5,43	100%

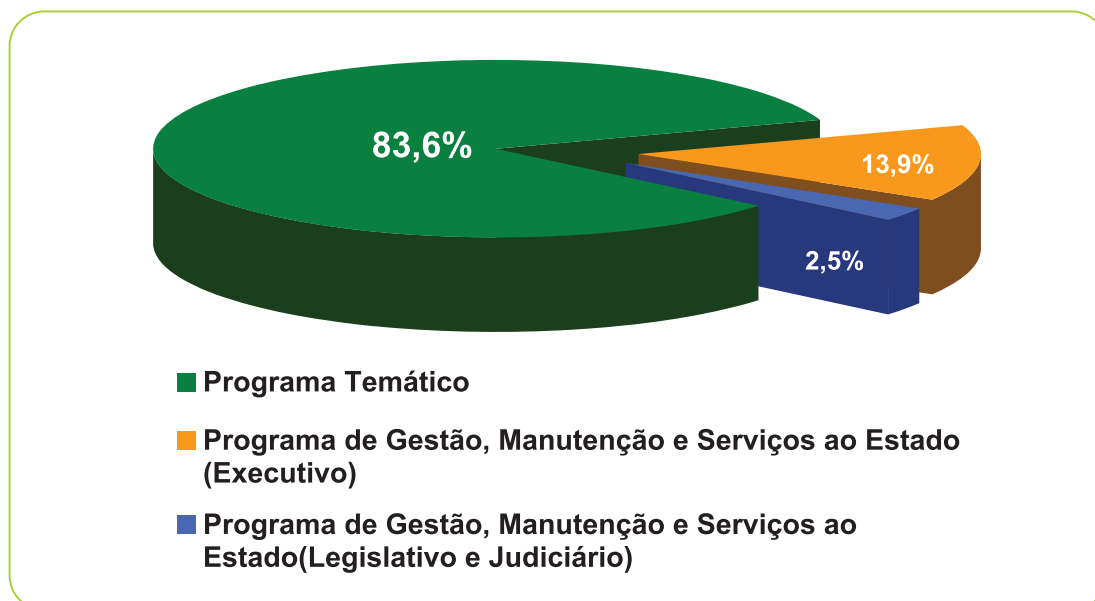
*Renúncia Fiscal, Plano de Dispendios Globais das Estatais, Fundos, Agências Oficiais de Crédito e Parcerias com o Setor Privado

Dispêndio por tipo de Programa

O PPA é organizado por tipos de programas, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos retratam a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação governamental, enquanto que os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Do montante dos recursos previstos no PPA, os Programas Temáticos representam 83,6%, o que significa um total de R\$ 4,53 trilhões para o período 2012-2015. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado representam 16,4% da estimativa, totalizando R\$ 889,7 bilhões.

Gráfico 18 - Recursos Alocados no PPA por tipo de Programa



Elaboração: SPI/MP

Visão da alocação por grandes áreas temáticas

A análise da previsão de recursos por áreas fornece um panorama da concentração de recursos considerando apenas os Programas Temáticos do Plano. A tabela 18 a seguir apresenta o valor estimado para 4 grandes áreas que agregam todos os Programas Temáticos.

Tabela 18. Valores estimados para o PPA 2012-2015

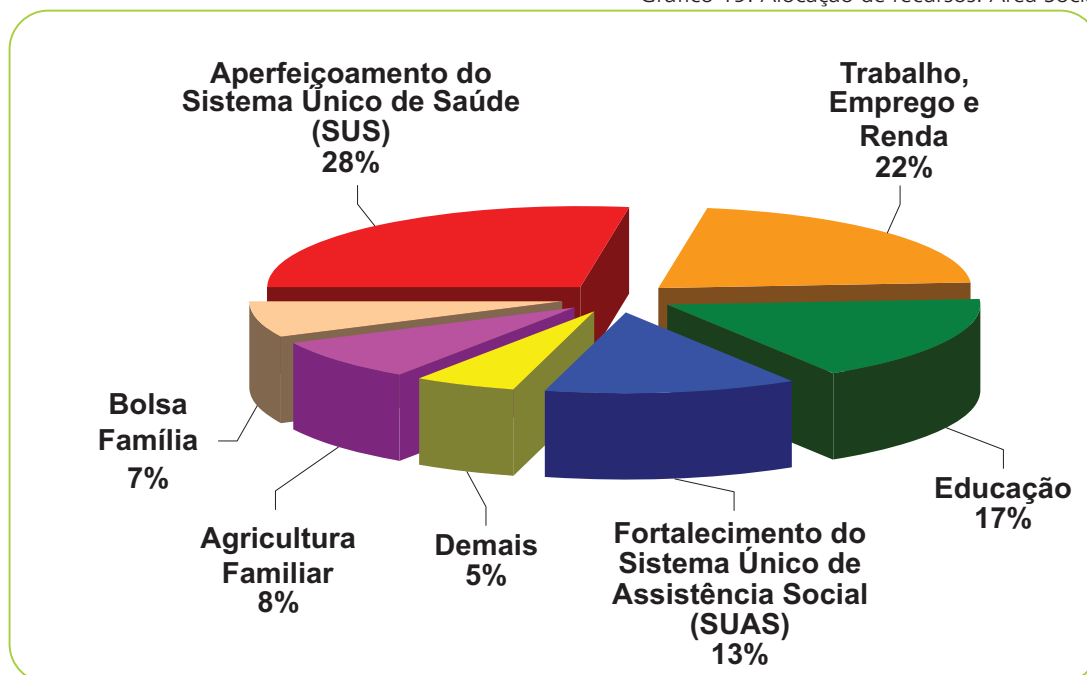
Área Temática	Quantidade de Programas Temáticos	Valores estimados (R\$ Bilhões)	%
SOCIAL	25	2.580	57%
INFRAESTRUTURA	15	1.194	26%
DES. PRODUTIVO E AMBIENTAL	17	663	15%
ESPECIAIS	8	104	2%
TOTAL	65	4.541	100%

Elaboração: SPI/MP.

Políticas Sociais

Do total de recursos destinados para a área Social, destacam-se os previstos para o Programa da Previdência Social, que totalizam R\$ 1,4 trilhão. Os Programas: Aperfeiçoamento do SUS (R\$ 316,7 bilhões) e Trabalho, Emprego e Renda (R\$ 248,0 bilhões), e a soma dos Programas de Educação (R\$ 197,6 bilhões) também apresentam valores expressivos. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos recursos nos Programas da área social, descontados os recursos da Previdência.

Gráfico 19. Alocação de recursos: Área Social



Elaboração: SPI/MP

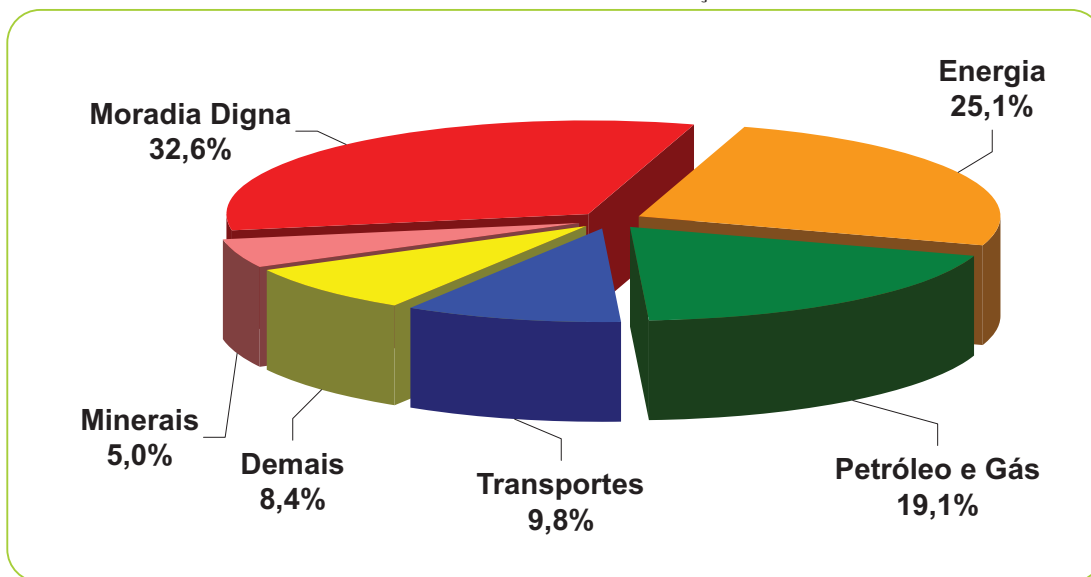
Os Programas Temáticos da área Social respondem por 57% dos recursos dos Programas Temáticos no período do Plano e contemplam agendas importantes, tais como: o Plano Brasil Miséria, com cerca de R\$ 20 bilhões por ano, constante em vários Programas, a exemplo do Bolsa Família, que deverá ampliar os benefícios pagos às 13 milhões de famílias para outras 800 mil em situação de extrema pobreza, e da Segurança Alimentar e Nutricional, com metas de fomento à produção, universalização do acesso à água para consumo humano no semiárido, e expansão do Programa de Aquisição de Alimentos para quase 450 mil agricultores.

Destacam-se, ainda, a implementação da Rede Cegonha e o fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer no Aperfeiçoamento do SUS; as metas constantes dos Programas de Educação, como as do Plano Nacional de Educação e de expansão das vagas na educação profissional (562 novas escolas federais e 8 milhões de vagas na educação profissional e tecnológica) e superior (passando a 321 campi e a 63 universidades na Rede Federal).

Políticas de Infraestrutura

A área de infraestrutura concentra cerca de 26% recursos dos Programas Temáticos, que estão distribuídos, principalmente, entre os Programas Moradia Digna (R\$ 389,7 bilhões), Petróleo e Gás (R\$ 227,7 bilhões); Energia Elétrica (R\$ 177,2 bilhões), Combustíveis (R\$ 122,5 bilhões) e Transportes (R\$ 117,1 bilhões). O gráfico a seguir ilustra a participação relativa dos principais grupos de Programas da área.

Gráfico 20. Alocação de Recursos: Área de Infraestrutura



Elaboração: SPI/MP

Neste segmento destacam-se os recursos previstos no Programa Moradia Digna que, combinados com investimentos em equipamentos sociais e urbanos, deverão aumentar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Vale mencionar, também, o Pré-Sal, que deverá posicionar o país, até 2020, no rol dos 5 países detentores das maiores reservas de petróleo do mundo. Apenas com a incorporação das reservas já concedidas do Pré-Sal, o país deverá somar algo entre 35 e 40 bilhões de barris em reservas.

Ressalta-se também os seguintes investimentos:

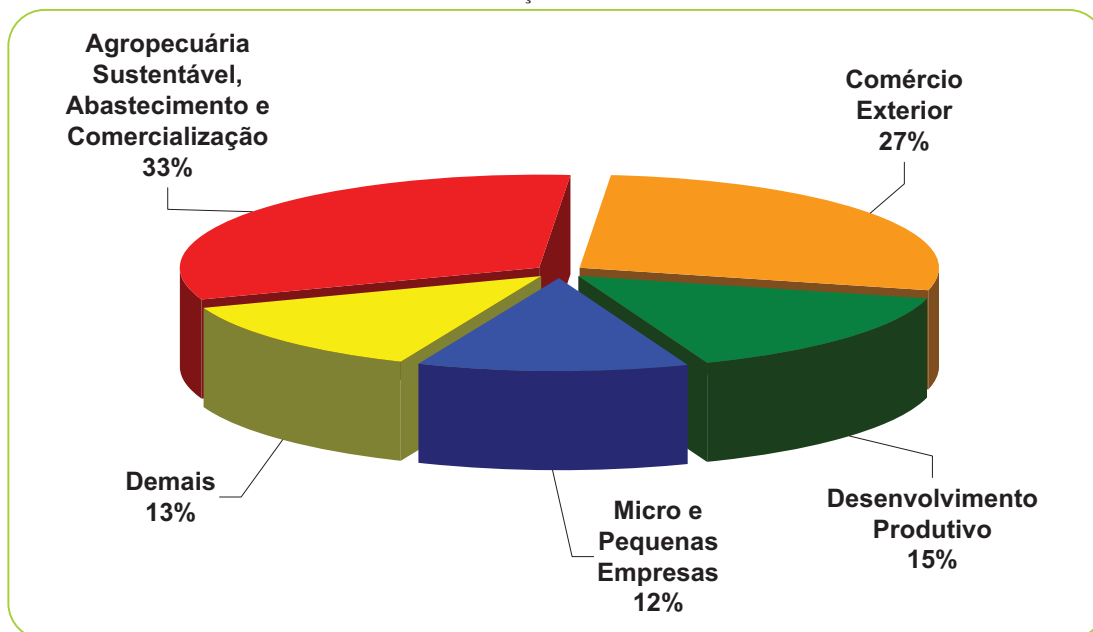
- atingir a produção de 3,1 milhões de barris de petróleo por dia;
- construir 2 milhões de casas com o Minha Casa Minha Vida;
- dobrar a capacidade de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, de derivados, de GLP e de biocombustíveis;
- incluir 495 mil domicílios rurais com energia elétrica pelo Luz para Todos.
- investir R\$ 18,0 bilhões em empreendimentos de mobilidade urbana nas grandes cidades e implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados para as cidades-sede da Copa do Mundo
- construir e adequar 14,7 mil km de rodovias;
- construir 4,5 mil km de ferrovias;
- dragar e melhorar o acesso aquaviário em 17 portos;
- adequar a navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê;
- adequar a infraestrutura aeroportuária de modo a duplicar a capacidade de movimentação anual de passageiros, alcançando 305 milhões.

- regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento de 297 municípios, por meio da construção de barragens, canais e sistemas adutores, com destaque para o Projeto de Integração do Rio São Francisco.
- chegar a 40 milhões de domicílios com internet banda larga por meio do Programa Nacional de Banda Larga;
- contratar R\$ 9,0 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações.

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Os Programas associados à área correspondem a 15% dos Programas Temáticos, com destaque para os Programas Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização (R\$ 211,8 bilhões); Comércio Exterior (R\$ 181,2 bilhões) e Desenvolvimento Produtivo (R\$ 101,6 bilhões).

Gráfico 21. Alocação de Recursos: Desenvolvimento Produtivo e Ambiental



Elaboração: SPI/MP

Os recursos estão associados a maior parte das políticas de garantia de preços mínimos de produtos agrícolas; à ampliação de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte); ao aumento de R\$ 107,2 para R\$ 140,5 bilhões do volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário e à ampliação da área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 30 milhões de hectares.

Já o Programa Desenvolvimento Produtivo destaca-se por sua abrangência. Atuando desde o fortalecimento do complexo produtivo-industrial da saúde até o desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria relacionada à Defesa, com estímulos financeiros e estruturantes. As principais metas são:

- ampliar o investimento de 18,4 para 22,4% do PIB;
- ampliar o valor agregado da indústria nacional de 44,3 para 45,3%;
- elevar de 30,1 para 31,5% a participação da indústria de alta e média-alta tecnologia no total da indústria;
- elevar a participação da indústria nacional nos mercados de energia de 64 para 66%.

A atenção dispensada à dimensão ambiental relaciona-se diretamente com o processo de desenvolvimento do Brasil. Por isso, a agenda Ambiental também está expressa em diversos Programas Temáticos, dentre eles pode-se citar o Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (R\$ 5,8 bilhões) e Mudanças Climáticas (R\$ 2,0 bilhões).

Os recursos previstos para a dimensão ambiental estão relacionados à conservação dos remanescentes de vegetação nativa nos biomas e à consolidação produtiva das áreas já desmatadas. O Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo e os projetos e estudos voltados para redução dos riscos e vulnerabilidades ambientais, inclusive com informações para a prevenção de riscos e desastres naturais, também serão executados com recursos previstos para a área.

Temas Especiais

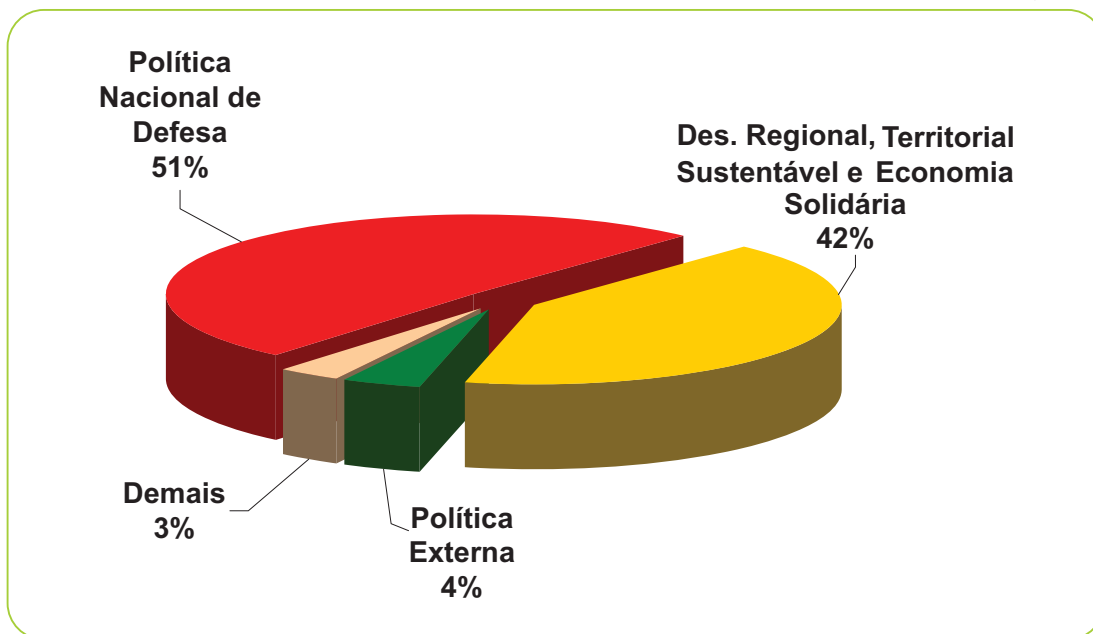
Dos recursos previstos para os Programas mais diretamente relacionados à organização do Estado, que totalizam R\$ 60,5 bilhões, há uma forte concentração na Política Nacional de Defesa (R\$ 52,8 bilhões). O gráfico a seguir revela a participação relativa dos Programas relacionados à área.

Os recursos da Política Nacional de Defesa concentram-se na manutenção e ampliação da capacidade de operação das Forças Armadas, inclusive a modernização do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Além disso, o orçamento previsto destina-se garantir a soberania nacional e a ampliar a capacidade institucional do Estado, investimentos essenciais para acelerar as transformações sociais em curso.

O PPA orienta os investimentos para o desenvolvimento do território. Nesse sentido, os valores previstos objetivam elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado; gerar 106.770 postos de trabalho nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) firmados; apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários,

sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres e disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias, dentre outras iniciativas.

Gráfico 21. Alocação de Recursos: Temas Especiais



Elaboração: SPI/MP

